



**XI Encontro de
Economia Catarinense**
Crise Econômica e Ajuste Fiscal
11 e 12 de maio

Local: Auditório da Universidade do Contestado
Campus de Curitibanos

Avenida Doutor Leoberto Leal 1904

Bairro Universitário Waldemar Ortigari

Inscrição e mais informações www.apec.pro.br

Realização:



Apoio:



APEC
Associação dos Pesquisadores
em Economia Catarinense

UnC GEPACC
Grupo de estudos e Pesquisas em
Administração e Ciências Contábeis



XI ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

Crise econômica e ajuste fiscal

DE 11 A 12 DE MAIO 2017
CURITIBANOS – SANTA CATARINA
Universidade do Contestado (UnC)

REALIZAÇÃO:

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISADORES EM ECONOMIA CATARINENSE – APEC
UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UnC
Mestrado em Desenvolvimento Regional – UnC
Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração e Ciências Contábeis (GEPACC – UnC)

APOIO:

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
AMURC – Associação dos Municípios da Região do Contestado

Comissão Organizadora – Diretoria da APEC

Dimas de Oliveira Estevam - UNESC - Presidente
Hoyêdo Nunes Lins - UFSC - Vice-Presidente
Tatiane Aparecida Viegas Vargas - UNIDAVI/FURB - Secretária
Áureo Leandro Haag - UNOCHAPECÓ – Vice secretário
Adriano de Amarante - UDESC - Tesoureiro
Bruno Thiago Tomio – FURB- Vice Tesoureiro

Conselho Fiscal

Conselheiros Titulares:

Alcides Goularti Filho - UNESC
Silvio Antônio Ferraz Cário - UFSC
Ivo Marcos Theis - FURB

Conselheiros Suplentes:

Arlene Anélia Renk - UNOCHAPECÓ
Debora Aparecida Almeida - UnC-Curitibanos
Pablo Felipe Bittencourt - UFSC

Comissão Organizadora - UnC

Debora Aparecida Almeida
Ana Paula Della Giustina
Simone Rocha
Claudiane Michaltchuk Granemann
Ivoneete Dieter
Hulda Andréia Dufloth
Luciana Meirelles
Francielle Ferreira
Luciane Melo Melo Monteiro

XI ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

Crise econômica e ajuste fiscal

Resumos

ANAIS

Volume I

**11 a 12 de maio de 2017
CURITIBANOS – SC**

**Coordenação Editorial:
Dimas de Oliveira Estevam
Hoyêdo Nunes Lins
Tatiane Aparecida Viegas Vargas**

**Encontro de Economia Catarinense (2017, Curitiba/SC)
Crise econômica e ajuste fiscal
Anais dos resumos do XI Encontro de Economia Catarinense,
11 e 12 de maio de 2017,
Curitiba, SC, APEC, 2017
Edição Online p. 107.**

ISSN 2175-7313

1.Economia – Santa Catarina – Congressos. I. Título

COMISSÃO CIENTÍFICA

XI EEC – Curitiba/SC – 2017

ÁREAS TEMÁTICAS

1 - Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

Sady Mazzioni (UNOCHAPECÓ)

Marcelino da Silveira (UFRGS)

2 - Gestão e economia do setor público

Carla Eunice Gomes (FURB)

Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt (UFPR)

3 - Demografia, espaço e mercado de trabalho

Elvis Albert Robe Wandscheer (UFRGS).

Adilson Giovanini (UFSC)

4 - História econômica e Social

Fabio Farias de Moraes (USP)

Solange Regina Marin (UFSM)

5 - Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

Armando Dalla Costa (UFPR)

Janaina Ruffoni Trez (UNISINOS)

6 - Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

Dunia Comerlatto (UNOCHAPECÓ)

Fernanda Calazans (UESB)

7 - Desenvolvimento regional e urbano

Marco Antônio Jorge (UFS)

Marcia Fuchter (UNIDAVI)

8 - Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Michelle da Silva Borges (UFG)

Clovis Dorigon (EPAGRI)

9 - Economia e política internacional

Thales de Oliveira Costa Viegas (UFSM)

Talita Alves de Messias (UNISINOS)

10 - Temas especiais

Reney Dorow (CEPA - EPAGRI)

Mauricio Leite (FURB)

APRESENTAÇÃO

A Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense (APEC) disponibiliza neste documento a programação do XI Encontro de Economia Catarinense (XI EEC), acompanhada dos resumos dos trabalhos selecionados para o evento, em realização na Universidade do Contestado (UnC), na cidade de Curitiba, em 11 e 12 de maio de 2017.

Ao mesmo tempo, a APEC dá as boas vindas aos participantes, entre eles os autores dos estudos a serem apresentados, entre trabalhos completos (117) e resumos (35), selecionados de um total de 177 submissões nas dez áreas temáticas definidas. Como informado nesta programação, além da apresentação e do debate desses trabalhos – em 22 mesas –, as atividades incluem conferência e mesas redondas e, igualmente, o lançamento da Revista Catarinense de Economia.

O tema central do XI EEC traduz-se na expressão “Crise econômica e ajuste fiscal”, de crucial importância e gritante atualidade no Brasil. Por conseguinte, esse é o assunto da Conferência que corresponde à Abertura do evento. Esse tema exhibe, evidentemente, destaque em escala nacional – a rigor, internacional, visto que diferentes países atravessam conjunturas que impõem o debate a respeito – e interessa fortemente aos entes federados, sem que Santa Catarina represente exceção.

As duas mesas redondas, de sua parte, versam sobre uma importante “questão catarinense”, de índole histórica e duradouras reverberações econômicas e políticas, além de socioculturais: o Contestado, cujos episódios, dramáticos por quaisquer ângulos, completaram cem anos.

Agradecemos profundamente à UnC de Curitiba o interesse na realização do XI EEC e o suporte institucional oferecido. Cabe uma saudação especial aos professores que integram a coordenação local, assim como a todos que, em Curitiba, se empenharam para que a realização do evento pudesse acontecer com sucesso. Gratidão também é dirigida aos membros da comissão avaliadora dos trabalhos submetidos nas várias áreas temáticas. Sem o envolvimento efetivo desses profissionais, a preparação do XI EEC dificilmente chegaria a bom termo.

Um excelente evento a todos!

Diretoria da APEC

ÍNDICE

PROGRAMAÇÃO RESUMIDA	6
MESAS DE SESSÃO TEMÁTICA.....	2
RESUMOS DOS ARTIGOS DAS SESSÕES TEMÁTICAS	17
1. DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	17
2. GESTÃO E ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO.....	25
3. DEMOGRAFIA, ESPAÇO E MERCADO DE TRABALHO	33
4. HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL.....	41
5. ECONOMIA INDUSTRIAL, DA CIÊNCIA, TÉCNOLOGIA E INOVAÇÃO	47
6. DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	55
7. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	65
8. DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR	74
9. ECONOMIA E POLÍTICA INTERNACIONAL.....	79
10. TEMAS ESPECIAIS	89

PROGRAMAÇÃO GERAL DO XI ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

Dia 11 de maio – quinta feira

Recepção e inscrições: Início às 12h

Sessão Temática I - Mesas de 1 a 5

Horário: 14h às 16h

Intervalo: 16h às 16h30min (café)

Sessão Temática II - Mesas 6 a 10

Horário: 16h30 min. às 18h30min

Sessão de lançamento da **Revista Catarinense de Economia (RCE)** da APEC

Horário: 18h45min as 19h30 min.

Abertura e Conferência do XI Encontro de Economia Catarinense

Horário: 19h30min

Tema: **Crise econômica e ajuste fiscal**

Expositor: Ricardo Luiz Chagas Amorim – ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Coordenador: Hoyêdo Nunes Lins - UFSC

Dia 12 de maio – sexta feira

Sessão Temática III – Mesas 11 a 14

Horário: 08h às 10h

Assembleia Geral da Apec

Horário: 8h30min às 9h30min

Intervalo: 9h30min às 10h (CAFÉ)

Mesa Redonda II

Horário: 10h às 12h

Tema: **Os cem Anos do Contestado em Santa Catarina**

Expositor: Delmir José Valentini - UFFS

Coordenador: Dimas de Oliveira Estevam - UNESC

Intervalo para almoço

Sessão Temática IV – Mesas 15 a 19

Horário: 14h às 16h

Intervalo: 16h às 16h30min (CAFÉ)

Sessão Temática V - Mesas 20 a 22

Horário: 16h30min às 18h30min

Intervalo: 18h30min às 19h

Mesa Redonda III – Conferência de Encerramento

Horário: 19h às 20h30min

Tema: **Os 100 Anos do Contestado nos aspectos Político, Econômico, Social e Religioso**

Expositores: Sandro César Moreira - UnC

Coordenação: Simone Rocha - UnC

MESAS DE SESSÃO TEMÁTICA

Dia 11 de maio de 2017 – Quinta-feira

Sessão Temática I - Mesas 1 a 5

Horário: 14h às 16h

Mesa 1 – Sala: Caio Prado Júnior

ESPAÇO, INFRAESTRUTURA E DINÂMICA ECONÔMICA E ESPACIAL

Coordenador: Marco Antônio Jorge (UFS)

1. A BR-101 E A LITORALIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

João Rogério Sanson (UFSC), Izidro Tomaz Nunes (UFSC)

2. COMPORTAMENTO LOCACIONAL, ESPACIAL E GEOGRÁFICO DAS EXPORTAÇÕES: MÉTODOS DE ANÁLISE REGIONAL PARA OS ESTADOS DO BRASIL 1989-2015

Felipe Orsolin Teixeira (UFSM), Lauana Rossetto Lazaretti (UFSM), João Victor Souza da Silva (UFSM), Clailton Ataídes de Freitas (UFSM)

3. ESTUDO SOBRE AS RODOVIAS FEDERAIS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SANTA CATARINA

Adilene Adratt (UDESC), Ivoneti da Silva Ramos (UDESC), Juliana Tatiane Vital (UDESC)

4. ANÁLISE SHIFT-SHARE: UM ESTUDO PARA AS MESORREGIÕES MINEIRAS NO PERÍODO 2005-2015

Daniele Mendes Silva, Gabrielito Menezes (FURG)

5. O IMPACTO DO SANEAMENTO BÁSICO SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS ESTADOS BRASILEIROS

Valéria Andrade Silva (UFS), Fernanda Esperidião (UFS), Rafaela Rodrigues Gomes (UFS)

Mesa 2 – Sala: Jesiel Marco Gomes

EMPREENDEDORISMO, COMPORTAMENTO EMPRESARIAL E DESENVOLVIMENTO

Coordenador: Bruno Thiago Tomio (FURB)

1. DETERMINANTES DA MORTALIDADE DE EMPRESAS EM SANTA CATARINA: O PAPEL DA INADIMPLÊNCIA

Bruno Thiago Tomio (FURB), Johnny William Monteiro (FURB), Franklin Carlos Zummach (FURB)

2. O ENDEREÇAMENTO EM EMPRESA MADEIREIRA DE GRANDE PORTE NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC

Emanuelle Clasen Olivo (UnC)

3. DETERMINANTES DO EMPREENDEDORISMO NO RIO GRANDE DO SUL EM 2014

Nicolas Nunes Paes (FURG), Roque Pinto de Camargo Neto (FURG), Igor Serpa Moraes (FURG)

4. EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS – UMA ANÁLISE DOS INDICADORES

Samanda Silva da Rosa (FURG), Daniele Mendes Caldas Antunes (FURG), Tiarajú Alves de Freitas (FURG)

5. VISÃO GERAL SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA E ANÁLISES DE SITUAÇÕES EMPRESARIAIS CRÍTICAS À LUZ DE SEUS EIXOS CENTRAIS

Roberto Minadeo (UNICEUMA)

Mesa 3 – Sala: Maria da Conceição Tavares

ECONOMIA FEMINISTA, GÊNERO, EMPREENDEDORISMO E TRABALHO.

Coordenadora: Ana Paula Della Giustina (UnC)

1. INSTITUCIONALISMO VEBLENIANO E A ECONOMIA FEMINISTA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Bibiana Poche Florio (UFSM), Giuliano Manera Longhi (UFSM), Rafael Bastos Vilarinho (UFSM)

2. CONDICIONANTES DO EMPREENDEDORISMO FEMININO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA REGIONAL.

Samanda Silva da Rosa (FURG), Igor Serpa Moraes (FURG), Gabrielito Menezes (FURG)

3. DIFERENÇAS SALARIAIS E DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO E COR NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Davi Winder Catelan (UEM), Matheus Demambre Bacchi (UEM), Maylisson Rodrigo Fonseca (UEM), Katy Maia (UEM)

4. ESCOLHA PROFISSIONAL NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA IES: TENDÊNCIAS EMPREENDEDORAS E GÊNERO

Ana Paula Della Giustina (UnC), Andressa Migliorini (UnC), Antonio Reinaldo Agostini (UnC)

5. IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA NA REFORMULAÇÃO DO PAPEL SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL

Edna Porto da Silva (UFSM)

Mesa 4 – Sala: Paul Singer

ABORDAGENS SOBRE O MUNDO RURAL: GRANDES DINÂMICAS SETORIAIS E ALTERNATIVAS PARA PROPRIEDADES FAMILIARES

Coordenadora: Marcia Fuchter (UNIDAVI)

1. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM MODELO COMPUTACIONAL BASEADO EM AGENTES – 2010/2016

Marcelo de Oliveira Passos (UFPEL), Jean Rodrigues Venecian (UFPEL), Raul Augusto Cunha (UFPEL), Matheus Salles Alquati (UFPEL)

2. PANORAMA DO SETOR LÁCTEO BRASILEIRO DE 2002 A 2015

Janaína Führ (UFSC)

3. GESTÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO ALTO VALE DO ITAJAÍ CATARINENSE: PERCEPÇÕES SOBRE O AMBIENTE EXTERNO E INTERNO

Luis Augusto Araújo (EPAGRI/CEPA), Alexandre Luis Giehl (EPAGRI/CEPA), Antônio Marcos Feliciano (EPAGRI/CEPA), Claudimir Rodrigues (EPAGRI/CEPA)

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE LAURENTINO (2009-2015)

Maiara Eloi da Silva (UNIDAVI), Marcia Fuchter (UNIDAVI)

5. POLITICAS PUBLICAS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E FOMENTO PUBLICO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Fabricio Trevisol Bordignon (UNIBAVE)

Mesa 5 – Sala: Milton Santos

INDÚSTRIA E TECNOLOGIA: PERFIS SETORIAIS, ESTRATÉGIAS E PROTAGONISMO EXPORTADOR

Coordenador: Silvio Antonio Ferraz Cario (UFSC)

1. ASPECTOS ECONÔMICOS DA ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE AUTOPEÇAS NA REGIÃO SUL – PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Bruna Paisano (UFSC), Silvio Antonio Ferraz Cario (UFSC), Daniele Neuberger (UFSC)

2. ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO NO SETOR TÊXTIL E DE CONFECÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA DUDALINA

Luiz Carlos de Carvalho Júnior (UFSC), Caroline Kratz Mendonça Rosa (UFSC)

3. PADRÕES SETORIAIS DE MUDANÇA TÉCNICA E FOMENTO DE INOVAÇÕES NA INDÚSTRIA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR AUTOMOTIVO

Almir Cléydison Joaquim da Silva (UFPR), Walter Tadahiro Shima (UFPR), Mônica Aparecida Bortolotti (UFPR)

4. ANÁLISE DA INTENSIDADE TECNOLÓGICA DOS FLUXOS COMERCIAIS BRASILEIROS (1997-2015)

Rafael Bastos Vilarinho (UFSM), Giuliano Manera Longhi (UFSM)

5. SISTEMAS DE INOVAÇÃO E POLÍTICA INDUSTRIAL DE INOVAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO DOS ESFORÇOS E DESEMPENHOS DE BRASIL E COREIA DO SUL

Ivan Prizon (UFPR), Adriano José Pereira (UFPR)

Intervalo: 16h às 16h30min (CAFÉ)

Sessão Temática II - Mesas 6 a 10

Horário: 16h30 min. às 18h30min

Mesa 6 – Sala: Jesiel Marco Gomes

DEMOGRAFIA, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Coordenadora: Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt (UFPR/UNESC)

1. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt (UFPR), Fabiano Abranches Silva Dalto (UFPR)

2. CENÁRIOS PROSPECTIVOS DA EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA EM CRECHE PARA O BRASIL

Matheus Mascioli Berlingeri (USP), Daniel Domingues dos Santos (USP)

3. EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NOS ESTADOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DE CLUSTERS

Lauana Rossetto Lazaretti (UFSM), Elen Presotto (UFSM), Patricia Batistella (UFSM), Clailton Ataídes de Freitas (UFSM), Pascoal José Marion Filho (UFSM)

4. DESENVOLVIMENTO HUMANO, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Carine de Almeida Vieira (UFABC)

Mesa 7 – Sala: Maria da Conceição Tavares

FOCALIZANDO DINÂMICAS REGIONAIS NO SUL DO BRASIL: INSTITUIÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Coordenador: Rogério Goulart Júnior (EPAGRI/CEPA)

1. AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010

Alyne Sehnem (UFSC)

2. TERRITÓRIOS TURÍSTICOS EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL MERIDIONAL: A SERRA GAÚCHA EM FOCO

Hoyêdo Nunes Lins (UFSC)

3. ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES DE MÓVEIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Mônica Marcon (UCS), Mayara Muller (UFSC)

4. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E MERCADO DO MARACUJÁ NO SUL CATARINENSE

Rogério Goulart Júnior (EPAGRI/CEPA)

5. INTERAÇÕES CATARINENSES NO SEIO DO BRICS: ESBOÇO DE ABORDAGEM COM REALCE PARA A ÍNDIA

Hoyêdo Nunes Lins (UFSC)

Mesa 8 – Sala: Paul Singer**DESIGUALDADE, APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA****Coordenadora:** Anielle Gonçalves de Oliveira (UNIDAVI)

1. APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LOCAL DE RENDA: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU-SC

Luiz Victor Pittella Siqueira (UFFS), Julie Rossato Fagundes (UFFS)

2. DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA NO ESTADO DO PARÁ E SUAS MESORREGIÕES: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS ENTRE 1999 E 2009

Jorge Eduardo Macedo Simões, Clayton Douglas Chagas de Oliveira, David Costa Correia Silva (UFPA)

3. AS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PRESENTES EM SANTA CATARINA: ANÁLISE DA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Cris Palma (UNIDAVI) Tatiane Viega Vargas (FURB/ UNIDAVI), Anielle Gonçalves de Oliveira (UNIDAVI)

4. KEY INDICATORS OF TIME BANK PARTICIPATION: USING TRANSACTION DATA FOR EVALUATION OF “BANCO DE TEMPO – FLORIANÓPOLIS”

Michele Romanello (UFSC)

5. O PENSAR COLETIVO DO HOMEM DO CAMPO SOBRE O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA GESTÃO RURAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES

Debora Aparecida Almeida (UnC), Cátia da Silva Cruz (UnC)

Mesa 9 – Sala: Milton Santos**FINANÇAS, GESTÃO PÚBLICA E PLANEJAMENTO NOS ENTES FEDERADOS: DIFERENTES ASPECTOS****Coordenador:** Juliano Giassi Goularti (UNICAMP)

1. TRAJETÓRIA DE GASTOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA COM A FUNÇÃO EDUCAÇÃO (1955-2010)

Liara Darabas Ronçani (UNESC)

2. DESBUROCRATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA REDESIMPLES EM SANTA CATARINA

Diego Wander Demetrio (UFSC), Ivoneti da Silva Ramos (UDESC)

3. O IMPACTO DO AUMENTO DAS RECEITAS SOBRE OS GASTOS MUNICIPAIS: UM ESTUDO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE/SC

Dimas de Oliveira Estevam (UNESC), Larissa Dondossola Brovedan (UNESC)

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO PLANEJADOR BRASILEIRO: UMA BREVE DISCUSSÃO

Carolina Biz (UNESC)

5. “...AS FINANÇAS DITAM O RITMO DA ECONOMIA...”: O USO MODIFICADO DAS DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS NO BRASIL

Juliano Giassi Goularti (UNICAMP)

Mesa 10 – Sala: Caio Prado Júnior**INOVAÇÕES NO CAMPO E NA CIDADE, SUSTENTABILIDADE E INSTITUIÇÕES****Coordenador:** Aureo Leandro Hagg (UNOCHAPECÓ)**1. O TURISMO RURAL COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO, SC**

Aureo Leandro Hagg (UNOCHAPECÓ)

2. SUINOCULTURA, MEIO AMBIENTE E BIOGÁS EM SANTA CATARINA

Francisco Gelinski Neto (UFSC), Eduardo Gelinski Junior (UFSC), Felipe Guesser (UFSC)

3. POR QUE ALGUNS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES DE SANTA CATARINA SUPERAM OUTROS? UMA ABORDAGEM DA VISÃO BASEADA EM RECURSOS (VBR)

Luis Augusto Araújo (EPAGRI/CEPA), Elizabete Catapan (EPAGRI/CEPA), Marcia Mondardo (EPAGRI/CEPA)

4. UMA ANÁLISE DA INCUBADORA DE BASE TECNOLÓGICA MIDI TECNOLÓGICO DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA

Luiz Carlos de Carvalho Júnior (UFSC), Gustavo Gonçalves de Bacellar (UFSC)

Mesa Resumos – Celso Furtado**PROBLEMÁTICAS DA JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA (RESUMOS)****Coordenadora:** Debora Aparecida Almeida (UnC)**1. DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO: AS IDAS E VINDAS DOS JOVENS NO CAMPO**

Debora Aparecida Almeida (UnC), Valternides de Souza Junior (UnC)

2. ESPAÇOS DE VULNERABILIDADE: CONFIGURAÇÕES ACERCA DA JUVENTUDE NEGRA NA REGIÃO DO PLANALTO CENTRAL CATARINENSE

Debora Aparecida Almeida (UnC), Anderson Suchara (UnC)

3. ACESSO DE JOVENS AO CRÉDITO RURAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO: O CASO DO PRONAF JOVEM

Alexandre Luis Giehl (EPAGRI), Jurandi Teodoro Gugel (EPAGRI)

4. PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O TERRITÓRIO RURAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Andrei Stock (FURB), Simone Caroline Piontkewicz (FURB)

5. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO MARXISTA

Fabiana da Silva Costa (PUC-SP)

6. OS REFLEXOS DO ASSÉDIO MORAL NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DO UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DE CURITIBANOS/SC

Debora Aparecida Almeida (UnC), Antonio Reinaldo Agostini (UnC), Luana Gava (UnC)

Sessão de lançamento da **Revista Catarinense de Economia** (RCE) da APEC
Horário: 18h45min as 19h30 min.

Abertura e Conferência do XI Encontro de Economia Catarinense

Horário: 19h30min

Tema: **Crise econômica e ajuste fiscal**

Expositor: Ricardo Luiz Chagas Amorim – ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Coordenador: Hoyêdo Nunes Lins (UFSC)

Dia 12 de maio de 2017 – Sexta-feira

Sessão Temática III – Mesas 11 a 14

Horário: 08h às 10h

Mesa 11 – Sala: Caio Prado Júnior

TERRITÓRIOS SUBNACIONAIS, INTERAÇÕES EXTERNAS E DINÂMICAS INTERNACIONAIS COMPARADAS

Coordenador: Alison Geovani Schwingel Franck (UFSC)

1. PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE GOIÁS (1999-2016)

Alison Geovani Schwingel Franck (UFSC), Laís Viera Trevisan (UFSC), Rodrigo Abbade da Silva (UFSC), Daniel Arruda Coronel (UFSC)

2. A PERSPECTIVA DA CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA SOB A ÓTICA DO SETOR DE COMÉRCIO REGIONAL

Meline Vitali Duminelli (UNESCO), Cristina Keiko Yamaguchi (UNESCO), Tainara Silveira Redivo (UNESCO)

3. DINÂMICA DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE BASE FLORESTAL EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 2005 – 2014

Ivo Raulino

4. A DEMANDA MUNDIAL PELO MINÉRIO DE FERRO AMAZÔNICO

Jorge Eduardo Macedo Simões (UNIFESSPA), Clayton Douglas Chagas de Oliveira (UNIFESSPA), David Costa Correia Silva (UNIFESSPA)

5. UM PREÂMBULO DA INDÚSTRIA NACIONAL COM FOCO NO SETOR DE BENS DE CAPITAL: UMA ANÁLISE DAS PAUTAS DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS ENTRE 1990 E 2014.

Polliany Aparecida Lopes de Carvalho (UFF)

Mesa 12 – Sala: Paul Singer**A QUESTÃO FINANCEIRA NA ESCALA NACIONAL****Coordenadora:** Daniele Mendes Caldas Antunes (UFRG)

1. A AUTONOMIA DOS GOVERNOS MUNICIPAIS GAÚCHOS: A APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE AUTONOMIA CISCAL – IAF – PARA OS MAIORES MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Daniele Mendes Caldas Antunes (UFRG), Samanda Silva da Rosa (UFRG)

2. A GESTÃO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APÓS A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: UMA ANÁLISE DAS CONTAS PÚBLICAS ENTRE 2001 E 2016

Luiz Victor Pittella Siqueira (UFFS)

3. AS METAS FISCAIS ALCANÇADAS NO PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO DILMA: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS PELAS REGRAS

Edna Porto da Silva (UFSM), Adolfo de Luna Matias (UFSM)

4. ORTODOXIA E HETERODOXIA NA ECONOMIA: UM DEBATE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS

Fabiane Hegele (UFSM)

Mesa 13 – Sala: Maria da Conceição Tavares**REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ECONÔMICA E ABORDAGENS SOBRE TEMAS DE DIFERENTES ESCOPOS HISTÓRICOS****Coordenador:** Luiz Claudio de Freitas (UNESC)

1. O PORTO DE LAGUNA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO SUL CATARINENSE

Luiz Claudio de Freitas (UNESC)

2. IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ECONÔMICA NO ENSINO DA ECONOMIA

Edmundo Pozes da Silva (IFPR), Frederico Coutinho Carvalho Silva Lemos (IFPR), Fernando Pozes da Silva (IFPR)

3. MODERNIZAÇÃO E PROPAGANDA: O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE DE SÃO PAULO E A PROFSSIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA: O CASO DA AGÊNCIA ECLÉTICA, 1914-1929

Roger Cavalheiro Silva (USP)

4. O CIRCUITO MERCANTIL ENTRE AS CAPITANIAS DO PARÁ E DO OESTE DO ESTADO DO BRASIL: CONTROLES E CONEXÕES COMERCIAIS

Siméia de Nazaré Lopes (UFPA)

5. IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOBRE OS CICLOS POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIOS E OS NÍVEIS DE DESPESAS E RECEITAS NOS ESTADOS BRASILEIROS

Jonatan Lautenschlage (Universidade do Minho)

Mesa 14 – Sala: Milton Santos**CRESCIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE****Coordenadora:** Bibiana Poche Florio (UFSM)**1. ECONOMIA ECOLÓGICA E A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: POLUIÇÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS**

Giuliano Manera Longhi, Edna Porto da Silva, Bibiana Poche Florio (UFSM)

2. CRESCIMENTO ECONÔMICO E POLUIÇÃO: EVIDÊNCIAS DA CURVA DE KUZNETS AMBIENTAL PARA O BRASIL (1970 – 2011)

Guilherme Nunes Pires (UFSM), Denise Gomes de Gomes (UFMS)

3. DISCLOSURE DE PRÁTICAS DE GREEN LOGISTIC: UM ESTUDO EM EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Natália Luciana Prior (UFSC), Emanuele Engelage (UFSC), Altair Borgert (UFSC)

4. CRESCIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DE CAUSALIDADE EM SÉRIES TEMPORAIS PARA OS EUA ENTRE 1963 E 2008

Willian Boschetti Adamczyk (PUCRS), José Martins dos Santos (PUCRS).

Mesa Resumos – Sala: Celso Furtado**POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE****Coordenadora:** Denise Gomes de Gomes (UFSM)**1. MERCADO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DE MARKETING**

Marcos Dalmoro (UNIBAVI), Cristina Keiko Yamaguchi (UNESC)

2. ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL DO FATOR AGREGADO DAS EXPORTAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2013

André Ricardo Bechlin (UNESPAR)

3. URBANIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: UMA NOVA MATRIZ URBANÍSTICA

Vagner Ocner Filho (PUC-SP)

4. O SETOR PRIVADO E A SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE: ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fabiana da Silva Costa (PUC-SP)

5. O CARVÃO MINERAL COMO COMPLEMENTO NA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO 2000-2015: SEGURANÇA ENERGÉTICA VS. SUSTENTABILIDADE

Denise Gomes de Gomes (UFSM), Guilherme Nunes Pires (UFSM)

Assembleia Geral da APEC**Horário: 8h30 às 9h30****Intervalo: 9h30 às 10h (café)****Mesa Redonda II**

Horário: 10h às 12h

Tema: **Os cem Anos do Contestado em Santa Catarina**

Expositor: Delmir José Valentini - UFFS

Coordenador: Dimas de Oliveira Estevam

Intervalo para almoço**Sessão Temática IV - Mesas de 15 a 19****Horário: 14h às 16h****Mesa 15 – Sala: Caio Prado Júnior****CRÉDITO, MICROCRÉDITO, FLUXOS DE CAPITAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA****Coordenador:** Lauro Mattei (UFSC)

1. ABERTURA FINANCEIRA, FLUXOS DE CAPITAIS E O COMPORTAMENTO DA TAXA DE CÂMBIO REAL NA ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Michael Gonçalves da Silva (UFSM), Fernanda Dalcin Flôres (UFSM)

2. PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ DO SISTEMA BANCÁRIO: UMA ANÁLISE REGIONAL PÓS-KEYNESIANA

Wallace Marcelino Pereira (CEDELAR-UFGM), Helberte João França Almeida (CSE-UFSC)

3. O EFEITO DA CRISE ECONÔMICA SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO EM SANTA CATARINA

Ludmila Dietzel Amarante (UnC)

4. A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2007 e 2016

Juliano Luiz Fossá (UNOCHAPECÓ), Lauro Mattei (UFSC)

5. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Alexandre Reis (Faculdade Antônio Meneghetti)

Mesa 16 - Sala: Jesiel Marco Gomes**ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM CONEXÃO COM A ECONOMIA: REFLEXÃO GERAL E ABORDAGENS ESPECÍFICAS****Coordenadora:** Cristina Keiko Yamaguchi (UNESC)

1. REFLEXOS DE UMA CLÍNICA ESCOLA NO ATENDIMENTO EM SAÚDE NO SUL DE SANTA CATARINA

Marlon Gonçalves Zilli (UNESC), Cristina Keiko Yamaguchi (UNESC), Ana Paula Silva dos Santos (UNESC)

2. SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEÇÃO SOCIAL DA MOBILIDADE URBANA NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC: UMA PROPOSTA PARTICIPATIVA
Debora Aparecida Almeida (UnC-Curitibanos), Bernardo de Souza (UnC-Curitibanos)

3. CRIMINALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA PARA OS COREDES NO ANO DE 2010
Maicker Leite Bartz (FURG), Gabrielito Menezes (FURG), Ewerton da Silva Quartieri (FURG)

4. INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL
Maicker Leite Bartz (FURG), Tiarajú Alves de Freitas (FURG), Ewerton da Silva Quartieri (FURG)

5. VÍTIMA EM POTENCIAL: UMA ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS QUE TORNAM OS INDIVÍDUOS MAIS PROPENSOS A SOFRER VITIMIZAÇÃO POR ROUBO E FURTO DE VEÍCULOS NO BRASIL
Gabriela Farias da Silva (FURG)

Mesa 17 – Sala: Maria da Conceição Tavares

COMÉRCIO E INTERAÇÕES EXTERNAS E CADEIAS GLOBAIS OU REGIONAIS

Coordenador: Max Cardoso de Resende (UFSC)

1.A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR DO SETOR DE SERVIÇOS
Fabiano Hegele (UFSM)

2. ANÁLISE DA SOFISTICAÇÃO DO COMÉRCIO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL
João Victor Souza da Silva (UFSM), Lauana Rosseto Lazaretti (UFSM), Patricia Batistella (UFSM), Gilberto de Oliveira Veloso (UFSM)

3. A “PRIMARIZAÇÃO” DA PAUTA EXPORTADORA E A QUESTÃO DA DOENÇA HOLANDESA: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
Max Cardoso de Resende (UFSC), Dinorá Baldo de Faveri (UFSC), Silvio Antonio Ferraz Cario (UFSC)

4. EXCHANGE RATE PASS-THROUGH SOBRE OS PREÇOS DE EXPORTAÇÃO NOS PORTOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL
Roque Pinto de Camargo Neto (UFRG)

5. PADRÃO DE COMÉRCIO E COMPETITIVIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES DE LARANJA E SEU SUCO CONCENTRADO NO PERÍODO DE 1997-2013
Patricia Batistella (UFSM), Elen Presotto (UFSM), Felipe Orsolin Teixeira (UFSM), Paulo Ricardo Feistel (UFSM)

Mesa 18 – Sala: Paul Singer**DIFERENTES ASPECTOS DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL E DOS VÍNCULOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS ENTRE OS PAÍSES**

Coordenadora: Talita Alves de Messias (UNISINOS)

1. UMA ANÁLISE DO EFEITO DA PARCELA SALARIAL SOBRE A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO PARA AS ECONOMIAS ATRAVÉS DO MODELO DE DADOS EM PAINÉL: 1980-2014

Tatiele Lacerda da Silva (PUCRS)

2. INTERAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E APEC NO ANO DE 2015: UMA ANÁLISE COM O MODELO GRAVITACIONAL

Sarah Geciellen Cabral Braz (UEPG), Angel Maitê Bobato (UEPG)

3. O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO LATINO-AMERICANO NA MONTAGEM DO SISTEMA MONETÁRIO MUNDIAL DO DÓLAR FLEXÍVEL

Talita Alves de Messias (UNISINOS)

4. COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL, URUGUAI E ARGENTINA PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NAVAL – 2010-2015

André Alves dos Santos (UNESC)

5. CORPORAÇÕES EM EXAME: TENDÊNCIAS DA CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL (1990-2014)

Mariel Liberato Schwartz

Mesa 19 – Sala: Milton Santos**INFRAESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES EM PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Coordenador: Fábio Farias de Moraes (USP)

1. ESTRADA DE CAMPOS NOVOS E DE PALMAS: DOIS CAMINHOS NO MEIO DE UMA DISPUTA TERRITORIAL

Alcides Goularti Filho (UNESC)

2. EXPANSÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS EM SANTA CATARINA NA FORMAÇÃO DE UM SISTEMA REGIONAL DE ECONOMIA: 1900-1930

Gabriel Crozetta Mazon (UNESC), Alcides Goularti Filho (UNESC)

3. O PLANEJAMENTO ESTADUAL NA FORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO CATARINENSE

Fábio Farias de Moraes (USP)

4. INTRODUÇÃO AO INSTITUTO NACIONAL DO MATE E À ECONOMIA DA ERVA-MATE NO BRASIL

José Antonio Fernandes (USP)

Mesa: Resumos – Sala: Celso Furtado

Coordenadora: Dunia Comerlato (UNOCHAPECÓ)

DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS (RESUMOS)

1. O ACESSO AO CRÉDITO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE-SC

Juliano Luiz Fossá (UNOCHAPECÓ), Lauro Mattei (UFSC)

2. O PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA

Edaiane Fatima Comonelli (UNOCHAPECÓ), Bruna Taize de Medeiros (UNOCHAPECÓ)

3. PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE AGRICULTORES NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA PAUTA PARA DISCUSSÃO

Juliano Luiz Fossá (UNOCHAPECÓ), Dunia Comerlatto (UNOCHAPECÓ), Patricia Chemin (UNOCHAPECÓ)

4. CULTIVANDO SABERES: HORTAS FAMILIARES, SEGURANÇA ALIMENTAR E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO PLANALTO SERRANO CATARINENSE

Amanda Farias Leão (UFSC), Nádia da Silva (UFSC), Natalia Camargo Rodrigues (UFSC), Nicole Orsi (UFSC), Zilma Isabel Peixer (UFSC)

5. GESTÃO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES DE SANTA CATARINA: PERCEPÇÕES SOBRE O AMBIENTE INTERNO

Luis Augusto Araújo (EPAGRI/CEPA), Alexandre Luis Giehl (EPAGRI/CEPA), Antônio Marcos Feliciano (EPAGRI/CEPA).

6. AVALIAÇÃO ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DE POLICULTIVO DE PEIXES ALIADO A PRODUÇÃO DE SUÍNOS NA REGIÃO DE CURITIBANOS-SC

Marcio dos Santos (UFSC)

7. O TRABALHO FORMAL NAS COOPERATIVAS CATARINENSES

Max Richard Coelho Verginio (UNESC), Dimas de Oliveira Estevam (UNESC)

Intervalo: 16h às 16h30min (CAFÉ)

Sessão Temática V - Mesas 20 a 22

Horário: 16h30min às 18h30min

Mesa 20 – Sala: Caio Prado Júnior

ASSUNTOS DIVERSOS ENVOLVENDO CONDUTA ECONÔMICA, SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO CORPORATIVO E PROFISSIONAL

Coordenadora: Claudiane Michaltchuk Granemann (UnC)

1. ECONOMIA E AS RELAÇÕES MORAIS

Jucilene Paula Silva (UnC)

2. PERFIL DE CONSUMO CONSCIENTE POR MEIO DE ATITUDES E COMPORTAMENTOS INDIVIDUAIS: UM ESTUDO COM A POPULAÇÃO CURITIBANENSE

Ana Paula Della Giustina (UnC), Daniela Ribeiro de Almeida (UnC).

3. EVIDENCIAÇÃO DE RISCOS E A RELAÇÃO COM A GOVERNANÇA CORPORATIVA EM CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS BRASILEIRAS

Claudiane Michaltchuk Granemann (UnC), Marcia Zanievycz da Silva (FURB), Dalana Fischer (FURB)

4. A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL ACERCA DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) EM EMPRESAS DE CURITIBANOS E REGIÃO

Adriane Comelli (UnC), Lucas Contini de Oliveira (UnC)

Mesa 21 – Sala: Jesiel Marco Gomes

INSTITUIÇÕES, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO: ALGUNS ASPECTOS E REFLEXOS

Coordenador: William José Borges (IFSC)

1. INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA PARA O DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA: CONTRIBUIÇÃO PARA O SISTEMA DE INOVAÇÃO ESTADUAL

William José Borges (IFSC), Silvio Antonio Ferraz Cario (UFSC)

2. ATUAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE EMPRESARIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Keylla Signorelli (UFSC), Silvio Antonio Ferraz Cario (UFSC)

3. NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA TENTATIVA DE APROXIMAR PRODUTOR E USUÁRIO DO CONHECIMENTO

Roni Francisco Pichetti (FURB), Ivo Marcos Theis (FURB)

4. O PAPEL RECENTE DO SENAI NA PROMOÇÃO DO SISTEMA DE INOVAÇÃO DE SANTA CATARINA

Pablo Felipe Bittencourt (UFSC)

5. SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO NO BRASIL: O POLO DE TIC DE CURITIBA

Pollyanna Rodrigues Gondin (UFPR), Walter Tadahiro Shima (UFPR)

MESA 22 – Sala: Maria da Conceição Tavares

VARIAÇÕES EM TORNO DAS PROBLEMÁTICAS FISCAL, FINANCEIRA E DE FUNCIONAMENTO DO SETOR PÚBLICO NO BRASIL

Coordenadora: Tatiele Lacerda da Silva (PUC-RS)

1. ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS NO ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

Ivoneti da Silva Ramos (UDESC), Tadeu Lucena da Silva (UDESC), Alex Fabiane Teixeira (UDESC)

2. ÍNDICE DE FRAGILIDADE FINANCEIRA E A DINÂMICA DE MINSKY: UMA APLICAÇÃO DO MODELO LOGIT ORDENADO PARA O MERCADO ACIONÁRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Tatiele Lacerda da Silva (PUCRS), Isabel Kopezinski da Silva (PUCRS)

3.SISTEMATIZAÇÃO DO COMBATE À CORRUPÇÃO POR MEIO DE PUNIÇÕES
EXPULSIVAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Debora Aparecida Almeida (UnC), Andréia Aparecida Hack (UnC)

4. POLÍTICA FISCAL E REELEIÇÃO NO BRASIL: ESTUDO DAS ELEIÇÕES
MUNICIPAIS DE 2008 E 2012

Jonatan Lautenschlage (Universidade do Minho)

5. A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DOS PREFEITOS E DAS ELEIÇÕES NA
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Jonatan Lautenschlage (Universidade do Minho)

Mesa Redonda III – Conferência de Encerramento

Horário: 19h às 20h30min

Tema: **Os 100 Anos do Contestado nos aspectos Político, Econômico, Social e Religioso**

Expositores: Sandro César Moreira - UnC

Coordenação: Simone Rocha - UnC

RESUMOS DOS ARTIGOS DAS SESSÕES TEMÁTICAS

1 - DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

1.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DE CAUSALIDADE EM SÉRIES TEMPORAIS PARA OS EUA ENTRE 1963 E 2008

Willian Boschetti Adamczyk

PUCRS, willianadamczyk@yahoo.com.br

José Martins dos Santos

PUCRS/UFFS, martins.js@gmail.com

Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

Este ensaio investiga as relações de causalidade entre o Produto Interno Bruto (PIB), emissões de CO₂ e Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) para os EUA no período de 1963 e 2008. A fim de gerar riqueza e bem-estar, os sistemas produtivos empregam capital, trabalho e recursos naturais resultando em dois produtos: “produto bom”, expresso através do Produto Interno Bruto (PIB), e um “produto ruim”, a emissão de gases ambientalmente prejudiciais, como gás carbônico (CO₂). Sabe-se que as elevações nas médias da temperatura global decorrem dos aumentos das emissões de gases poluentes, com potenciais prejuízos econômicos e humanitários aos países. Através de um modelo Vetor de Correção de Erros (VECM) mostra-se que, no curto prazo, aumentos nas emissões de CO₂ geram efeitos positivos sobre a FBKF e o PIB. Porém, variações de FBKF reduzem CO₂ e PIB. Não é possível afirmar que variações na FBKF resultem em efeitos positivos sobre emissões de CO₂. Verificou-se causalidade de Granger bidirecional de Δ CO₂ para PIB e de PIB para Δ FBKF, e apenas causalidade unidirecional de Δ CO₂ para Δ FBKF. No longo prazo, FBKF não se mostrou significativo para a variação nas emissões de CO₂. Por fim, formula-se a hipótese sobre a qualidade do capital como influente para as emissões no longo prazo: denomina-se um tipo de capital de “tecnologia suja”, por ser intensivo em recursos naturais e maior potencial poluidor, em que o crescimento econômico ocorre juntamente com a pressão ambiental; alternativamente, o crescimento econômico pode se dar com a adoção do capital de “tecnologia limpa”, sendo poupadora de recursos naturais e com menor potencial poluidor. A opção por este tipo de capital é decorrente de processos de inovação e de mudança técnica. **Palavras-chave:** Crescimento Econômico. Meio Ambiente. Causalidade de Granger, Mudança Técnica.

1.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E POLUIÇÃO: EVIDÊNCIAS DA CURVA DE KUZNETS AMBIENTAL PARA O BRASIL (1970 – 2011)

Guilherme Nunes Pires

UFMS; gnpires@hotmail.com

Denise Gomes de Gomes

UFMS, gomes_de_gomes@hotmail.com

Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

A ideia central da Curva de Kuznets Ambiental (CKA) baseia-se na relação entre degradação ambiental e a renda do país ao longo do tempo. À medida que o processo de desenvolvimento se intensifica, e a renda cresce substancialmente, a economia tende a passar por um processo de minoração dos seus impactos no meio ambiente. Essa premissa básica têm suas raízes nos

estudos feitos por Simon Kuznets (1955) ao analisar as evidências empíricas da diminuição da desigualdade decorrente do aumento da renda *per capita*. A Curva de Kuznets Ambiental apresenta uma relação inversa entre as emissões de dióxido de carbono e o crescimento do produto *per capita*. Em um primeiro momento, as emissões se intensificarão a medida que o país passa por um processo mais intenso de industrialização e crescimento econômico. Após o período inicial, teoricamente, as emissões tendem a decrescer com o maior grau de desenvolvimento. O trabalho de Grossman e Krueger (1995) foi pioneiro na análise da Curva de Kuznets Ambiental ao evidenciar empiricamente a forma de U-invertido entre a renda *per capita* e o aumento da poluição. Em períodos iniciais de desenvolvimento econômico, onde a economia é predominantemente agrícola, em processo de industrialização, há intensificação das emissões de gases poluentes. O objetivo desse artigo é estabelecer se há evidências empíricas para a Curva de Kuznets Ambiental para o caso brasileiro. Para isso, foi estimada uma regressão cúbica no intuito de encontrar indícios da relação entre renda *per capita* e emissões de dióxido de carbono (CO_2) no formato de U-invertido como estabelecido no trabalho pioneiro de Grossman e Krueger (1995). O período de análise compreende-se de 1970 a 2011. Os dados utilizados estão disponíveis na *database* do Banco Mundial (*World Bank*). Percebe-se que há evidências para tal hipótese no caso brasileiro. Contudo, no longo prazo, essa relação tende a inverter-se.

Palavras-chave: CKA, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente.

1.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO MARXISTA

Fabiana Costa

USP-SP, fabianacosta_economia@hotmail.com

Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental

As consequências do sistema capitalista ao meio ambiente foi destaque pela primeira vez em 1972, na Conferência das Nações Unidas em Estocolmo e tem ganhado destaque nos dias atuais. Nos deparamos com um modelo onde as ações dos capitalistas tem potencializado os danos ao meio ambiente, reforçando os problemas de caráter socioeconômico. Surge a necessidade de um novo modelo, um modelo de desenvolvimento sustentável capaz de equilibrar as questões sociais, econômicas e ambientais. Fato é, que o sistema capitalista tem gerado tensões. Karl Marx, já em *O Capital*, livro 1, abordava a tendência do capitalismo em gerar crises, destacando que a razão da crise está na própria irracionalidade do processo produtivo, que conduz este sistema a uma crise permanente, provocada pela produção de mercadorias e acumulação do lucro. A produção capitalista ao se desenvolver, “*combinando técnicas produtivas avançadas, mina simultaneamente, as fontes originais de toda a riqueza – o solo e o trabalhador*” (MARX, 2013). O fato de tudo se tornar mercadoria, o crescimento da produção e o consumo exacerbado, nos permite refletir sobre a crise ambiental ser também consequência de uma crise do capitalismo, uma vez que o meio ambiente não pode ficar fora dessa lógica. Ocorre uma privatização da natureza, onde tudo é reduzido a um valor de mercado. A natureza passa a ser tratada como mercadoria. Para Marx (2013), “*a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer*”. Necessidades é outra categoria explicada por Marx, podendo ser uma necessidade humana, um meio de subsistência ou um meio de produção, relevante para a questão ambiental, uma vez que o princípio do desenvolvimento sustentável, determina que os recursos naturais devem ser utilizados com o objetivo de *atender às necessidades do presente sem comprometer o*

atendimento das necessidades das gerações futuras. Na economia capitalista, a interação entre ser humano e natureza tende a ser eliminada, reduzida à constante busca pela lucratividade. Mas, o aumento de produtividade e lucratividade só tornaram os problemas socioambientais mais graves nos últimos anos, a pobreza e a miséria não recuaram no mundo e os ecossistemas estão gravemente atingidos ou ameaçados pelo esgotamento de certos recursos naturais e o aumento das poluições. Muito antes do movimento ambientalista se preocupar com a degradação ambiental, do tema ser tratado pelas Nações Unidas e até mesmo antes do surgimento de legislações, Marx já advertia sobre a responsabilidade com a terra e com as gerações futuras. O desenvolvimento sustentável só será possível se alterarmos a forma de produção do sistema atual, é preciso ter objetivos que ultrapassem a lucratividade, é preciso olhar para as questões sociais, econômicas e principalmente ambientais. Rever o modo de produção torna-se urgente e essencial para sobrevivência.

1.4 DISCLOSURE DE PRÁTICAS DE GREEN LOGISTIC: UM ESTUDO EM EMPRESAS LISTADAS NO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Natália Luciana Prior

UnC, nataliaprior9@hotmail.com

Emanuele Engelage

UFSC, manuengelage@hotmail.com

Altair Borgert

UFSC, altair@borgert.com.br

Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

As preocupações voltadas às questões socioambientais associadas à necessidade de agregação de valor e à competitividade existente, fazem com que as organizações busquem integrar às suas atividades e evidenciar aos seus *stakeholders*, práticas sustentáveis, como forma de alcançar um diferencial competitivo, melhorar sua imagem e diminuir o impacto de suas atividades no ambiente. A *green logistic* se caracteriza como um conjunto de práticas voltadas à eficiência logística, ou seja, do fluxo e armazenagem de bens, materiais, produtos e informações no decorrer da cadeia de suprimentos, que integra questões ambientais, econômicas e sociais. Dessa forma, este estudo buscou identificar quais práticas de *green logistic* são utilizadas e evidenciadas pelas empresas listadas na 11ª carteira ISE da BM&FBOVESPA, por meio de seus relatórios de sustentabilidade, uma vez que essas empresas já apresentam indícios de práticas ambientalmente amigáveis. Para tanto, utilizou-se como base as 85 práticas de *green logistic* apresentadas por Engelage, Borgert e De Souza (2016) passíveis de utilização por empresas, organizadas conforme a taxonomia proposta pelos autores. Realizou-se buscas nos relatórios por palavras-chave relacionadas a cada uma dessas práticas. Com a análise dos dados, pode-se identificar que 100% das empresas fornecem treinamento técnico, têm compromisso da gestão de topo e divulgam taxas de emissões. Por outro lado, seis práticas não foram evidenciadas por nenhuma empresa. Como informações complementares identifica-se que a empresa que mais evidencia práticas de *green logistic* é o Banco do Brasil e as que menos evidenciam são o Itaú S.A. e a Cielo. Verifica-se, também, a representatividade de cada componente da taxonomia, com base no total de práticas existentes e identificadas em cada grupo, sendo o mais expressivo o *marketing verde*. A empresa que possui mais certificações é a Klabin e a certificação mais evidenciada é a ISO 14001. Além disso, o estudo indica a utilização dos critérios do índice *Global Reporting Initiative* (GRI) e a adesão à Matriz da Materialidade por 100% das empresas analisadas.

Palavras-Chave: *Green Logistic*. Sustentabilidade. Logística. *Disclosure*. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

1.5 ECONOMIA ECOLÓGICA E A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: POLUIÇÃO E POLÍTICAS AMBIENTAIS

Giuliano Manera Longhi

UFSM, giuliano.longhi@hotmail.com

Edna Porto da Silva

UFSM, ednaportos@hotmail.com

Bibiana Poche Florio

UFSM, bibianaflorio@gmail.com

Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

Este artigo pretende demonstrar como correntes diversas da economia estudam as questões referentes à preservação ambiental, com enfoque especial nos recursos hídricos, visto a notável abundância destes no Brasil. Na primeira parte, se passa por um breve sumário sobre duas correntes da teoria econômica que permeiam as questões ambientais; a Economia do Meio Ambiente, que foca na otimização e no progresso tecnológico para a melhor alocação de recursos naturais, e a Economia Ecológica, corrente mais defendida neste trabalho, que reconhece as limitações do nosso planeta, chamando atenção para o progresso desmedido do capitalismo que possa desconsiderar os nossos ecossistemas. Demonstrando a importância da água não só para nossa vida, mas também da manutenção do seu ciclo para a existência de vida na Terra, passando por exemplos reais de poluição de corpos hídricos, a ideia ao final é a de expor como o planejamento e o cuidado com as águas devem ser levados em muita consideração, pois a água constitui um elemento crucial dentro de qualquer ecossistema e não deve ser tratada meramente como mercadoria nem usada de forma irresponsável para auferir lucros; e a sua exploração predatória, sem precedentes, que não respeita a biodiversidade nem as comunidades inseridas nas regiões das bacias hidrográficas pode provocar problemas estruturais nas cidades brasileiras, resultando em consequências como escassez, baixa qualidade da água resultante da poluição de despejo tóxico de indústrias, que impossibilita seu uso, extinção de espécies por inadequação de reprodução e sobrevivência em corpos hídricos poluídos e possibilidade de consequente colapso de ecossistemas inteiros.

Palavras-chave: Economia ambiental, preservação, política ambiental, recursos hídricos.

1.6 O CARVÃO MINERAL COMO COMPLEMENTO NA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA DURANTE O PERÍODO 2000-2015: SEGURANÇA ENERGÉTICA VS. SUSTENTABILIDADE

Denise Gomes de Gomes

UFMS, gomes_de_gomes@hotmail.com

Guilherme Nunes Pires

UFMSgnpires@hotmail.com

Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

A adoção de uma estratégia voltada para o setor energético se mostra importante no cenário mundial, tanto para o crescimento, quanto para o desenvolvimento econômico dos países. O Brasil necessita de uma oferta de energia considerável, dada a necessidade de atender ao aumento populacional e ao crescimento econômico, porém a estrutura energética nem sempre foi capaz de suprir a demanda, seja por fatores ambientais e climáticos ou por falhas técnicas

e humanas. Na década de 2000, os esforços foram intensificados, através de políticas energéticas, a fim de estabelecer uma produção de energia de longo prazo segura, de qualidade e com preço acessível para manter e ampliar os níveis de consumo e de produção, priorizando o uso dos recursos minerais de maior abundância no país. A Matriz Energética nacional opera com fontes de energia mistas, renováveis e não renováveis, porém a rede do Sistema Interligado Nacional é majoritariamente composta por usinas geradoras de energia hidrelétrica, de maneira que nem sempre é factível oferecer segurança energética apoiando-se apenas na energia advinda das águas. Por fatores ambientais e climáticos, *blackouts* ocorrem e, então, se vê a necessidade de uso das outras fontes de energia a fim de complementar o sistema hidrelétrico para estabilizar a oferta de energia. O Brasil adere a esses complementos e em especial aumenta o uso de combustíveis fósseis, principalmente do carvão mineral devido ao fato de que a extração deste não implica em custos altos, tampouco está sujeita às alterações ambientais e climáticas, reforçando o caráter de uma fonte de energia considerada segura do ponto de vista energético. Há, porém, a problemática ambiental envolvendo a geração de energia decorrente da queima do carvão. Assim, o presente estudo tem por objetivos evidenciar as peculiaridades do mercado da energia elétrica, apresentando elementos teóricos que permitam analisar a estrutura de mercado do setor usando a Teoria Microeconômica e as abordagens da Economia do Meio Ambiente, compreender a estrutura energética do Brasil no período 2000-2015, bem como sua consolidação através de resgate histórico, e compreender as particularidades da oferta de energia advinda do uso do carvão mineral considerando as externalidades geradas em sua produção, com respaldo em análise teórico-quantitativa realizada através dos dados dos Balanços Energéticos Nacionais. Como resultados, verifica-se que a participação do carvão mineral na oferta interna de energia oscila ao longo do período estudado. Atualmente, encontra em situação de retomada após uma queda, porém cabe ressaltar que as externalidades que seu uso gera são bastantes expressivas e merecem atenção especial, evidenciando que o mercado da eletricidade não faz uma alocação eficiente dos recursos naturais disponíveis.

Palavras-Chave: Carvão Mineral, Setor Elétrico Brasileiro, Externalidades.

1.7 O SETOR PRIVADO E A SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE: ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fabiana Costa

PUC-SP, fabianacosta_economia@hotmail.com

Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental

Nos dias atuais, nos deparamos com um modelo onde as ações do setor privado tem causado relevantes danos ao meio ambiente, e como consequência potencializado os problemas de caráter socioeconômico. Surge a necessidade de repensar o modelo, promovendo e reforçando a preocupação com o desenvolvimento sustentável, que de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) é capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades. Fato é, que até um período recente, não identificávamos a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável nas estratégias de negócios. De uma forma geral, os objetivos das empresas ainda possuíam exclusivo caráter financeiro, a sustentabilidade estava refletida na solidez e nos lucros auferidos.

Um paradoxo, uma vez que é impossível se projetar no futuro, ignorando as questões relacionadas a promoção do desenvolvimento sustentável. É essencial a preocupação com as questões sociais, econômicas e principalmente ambientais. O meio ambiente é muito relevante para a sociedade, por ser provedor de bens e serviços essenciais para sobrevivência

(água, terra) e de matéria-prima para o setor produtivo. A questão ambiental pode ser considerada o principal eixo do conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que não existirá sociedade e nem economia se o meio ambiente não existir. A relação entre o conceito de desenvolvimento sustentável e o meio ambiente se tornou mais explícita quando pesquisadores passaram a examinar quais seriam os limites do crescimento econômico em um contexto onde os recursos naturais poderiam ser considerados finitos. Para promoção do desenvolvimento sustentável, é necessário alterar a forma de fazer negócios, de produzir e de tratar as pessoas. “*É necessário modificar as economias dos países, é necessário implementar os princípios da sustentabilidade no desenvolvimento econômico*” (UNEP (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), 2012). A transição para uma economia capaz de promover desenvolvimento sustentável é uma tendência da economia mundial. Seus propulsores tendem a ser regulatórios. Repensar o sistema, a forma de fazer negócios e os impactos socioambientais possui caráter prioritário. A busca pelo desenvolvimento sustentável precisa ser estratégica, e estar inserida nas agendas públicas e privadas. Inerente aos negócios e a atuação do setor privado. O futuro ainda é incerto, mas começamos a identificar a inserção do conceito de desenvolvimento sustentável nas grandes corporações e em agendas estratégicas de âmbito mundial. Ainda é embrionário, mas as áreas de sustentabilidade corporativa, estão ganhando espaço nas agendas dos CEOs. A Sustentabilidade começa a ser um critério de análise para investidores, as bolsas de valores em âmbito mundial, não só acompanham a performance financeira, mas a performance sustentável das empresas. O mainstreaming da sustentabilidade no setor privado está assustando as empresas, as demandas são urgentes e rever a forma de fazer negócios tem se tornado vital.

1.8 O TURISMO RURAL COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO, SC

Roseli Faresin

Únochapecó, roseli.faresin@unochapeco.edu.br

Áureo Leandro Haag

Unochapecó, aureoleandro@unochapeco.edu.br

Talia Fachineto

Unochapecó, talia.fachineto@unochapeco.edu.br

Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

A implementação do turismo rural pode ser um mecanismo de desenvolvimento sustentável e de fortalecimento da economia regional, bem como uma atividade geradora de renda extra para os agricultores familiares. O turismo rural, quando bem estruturado e planejado, também pode tornar-se um agente fomentador de boas práticas de preservação e conservação do meio ambiente, além de contribuir na divulgação das culturas e tradições locais e regionais. Portanto, o presente artigo analisa o turismo rural no município de Quilombo/SC com o objetivo de melhor compreender se implantação do turismo rural nas propriedades rurais do município de Quilombo/SC pode proporcionar uma renda alternativa e sustentável a estes agricultores familiares bem como possibilitar uma melhora na qualidade de vida. De caráter exploratório e com enfoque qualitativo, para atingir os objetivos propostos, este trabalho caracteriza-se por ser um estudo de campo que por meio de entrevistas buscou melhor compreender o potencial para desenvolvimento do turismo rural no município de Quilombo/SC. Como resultados, os entrevistados apontaram que o turismo rural pode ser um

importante elemento de desenvolvimento da economia haja visto que ele pode contribuir de maneira significativa para o aumento da renda e a consequente valorização da cultura local bem como esta atividade implica na criação de atividades e ou serviços que são desenvolvidas paralelamente, como por exemplo, o transporte, estadia, revalorização das comidas típicas e o artesanato local. Enfim, o turismo rural pode contribuir para o aumento e diversificar a renda das agroindústrias familiares do município de Quilombo, incentivando a permanência no campo e a melhoria da qualidade de vida da população local, desde que seja acompanhado de políticas públicas que auxiliem na construção desta nova perspectiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas e ainda preservar o ambiente para esta e as futuras gerações.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Turismo Rural, Município de Quilombo/SC

1.9 PERFIL DE CONSUMO CONSCIENTE POR MEIO DE ATITUDES E COMPORTAMENTOS INDIVIDUAIS: UM ESTUDO COM A POPULAÇÃO CURITIBANENSE

Daniela Ribeiro de Almeida

UnC, daniribeiro_almeida@yahoo.com.br

Ana Paula Della Giustina

UnC, anapaula.dg@unc.br

Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

O presente artigo tem por objetivo abordar o perfil de consumo consciente por meio de atitudes e comportamentos individuais na cidade de Curitiba. Foi avaliado como a cultura e sociedade interferem no entendimento das pessoas para novos conceitos, as consequências das propagandas que transformam as empresas tradicionais em empresas socialmente e ecologicamente corretas. Por meio de pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, conduzida por meio de questionário estruturado, foi possível identificar e traçar o perfil do consumidor consciente de acordo com suas atitudes individuais. Constatou-se as percepções da sociedade diante do assunto referente ao consumo consciente e sustentabilidade, como as pessoas compreendem o consumo consciente no dia a dia, como os consumidores reagem ao conceito debatido, e de quem a população interpreta o envolvimento do governo da cidade com o assunto abordado. Estabeleceu-se alguns parâmetros para melhor analisar os resultados tal como, a percepção individual de cada pessoa sobre o tema consumo consciente, o conhecimento de cada um a respeito das empresas e órgãos públicos associados ao conceito de responsabilidade social e ambiental na cidade, e interesses nas questões de sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Concluindo, as pessoas que residem em Curitiba têm carência de informações que conscientizem sobre a importância de saber o que significa consumir conscientemente, preservar o ambiente em que se vive, bem como, exigir essas mudanças aos governos e empresas que estão na cidade. Observou-se que os investigados ainda não possuem práticas cotidianas de consumo sustentáveis, apontando-se para a necessidade de promover incentivos e estruturas que possibilitem a mudança nos seus comportamentos de consumo para práticas cotidianas mais sustentáveis.

Palavras-Chave: Consumo. Comportamento Consciente. Sustentabilidade.

1.10 URBANIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: UMA NOVA MATRIZ URBANÍSTICA

Vagner Ocner Filho

PUC-SP, vagnerocner@terra.com.br

Desenvolvimento e sustentabilidade socioambiental

A vigorosa e acelerada urbanização pela qual passou o Brasil, a partir dos anos de 1960 constitui-se em uma das principais causas da transformação do quadro social brasileiro. Com efeito, a população urbana, em relação à população total, saltou de 44,7% em 1960, para 84,3% em 2015. As cidades se expandiram desordenadamente, com o Estado incapaz de assumir a orientação do processo de crescimento e de ordenamento urbano, em parte, devido ao seu envolvimento com as regras firmadas pela economia capitalista, mas também em função da sua incapacidade teórica e técnica de compreender a complexidade dos problemas urbanos. As cidades brasileiras cresceram reproduzindo um quadro de exclusão social. Desigualdade na distribuição dos serviços básicos de uso coletivo entre as regiões mais centrais e as periféricas destinadas à população de baixa renda; ocupação das encostas, das áreas de risco e de interesse ambiental; precariedade da habitação popular e impossibilidade de acesso ao mercado formal de moradias pelos trabalhadores são algumas das características do modelo. As consequências mais evidentes de tamanha segregação sócio espacial são notórias causas dos conflitos urbanos, como a depredação ambiental e a violência. A construção de uma nova matriz urbanística precisa aproximar planejamento e a gestão urbana. A elaboração de uma nova matriz urbanística precisa aproximar planejamento e a gestão urbana. A Constituição de 1988, ao incluir, pela primeira vez um capítulo sobre Política Urbana, trouxe para as discussões o planejamento urbano politizado, ou seja, que se espelha não nas melhores práticas da técnica racionalista, mas sim, em um conjunto de estratégias voltadas para o atendimento efetivo do princípio constitucional que determina o cumprimento, pela cidade e pela propriedade urbana, de sua função social. Assumir o termo crescimento sustentável, atualmente, é adotar como premissa básica a inexorabilidade do desenvolvimento capitalista global e dos seus efeitos mais aparentes, tais como: poluição do ar, solo e água; a dicotomia pobreza e riqueza; a perda da biodiversidade mundial e suas potencialidades para o avanço das ciências; a desertificação crescente; a escassez de água; os efeitos do uso indiscriminado das fontes não renováveis de energia etc. De qualquer forma, este termo não questiona o padrão de crescimento econômico vigente, embora incorpore a necessidade da conservação ambiental em nível mundial, elucidado na comissão Brundtland. Nesse sentido, o termo implica apenas um conjunto de mecanismos de ajustes para o enfrentamento da ordem global ameaçada: necessidade de controle de emissão de poluentes, utilização racional de recursos naturais escassos e caros, ampliação do mercado de reciclagem de resíduos, trocas de tecnologias de monitoramento ambiental entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, com a contrapartida da possibilidade de exploração de recursos não renováveis onde ainda sejam abundantes. Considerando-se o contexto de grandes investimentos públicos em andamento no país, tornou-se necessária a definição de um plano de urbano ambiental para orientar a ocupação da área, que busque viabilizar um modelo de assentamento sustentável, uma ocupação controlada e orientada, garantindo a sua preservação ambiental.

Palavras Chave: Urbanização. Sustentabilidade. Matriz Urbanística

2 - GESTÃO E ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

2.1 “... AS FINANÇAS DITAM O RITMO DA ECONOMIA...”: O USO MODIFICADO DAS DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS NO BRASIL

Juliano Giassi Goularti

UNICAMP, jggoularti@gmail.com

Gestão e economia do setor público

Tem este trabalho por objetivo problematizar a política de desonerações tributárias no Brasil. Tratando-se de explorar o uso modificado das desonerações, a abordagem aqui proposta sugere a hipótese que as desonerações enquanto renúncia de receita que pressupõe dinheiro adquirido na sua temporalidade “autonomia” e “independência” na formulação da demanda efetiva. Os negócios na bolsa de valores ao oferecer alta liquidez e o governo garantindo alta taxa de juros e cobertura do risco, o “capitão da indústria” deslocou as desonerações dentro da estrutura de balanço empresa para ativo líquido na formação do estoque de riqueza, certa vez que *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Embora esse debate dentro da teoria economia, como também dentro da academia, não seja tão evidente, sendo a financeirização o “padrão sistêmico da riqueza”, as desonerações tratam de seguir o fluxo financeiro do processo de valorização do valor.

Palavras chaves: Desoneração Tributária. Financeirização. Economia Brasileira.

2.2 A AUTONOMIA DOS GOVERNOS MUNICIPAIS GAÚCHOS: A APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE AUTONOMIA FISCAL - IAF - PARA OS MAIORES MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Daniele Mendes Caldas Antunes

FURG, daniele.furg@gmail.com

Samanda Silva da Rosa

FURG, samanda_rosa@hotmail.com

Gestão e economia do setor público

Este estudo busca verificar o grau de autonomia dos municípios gaúchos, abalizado na teoria do federalismo fiscal brasileiro, dirimindo a equidade e eficiência do Sistema Federal de Redistribuição de Recursos para os entes subnacionais pelo período de 1995 a 2013. Tal conjuntura foi balizada com referenciais teóricos atuais quantos as finanças públicas e a contabilidade governamental com a proposta de uma metodologia de aplicação do Índice de Autonomia Fiscal - IAF – no intuito de verificar o grau de autonomia financeira dos municípios estudados. Tal análise justifica-se devido ao seu impacto direto desta autonomia nas políticas públicas locais e atuação destes governos. Como resultado, observou-se que as mudanças na legislação, e principalmente, no que tange a contabilidade governamental com o advento das normas de contabilidade aplicada ao setor público, ao longo do tempo promoveram uma ampliação dos registros fiscais dos municípios de uma forma geral e conseqüentemente, maior controle e transparência. Entretanto, maiores impactos foram observados, em especial, nos municípios do Rio Grande do Sul com menos de 26 mil habitantes. Para este estudo, destaca-se o IAF calculado para os municípios com mais de 100 mil habitantes e mostrou uma heterogeneidade de resultados para o grupo de municípios. Neste seletivo grupo composto por 18 municípios, a cidade de Santa Cruz do Sul apresentou o maior IAF médio no período analisado. Já Rio Grande, Uruguaiana, Bagé e Passo Fundo obtiveram um desempenho médio também superior aos demais municípios. Destes os

municípios que apresentaram um menor grau de autonomia foram: Viamão, Pelotas, São Leopoldo e Alvorada.

Palavras-chave: Federalismo Fiscal, Equidade e Eficiência, Autonomia Fiscal, Transferências Governamentais Constitucionais.

2.3 A GESTÃO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APÓS A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: UMA ANÁLISE DAS CONTAS PÚBLICAS ENTRE 2001 E 2016

Luiz Victor Pittella Siqueira

UFFS, victor@uffs.edu.br

Gestão e economia do setor público

A Lei nº101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) foi instituída com intenção de proporcionar maior eficiência na gestão de recursos públicos, através da despesa previamente planejada, evitando gastos desnecessários, falta de transparência e endividamento excessivo. O presente estudo visa verificar o comportamento da gestão fiscal do governo brasileiro após a implantação da LRF. Para isto, são apresentados os principais dispositivos dessa lei, explorando os seus impactos nas contas públicas brasileiras desde sua criação. A análise é feita com base em um referencial teórico de muita utilidade para estudo das questões fiscais por enfatizar a relação das variáveis que influenciam diretamente na evolução da Dívida Pública, como a relação Dívida/PIB do governo federal, considerada a medida mais adequada da gestão fiscal de um país. Com base nesse referencial citado, no exame dos resultados fiscais e fatores macroeconômicos apresentados pelo país durante os anos de 2001 à 2016 busca-se verificar o impacto da Lei nº101 de 2000 nas finanças do setor público. Dentre os resultados verificados destaca-se que a relação Dívida/PIB apresentou melhora gradativa até 2013, com queda real de 21%. Contudo, em apenas quatro anos (2013 a 2016) essa relação aumentou para 45,9%, voltando aos patamares iniciais de implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Outra variável analisada é a Receita Corrente Líquida do Setor Público, que apresentou um crescimento elevado desde a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, a Dívida Pública brasileira também cresce por outros fatores que não estão ligados a gestão fiscal das contas públicas como, por exemplo, os gastos excessivos com pagamentos de juros. A adoção de um modelo econômico conservador, que priorizou o corte de gastos públicos e a elevação da taxa de juros básica da economia (taxa Selic) como instrumento de política monetária para o controle da inflação, teve sérias consequências para o país. Segundo dados do Banco Central do Brasil, o gasto com pagamento de juros, em 2015, foi de R\$ 513,8 bilhões. Isto nos permitir inferir que os governos brasileiros ainda não aprenderam a planejar seus gastos, correntes e de investimentos, com responsabilidade fiscal, ou seja, dimensionando corretamente a previsão de receitas e as despesas públicas. Conclui-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal demonstrou-se ineficaz no alcance dos seus objetivos.

Palavras-Chave: Lei de Responsabilidade Fiscal, Finanças Públicas e Dívida Pública.

2.4 A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DOS PREFEITOS E DAS ELEIÇÕES NA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Jonatan Lautenschlage

UMINHO/NIPE, jlauten@eeg.uminho.pt

Gestão e economia do setor público

Aumentos na despesa pública em anos com atos eleitorais tem sido amplamente analisados. Outro ponto estudado é a possibilidade de se alterar a composição da despesa, também nos anos com eleições. Este artigo desenrola os principais fatores que condicionam os níveis e a composição dos gastos públicos em um grande painel de municípios brasileiros. Os resultados empíricos sugerem que as despesas aumentam durante os anos eleitorais. Durante os anos de eleições locais, há evidências de uma manipulação oportunista da composição da despesa, favorecendo itens altamente visíveis e apreciados pelo eleitorado, nomeadamente os dispêndios com habitação e áreas correlatas que possuem um apeto elevado para o gosto popular. Ao se passar a análise para a influência das características dos prefeitos na composição da despesa pública, tanto durante o mandato como um todo, como durante o ano eleitoral, constatou-se que a ideologia e a formação superior dos prefeitos é importante tanto para o nível das despesas por função, como para as manipulações pré-eleitorais. O alinhamento político com o governo estadual está associado a despesas mais elevadas e a maiores manipulações oportunistas nas despesas com habitação e urbanismo. A similaridade entre o partido do prefeito e do presidente da República tem impacto nos níveis de despesa e no oportunismo. Há também uma ligação entre o gênero do prefeito e os níveis de despesas por funções, entretanto, prefeitos de ambos os gêneros atuam da mesma maneira, no que concerne ao oportunismo, dado que não há diferenças entre o comportamento de ambos em anos eleitorais.

Palavras-chave: Líderes políticos, traços pessoais, política fiscal, ciclos político-econômicos.

2.5 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS NO ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL

Ivoneti da Silva Ramos

UDESC, ivoneti.ramos@udesc.br

Tadeu Lucena da Silva

INEP-DF, tadeu.silva@inep.gov.br

Alex Fabiane Teixeira

MINISTÉRIO DA FAZENDA/DF, alex.teixeira@tesouro.gov.br

Gestão e economia do setor público

A administração pública requer cada vez mais atenção na gestão dos recursos fiscais com vistas à melhoria na oferta de bens e serviços aos cidadãos. Analisar a gestão fiscal abrange, dentre outros aspectos, o estudo das receitas e dos gastos públicos. Neste artigo, se estabeleceu como recorte a análise da influência das receitas tributárias no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) para os municípios catarinenses, tendo por base os anos de 2013 a 2015. Para a análise aplicou-se o modelo de regressão logística, adequado para os casos em que a variável dependente situa-se entre 0 e 1. Como resultados, constatou-se que: a) as receitas próprias (IPTU e ISS) influenciaram positivamente o IFGF, ressaltando a importância dessas receitas para a gestão fiscal, b) as receitas tributárias estaduais (cota

ICMS e IPVA) e federais (FPM e ITR) não influenciaram o IFGF; e c) a variação do IFGF do ano de 2013 a 2015 foi influenciada pelo IPTU negativamente e pelo FPM positivamente.

Palavras-chaves: Gestão Fiscal. Receitas Tributárias. Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

2.6 AS METAS FISCAIS ALCANÇADAS NO PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO DILMA: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS PELAS REGRAS

Edna Porto da Silva

UFSM, ednaportos@hotmail.co

Adolfo de Luna Matias

UEPB, petadolfo@gmail.com

Giuliano Manera Longhi

UFSM, giuliano.longhi@hotmail.com

Gestão e economia do setor público

A política fiscal no Brasil desde 1999, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, tem sido o principal elemento de coordenação do tripé macroeconômico, através da adoção de políticas de coordenação fiscal, monetária e cambial. O tripé é justificado justamente para manter o equilíbrio interno da economia, controlando principalmente a inflação, que foi “vencida” após o Plano Real. A manutenção do tripé foi assegurada publicamente pelos governos presidenciais do ex presidente Lula, e Dilma. Garantir o superávit fiscal para o pagamento de juros e amortização da dívida interna eram as principais preocupações sobre a manutenção do equilíbrio interno. Muito além do equilíbrio, há a necessidade de manutenção da credibilidade interna e externa dos Governos em realizar a coordenação do tripé, a fim de assegurar a imagem para os investimentos externos no país. Desta forma o presente estudo tem como objetivo analisar o cumprimento das metas fiscais no período do primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff. Durante os dois primeiros mandatos do governo Lula, foi identificado que o mesmo cumpriu com as metas estipuladas de criação de superávit primário, além de encerrar o governo dentro do teto da meta da inflação. Sobre política fiscal no primeiro mandato de Dilma Roussef, foi apresentado resultados primários, que para o governo são considerados satisfatórios, porém recebeu diversas críticas em âmbito nacional e internacional, pelas formas adotadas para o cumprimento das metas, portanto para a realização do presente estudo foram utilizados desde pesquisas bibliográficas até a extração e análise dos dados apresentados nos relatórios das principais instituições do setor econômico brasileiro responsáveis pelos dados apresentados.

Palavras-Chave: Metas fiscais; tripé macroeconomico; resultado primário.

2.7 DESBUROCRATIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA REDESIMPLES EM SANTA CATARINA

Diego Wander Demetrio

SEBRAE-SC, diego@sc.sebrae.com.br

Ivoneti da Silva Ramos

UDESC, voneramos@gmail.com

Gestão e economia do setor público

A presente pesquisa analisa a situação dos municípios catarinenses para a implantação da Redesimples, apresentando o arcabouço legal que permite a simplificação e integração dos processos de abertura, alteração e baixa empresarial. A pesquisa é classificada como

descritiva, do tipo estudo de caso, com pesquisa documental, observação e entrevista semiestrutura, com análises pelos métodos qualitativo e quantitativo em trinta e cinco municípios catarinenses. Com uma contextualização internacional e nacional por pesquisas que avaliam a facilidade de fazer negócios, seguido pelos marcos legais, a pesquisa explora uma análise detalhada para os municípios de Florianópolis e São José, passando a uma análise específica nos demais municípios, representando todas as regiões do estado. Como resultados, verifica-se a não observância legal quanto ao procedimento de Consulta Prévia, desconhecimento do próprio município de sua legislação e exigências, da visão arrecadatória e tempo demasiadamente longo para as análises destes elementos, importantes processos-chave para a dinamização da economia.

Palavras-chave: Desburocratização. Redesimples. Empresas. Desenvolvimento.

2.8 IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL SOBRE OS CICLOS POLÍTICO-ORÇAMENTÁRIOS E OS NÍVEIS DE DESPESAS E RECEITAS NOS ESTADOS BRASILEIROS

Jonatan Lautenschlage

UMINHO/NIPE, jlauten@eeg.uminho.pt

Gestão e economia do setor público

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000) foi aprovada com o intuito de instituir controlos sobre a condução da política orçamental nos três níveis de governo do Brasil - União, Estados e Municípios. A introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal já foi analisada por Nakaguma e Bender (2005), Giuberti (2005) e Gadelha (2012), mas o espaço temporal analisado, para os governos estaduais, não era muito extenso. Este artigo investiga o impacto da aprovação e entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a condução da política fiscal nos estados Brasileiros, tanto durante o mandato como um todo, quanto durante somente o ano eleitoral. Foram analisados os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal entre 1981 e 2015 e constatou-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal teve influência sobre os níveis de despesas e de receitas, assim como sobre o saldo orçamentário. As despesas com custeio da administração pública e os gastos com pessoal, são as componentes da despesa que foram reduzidas após a entrada em vigor da lei. Pelo lado da receita, as receitas próprias e as operações de crédito apresentaram redução, enquanto o saldo orçamental, apresentou uma piora. Essa norma legal também baliza a condução da política fiscal nos meses que antecedem as votações. Ao se analisar o impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal nas despesas, receitas e saldo orçamental no ano eleitoral, constatou-se que a mesma contribuiu para reduzir o comportamento oportunista pré-eleitoral, diminuindo as manipulações das contas públicas nos períodos que antecedem às escolhas dos chefes dos governos estaduais.

Palavras-Chave: Ciclos político-orçamentários; Finanças públicas; Governos Estaduais; Eleições; Brasil.

2.9 O IMPACTO DO AUMENTO DAS RECEITAS SOBRE OS GASTOS MUNICIPAIS: UM ESTUDO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE/SC

Larissa Dondossola Brovedan

UNESC, ara_brovedan@hotmail.com

Dimas de Oliveira Estevam

UNESC, doe@unesc.net

Gestão e economia do setor público

A situação atual da maioria dos municípios brasileiros é o grande endividamento público, caso distinto do município de Morro Grande/SC. Com a instalação de uma grande empresa, a receita pública municipal teve grande aumento, de décimo terceiro, em termos de Valor Adicionado (VA), subiu para a quarta posição, entre os 15 municípios da Região da Amesc (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense). O objetivo deste artigo é analisar o impacto do aumento da receita sobre os gastos municipais, um estudo do município de Morro Grande/SC. A pesquisa é descritiva, bibliográfica, documental, com abordagem qualitativa e quantitativa. Inicialmente o artigo, apresenta a contextualização socioeconômica do município, em seguida analisa a receita municipal no período antes da instalação da empresa (de 2003 a 2006) e, posterior (2007 a 2015). Por fim, analisa a trajetória dos gastos públicos municipais por setores no período descrito. Concluí-se que os setores beneficiados com o aumento da receita, foram a educação e a saúde. Contudo, o setor que recebeu maior investimento foi o de infraestrutura, como: construções de prédios públicos, pavimentações de rodovias, aquisição de equipamentos e máquinas, entre outros.

Palavras-chave: Receitas públicas. Despesas públicas. Recursos públicos. Investimentos.

2.10 ORTODOXIA E HETERODOXIA NA ECONOMIA: UM DEBATE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS

Fabiane Hegele

UFSM – fabianehegele@hotmail.com

Gestão e economia do setor público

Este trabalho apresenta o debate entre economistas ortodoxos e heterodoxos sobre a PEC que limita os gastos públicos brasileiros. A intenção é indicar quais são as consequências da proposta sob a distinta ótica dos dois grupos. Primeiramente, explica-se no que consistem as propostas de emenda à Constituição e quais são os caminhos percorridos para que elas entrem em vigor, além disso, aborda-se os principais pontos propostos pela PEC do teto dos gastos públicos, a qual de forma geral, estabelece que os gastos primários de determinado ano sejam limitados pelos gastos do ano imediatamente anterior corrigidos pela inflação. Posteriormente, caracterizam-se ortodoxia, heterodoxia e *mainstream* na Economia. A base da ortodoxia econômica é a economia neoclássica, enquanto as heterodoxias consistem em escolas críticas à ortodoxia. A ortodoxia defende o estado mínimo na economia; a heterodoxia, o intervencionismo. Distingue-se o conceito de ortodoxia e de *mainstream*, o primeiro é a visão dominante na Economia, enquanto o segundo representa o que é amplamente aceito, independentemente de ser uma abordagem ortodoxa. Por fim, apresenta-se a defesa de economistas ortodoxos à PEC, bem como a crítica dos heterodoxos a ela. Entre os principais pontos de discordância entre os grupos estão: a origem do déficit primário e o prazo de 20 anos estabelecido para o congelamento dos gastos públicos. Constata-se que o debate entre esses economistas está em conformidade com os princípios dos diferentes grupos

indicados pela literatura. Entende-se que esse debate impossibilita que se chegue a um consenso sobre as consequências da PEC e sugere-se a adoção do método pluralista de modo a apaziguar o debate.

Palavras-chave: Metodologia econômica. Ortodoxia. Heterodoxia. Pluralismo. Déficit fiscal.

2.11 POLÍTICA FISCAL E REELEIÇÃO NO BRASIL: ESTUDO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008 E 2012

Jonatan Lautenschlage

UMINHO/NIPE, jlauten@eeg.uminho.pt

Gestão e economia do setor público

De construções de estradas à aumentos dos salários dos funcionários públicos, passado por reduções nos impostos nos períodos que antecedem as eleições, as manipulações orçamentárias em anos eleitorais são um fenômeno que são observados em diversas nações, estados e municípios ao redor do mundo. Muitos políticos acreditam que ao aumentarem as despesas no ano das eleições e durante o mandato, conseguirão aumentar as suas chances de obter um segundo mandato. Mas será que isso realmente ocorre? E será que em todas as regiões do Brasil esse fenômeno é igual? Esse trabalho espera responder essas questões. Nesse artigo, são analisadas as despesas orçamentárias e as suas componentes, despesa de capital, investimentos, gastos correntes e despesas com pessoal, em vários períodos de tempo – ano eleitoral, média dos anos não eleitorais, média do mandato, desvio do gastos em anos eleitorais, face à média do mandato e a variação entre o primeiro e o último ano do mandato. Ao estudar as eleições municipais de 2008 e 2012, constatou-se que os eleitores brasileiros premiam os prefeitos que mais despendem com despesas de capital e a sua principal componente, os investimentos, tanto durante o ano eleitoral, como durante o mandato e os anos não eleitorais, já os prefeitos que mais desviam os gastos com pessoal no ano com votação, face à média do mandato, também veem suas chances de reeleição elevadas. Evidenciou-se, também, que os cidadãos das cinco regiões brasileiras, reagem de maneira diferente face à política fiscal adotada, antes de decidirem se reelegem ou não os incumbentes.

Palavras-Chave: Reeleição, Política fiscal, Políticos, Municípios, Brasil.

2.12 SISTEMATIZAÇÃO DO COMBATE À CORRUPÇÃO POR MEIO DE PUNIÇÕES EXPULSIVAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Andréia Aparecida Hack

UnC, andreiaaph@hotmail.com

Debora Aparecida Almeida

UnC, deboraalmeida@unc.br

Gestão e Economia do Setor Público

Tendo em vista que a corrupção é um assunto latente e medidas de combate as ações corruptivas devem ser tomadas como objetivo de todos os cidadãos, e não somente pelas mídias. Dessa forma, o artigo apresenta como são tratados os episódios de corrupção e combate a eles no Poder Executivo Federal. O problema de pesquisa foi dialogar sobre como se configura a sistematização do combate à corrupção por meio de punições de exclusão dos servidores públicos do Poder Executivo Federal. Como objeto de estudo enfatizou-se a ética

profissional e sua relação direta com os aspectos contábeis vinculados a auditoria e perícia. O Percurso teórico metodológico foi de cunho bibliográfico. O objetivo principal da pesquisa foi examinar os relatórios de acompanhamento das punições de exclusão aplicadas a servidores públicos do Poder Executivo Federal envolvido com práticas ilícitas comprovadas. Após examinar os relatórios de acompanhamento das punições de exclusão aplicadas a servidores públicos do Poder Executivo Federal envolvido com práticas ilícitas comprovadas percebe-se que o número de expulsões no período 2003-2010 e 2011-2016 não tiveram um acréscimo considerável, contabilizando 38 expulsões a maior. O Ministério com o maior número de expulsões no período 2003-2010 foi o Ministério do Desenvolvimento Agrário com 753 expulsões seguido do Ministério da Educação- MEC com 498 expulsões. No período de 2011-2016 foi novamente o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário com 766 expulsões seguido do Ministério da Justiça e Cidadania com 560 expulsões. É notória a relação entre ética e a legislação vigente no que se refere ao código de conduta do servidor público federal, portanto debater os reflexos da expulsão dos servidores à luz da contabilização dos prejuízos acumulados ao longo do tempo, considerando as idas e vindas dos cargos de confiança, que mesmo respondendo por fraudes e outras ações punitivas retornam aos cargos e repetem a mesma conduta ou aperfeiçoam suas artimanhas causando mais danos ao erário público. Há que se elucidar também os incalculáveis prejuízos das fraudes e da corrupção que pelo qual demonstram os dados não tem diminuído e se mantêm estável ao longo do período de treze anos analisados.

Ao julgar o mérito das ações considerando as práticas ilícitas e seus reflexos na área pública das instâncias federais, nota-se que a maioria das punições são ocasionadas por corrupção [65%], seguido de abandono de cargo, inassiduidade ou acumulação ilícita de cargos [24%]. Sem dúvida são dados que comprovam a crise ética e moral pelo qual estamos passando, vale elucidar que os estados da região norte-nordeste especificamente dos estados do Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia e Roraima estão no topo do índice de expulsos por cada 1.000 servidores ativos. Considerando que os relatórios de punições expulsivas disponibilizada pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, são mensais recomenda-se a continuidade do estudo a fim de aprofundar a discussão e comparação de dados coletados no sentido de esclarecer dúvidas e divulgar os meandros da corrupção e as práticas para sua redução em todo território nacional.

Palavras-chaves: Corrupção. Exclusão. Políticas. Punição.

2.13 TRAJETÓRIA DE GASTOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA COM A FUNÇÃO EDUCAÇÃO (1955-2010)

Liara Darabas Ronçani

UNESC, liadarabas@hotmail.com

Gestão e economia do setor público

Esta pesquisa tem como objetivo central analisar a trajetória de gastos do governo estadual catarinense com a função educação no período compreendido entre 1955 e 2010, bem como sua relação com os planos de governo catarinenses, sem perder de vista as diretrizes nacionais. Pretende-se analisar as concepções gerais de cada plano de desenvolvimento e qual era a participação setorial da educação. Para cumprir com o objetivo da pesquisa, foram analisados os seguintes documentos: relatórios de Prestações de Contas do Governo do Estado, encontrados no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC); Anuários Estatísticos do Brasil, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os planos estaduais do governo de Santa Catarina; e as principais leis e decretos relacionados a normatização da educação no Brasil e em Santa Catarina durante o período. Entendemos

que as leis, diretrizes e planos educacionais, assim como os planos de governo catarinenses, foram elaborados dentro de um contexto maior, orientado pelo modelo de desenvolvimento incorporado pelo Brasil e pela concepção política dominante em cada época, ao mesmo tempo em que seus conteúdos também influenciaram a criação de novas concepções sócio-educacionais. Buscamos compreender as tensões e permanências em torno dessas concepções. Por meio da pesquisa em relatórios do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, é possível inferir alguns resultados. Verificou-se que a média de gastos do governo estadual catarinense com educação no período gira em torno de 20% do total de gastos realizados, chegando em alguns períodos a empregar até 26% do total dos gastos com a função educação. No entanto, apesar de o estado gastar uma parte bastante expressiva do seu orçamento com a função educação, os problemas educacionais e socioeconômicos têm persistido ao longo tempo. É necessário compreender, portanto, que a expansão do gasto público em educação é apenas um dos elementos que contribuem para o desenvolvimento educacional e socioeconômico de uma sociedade, e que sua contribuição é limitada. Há de se considerar o desenvolvimento socioeconômico como uma totalidade que envolve o bom desempenho de um conjunto variado de setores da sociedade e da economia. Além do mais, para além do volume de gastos despendidos na educação pública, é preciso considerar de que forma em que tipo de educação esses recursos foram empregados. Nesse sentido, a análise detalhada dos relatórios de prestação de contas, alinhada a análise das diretrizes educacionais presentes nos planos de desenvolvimento dos governos se torna fundamental para a compreensão das concepções educacionais presentes em cada época. Percebe-se, ao longo da análise dos documentos, que há uma crescente instrumentalização da educação para atender as demandas empresariais e do mercado de trabalho, em detrimento de uma concepção mais humanista de educação.

Palavras-chave: Gastos públicos; Santa Catarina; Educação.

3 - DEMOGRAFIA, ESPAÇO E MERCADO DE TRABALHO

3.1 A BR-101 E A LITORALIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Izidro Tomaz Nunes

Caixa Econômica Federal, izidrotn@gmail.com

João Rogério Sanson

UFSC, jrsanson@ufsc.br

Demografia, espaço e mercado de trabalho

Verifica-se, neste estudo, o possível impacto da rodovia BR-101, inaugurada em 1971, sobre a movimentação populacional do interior para o litoral no Estado de Santa Catarina, tema conhecido como litoralização. Os Censos compreendidos na análise são os de 1950 a 1991. Como diferencial metodológico, dividiu-se o Estado em duas grandes regiões, o Litoral e o Interior, com uma homogeneização desse espaço entre os Censos. Dependendo do Censo considerado, vários municípios, assim como zonas ou microrregiões, no limite entre as duas grandes regiões foram reclassificados para levar em conta as reclassificações do IBGE e os desmembramentos de municípios. Como resultados principais, verificou-se que, entre 1950 e 1970, o Litoral, na verdade, vinha perdendo participação, mas atingiu ao redor de 50% da população em 1970. Nos dois Censos seguintes, o Litoral ganhou participação até atingir 57% em 1991. Esse resultado, já conhecido, mas agora com uma medição mais precisa, corrobora a hipótese de que a inauguração da BR-101 está positivamente correlacionada com esse movimento migratório. A imigração total para as duas regiões teve ritmos de aumento não muito diferentes, acompanhando de perto o ritmo de imigração interna do país como um

todo. Os imigrantes do Litoral foram em sua maioria oriundos de Santa Catarina, contudo sua proporção foi decrescente a partir do Censo de 1980, cedendo uma fatia maior para os oriundos de outros Estados. Os imigrantes de outros Estados vieram, de 1980 em diante, principalmente do Paraná e do Rio Grande do Sul, embora não tenha sido possível discriminar para que região de Santa Catarina eles foram. Esse resultado reforça o que se observou para a população total, mostrando que a rodovia deve ter facilitado o movimento migratório. No tocante às taxas de urbanização em cada uma das duas áreas, houve pouco impacto diferenciado entre as duas regiões.

Palavras-chave: migração; rodovia BR-101; litoralização; Santa Catarina.

3.2 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O PROCESSO DE DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt

UFPR, rossandra.maciel@yahoo.com.br

Fabiano Abranches Silva Dalto

UFPR, dalto@ufpr.br

Demografia, espaço e mercado de trabalho

A Previdência Social Brasileira, que ampliou-se e estruturou-se no âmbito do Sistema de Seguridade Social criado pela Constituição Federal de 1988, hoje torna-se objeto de críticas sob o argumento de que o sistema é financeiramente insustentável. Em 2015, a Previdência passou por sérias reformas, e em 2016 o debate ganha força com novas propostas de mudança institucional. Frente ao presente cenário, desenvolveu-se este estudo na tentativa de compreender se estamos vivendo um processo de desinstitucionalização da Previdência Social no Brasil, e quais são os elementos que o envolvem. Esta é uma pesquisa exploratória cuja técnica empregada foi uma busca bibliográfica pautada especialmente no referencial analítico institucional. Dentre os resultados observou-se que mesmo a Previdência Social sendo uma instituição de grande relevância a nível nacional, com alcance em 32 milhões de beneficiários, ainda há uma série de mecanismos que ameaçam a sua estabilidade. O cálculo viesado do déficit promovido pelos que argumentam sua insustentabilidade, associado às dificuldades dos usuários em compreender como funciona a Seguridade Social, tornam os cidadãos fragilizados diante da ideia de que um determinado tipo de reforma é necessário. O processo de desinstitucionalização da Previdência Social inicia-se, portanto, quando o debate sobre o déficit desestabiliza as expectativas dos usuários via desconfiança; e procede quando as propostas de reforma rompem com um sistema de regras sociais incorporado pela população brasileira. Neste cenário, busca-se um equilíbrio fiscal em detrimento do bem-estar social. E a lógica neoliberal leva à formação de um conjunto de hábitos de pensamentos cujo campo - que pertencia à confiança - passa a ser tomado pela desconfiança, ao passo que a cooperação é apagada pela borracha do individualismo e da competição. E nesta nova ordem cabe ao Ministério da Fazenda decidir quem deve ser beneficiado pela Previdência Social. Com isso, o que prevalece sobre as interações sociais são dúvidas acerca de um futuro de Seguridade Social bastante ameaçado.

Palavras-chave: Previdência Social, Reforma, Desinstitucionalização

3.3 CENÁRIOS PROSPECTIVOS DA EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA EM CRECHE PARA O BRASIL

Matheus Mascioli Berlingeri
USP, mumberlingeri@fearp.usp.br
Daniel Domingues dos Santos
USP, ddsantos@fearp.usp.br
Demografia, espaço e mercado de trabalho

A expansão acelerada da rede de educação infantil tem atraído a atenção de muitos pesquisadores e formuladores de políticas públicas por todo o mundo. Os dados brasileiros evidenciam que a demanda por creche tem se expandido rapidamente nos últimos anos, quer seja pela maior inserção da mulher no mercado de trabalho e reconhecimento da influência da creche no bem estar da família, quer seja pela abundante evidência empírica de que a educação infantil pode contribuir para o desenvolvimento de crianças em fase crítica de sua formação. Além disso, é também bem documentado o momento de transição demográfica pela qual o país está passando, processo este que traz implicações importantes na formulação de políticas públicas voltadas a este público. Por um lado, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, bem como o reconhecimento das vantagens da educação infantil para os resultados futuros das crianças, aumentam a propensão das famílias por matricular seus filhos em creches. Por outro lado, no entanto, a queda da fecundidade já resulta em um menor número de crianças de 0 a 3 anos, tendência esta que irá se acentuar nos próximos anos. Nesse contexto, nosso estudo busca conciliar as tendências socioeconômicas e demográficas que afetam a população de 0 a 3 anos de idade a fim de descrever o comportamento da demanda por creche para os próximos anos, cooperando assim com o processo decisório de nossos formuladores de políticas públicas, que devem determinar o ritmo de expansão do sistema cuidando para que as escolas hoje construídas não fiquem ociosas por escassez de demanda no futuro.

Palavras-chave: Projeção, Demanda, Creche, Transição Demográfica

3.4 COMPORTAMENTO LOCACIONAL, ESPACIAL E GEOGRÁFICO DAS EXPORTAÇÕES: MÉTODOS DE ANÁLISE REGIONAL PARA OS ESTADOS DO BRASIL 1989-2015

Felipe Orsolin Teixeira
UFSM, felipe.orsolin@gmail.com
Lauana Rossetto Lazaretti
UFSM, luana.lazaretti@yahoo.com.br
João Victor Souza da Silva
UFSM, victorssou@gmail.com
Clailton Ataídes de Freitas
UFSM, lcv589@gmail.com
Demografia, espaço e mercado de trabalho

O objetivo do presente artigo é analisar a evolução, o comportamento locacional e espacial das exportações estaduais de uma gama variada de produtos divididos em vinte categorias e agrupados em 5 níveis de intensidade tecnológica (alta, média-alta, média-baixa, baixa e não-industriais). Para isso, será utilizado os seguintes métodos de indicadores de análise regional: Quociente Locacional (QL), Coeficiente de Especialização (CE), Coeficiente de Localização (CL), Coeficiente de Associação Geográfica (CAG), Coeficiente de Redistribuição (CRED) e Coeficiente de Reestruturação (CR). Este artigo é importante para verificar o padrão espacial das exportações estaduais e como ele vem evoluindo no decorrer dos anos, sendo levado em

conta as medidas locacionais (QL e CL) das categorias de produtos e a especialização (CE) das exportações de cada estado. Também foi analisado a associação geográfica (CAG) que essas categorias tem entre si e, posteriormente, como elas se redistribuem (CRED) no território nacional. Por fim, foi verificado a Reestruturação (CR) das exportações de cada estado no espaço, com o objetivo de verificar se está ocorrendo uma redistribuição das exportações em estados que apresentam indicadores de localização forte em produtos de maior intensidade tecnológica. Os resultados mostraram que alguns estados representam boa parte das exportações totais do País, e que os produtos de maior intensidade tecnológica estão localizados em lugares específicos, sendo em boa parte nas regiões Sul e Sudeste, de modo que os estados que exportam uma quantidade relevante desse tipo de produto não apresentam redistribuição no território nacional, ficando esses produtos muito localizados e pouco diversificados, gerando poucas perspectivas de que possa ocorrer um espraiamento para outras regiões.

Palavras chave: exportações, comportamento locacional, análise regional

3.5 CONDICIONANTES DO EMPREENDEDORISMO FEMININO NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA REGIONAL

Samanda Silva da Rosa

FURG, samanda_rosa@hotmail

Igor Serpa Moraes

FURG, igorserpamoraes@gmail.com.

Gabrielito Menezes

FURG, gabrielitorm@gmail.com

Demografia, espaço e mercado de trabalho

O objetivo deste artigo é avaliar as características socioeconômicas e geográficas que determinam o perfil da mulher empreendedora dividido nas cinco regiões brasileiras. A partir, da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD) do ano de 2015, a estratégia empírica adotada foi o modelo de probabilidade com distribuição normal *probit* com a utilização de variáveis *dummies*. Pesquisadores têm-se dedicado a estudar o impacto do empreendedorismo no desenvolvimento econômico de países ou regiões, sendo, por isso, um tema relevante de pesquisa para economistas e *policy-makers*. O debate ganhou força nos últimos anos porque o Brasil se encontra num momento de grandes mudanças no mercado de trabalho. Nesse contexto, o desafio proposto a esse tema é compreender quais são os fatores determinantes que levam as mulheres a fazer uma escolha de se tornar ou não empreendedoras. O procedimento de tomada de decisão individual considera diferentes fatores, sendo alguns destes sociais, demográficos ou culturais. Os resultados demonstraram que existem efeitos estatisticamente significativos para as variáveis: anos de estudos, raça, idade, estado civil, chefe de família, renda de aluguel, se reside em área urbana, se reside em metrópole assim como pensionista e aposentado. Assim, o estudo evidência que cada região brasileira, dada a sua heterogeneidade, possui características diferentes quanto a probabilidades com relação aos condicionantes do empreendedorismo feminino. Para completar ainda mais a análise foi possível realizar a partir dos resultados obtidos os efeitos marginais dos acréscimos em educação sobre a probabilidade de empreender e ser autônoma e por fim dos acréscimos de renda de aluguel na probabilidade de empreender.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Economia do Trabalho, Modelos de Escolha Discreta.

3.6 DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO: AS IDAS E VINDAS DOS JOVENS NO CAMPO

Valternides de Souza Júnior

UnC, valternidessouzajunior@hotmail.co

Debora Aparecida Almeida

UnC, deboraalmeida@unc.br

Demografia, espaço e mercado de trabalho

Este estudo discute os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo compreender os motivos que levam os jovens rurais do Município de Brunópolis a permanecerem ou não no meio rural. O estudo foi de cunho descritivo permeado por uma investigação intencional que contou com a participação de seis jovens que por meio de um formulário de pesquisa, falaram a respeito das suas perspectivas futuras, investimento nos estudos, vida e crescimento profissional, estadia no campo, migração para o meio urbano, relações familiares, mas sobretudo, ressaltam seus projetos de vida e a sua qualidade. Com base na teoria foi possível analisar as características dos jovens participantes desta pesquisa e também compreender os motivos que levou a juventude brasileira a vivenciar o êxodo rural. Ao realizar esta pesquisa, buscou-se compreender os motivos que levam os jovens rurais do Município de Brunópolis a migrarem ou não às cidades. Para firmar o corpo teórico que sustentou a pesquisa teve como base literaturas voltadas à população rural e, posteriormente, uma análise regional do município em estudo. Considerando as entrevistas realizadas com os jovens brunopolitenses pode-se afirmar que grande parte dos respondentes preza por uma vida mais digna, enfatiza a qualidade de vida, busca propagar seus projetos no âmbito rural. Nota-se que os jovens que pretendem continuar no campo, querem dar continuidade as atividades rurais advindas de seus familiares. Já do outro lado, situam-se os que visam um crescimento profissional e financeiro, tendo em mente a migração aos meios urbanos. Entretanto, um aspecto primordial para a permanência dos jovens no campo é o incentivo familiar, que faz com que eles criem interesses cada vez maiores pela vida no meio rural. A pesquisa mostrou que os jovens entrevistados sentem-se parte integrante do meio onde vivem, possuem laços afetivos com o lugar. Cabe ressaltar que os investigados estão longe de estereótipos e imagens de jovens despidos de valores do campo. Pelo contrário mantêm uma identidade local, porém, buscam crescimento pessoal e profissional. De acordo com os achados desta pesquisa, pode-se dizer que o jovem rural vem acompanhando o contexto de mudanças imposto pela sociedade, e tornando-se cada vez mais atuante, desenvolvendo um senso crítico acerca da economia na qual se situa, e buscando incessantemente benefícios a sua terra de origem: o campo.

Palavras-Chave: Jovem Rural. Brunópolis. Migração. Campo.

3.7 DIFERENÇAS SALARIAIS E DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO E COR NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Davi Winder Catelan

UEM, daviwindercatelan.ecae@gmail.com

Matheus Demambre Bacchi

ESALQ/USP, matheus.dbacchi@gmail.com

Maylisson Rodrigo Fonseca

UEM, maylisson88@gmail.com

Katy Maia

UEL, katymaia@uel.br

Demografia, espaço e mercado de trabalho

O mercado de trabalho brasileiro é caracterizado por profundas desigualdades, inclusive, no mercado de trabalho. As desigualdades salariais, por vezes são acompanhadas de discriminação. Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar a diferenciação de salários por gênero e cor no mercado de trabalho da região Sul do Brasil, nos anos de 2002 e 2013. Tendo por base as teorias do capital humano, da segmentação e da discriminação, utilizou-se a base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de estimar as equações mincerianas de determinação de salários, bem como a decomposição de Oaxaca-Blinder. Como resultados, verificou-se que a maior parte do hiato salarial entre homens e mulheres foi ocasionada pelo impacto discriminatório. As diferenças salariais entre os indivíduos brancos e não brancos, ocorreram sobretudo em função da diferença nos fatores produtivos (diferença explicada). No entanto, houve convergência nos aspectos produtivos entre os dois grupos além de redução do impacto discriminatório (diferença não explicada) de cor de pele. Houve, no período estudado, um aumento no hiato salarial entre homens e mulheres devido, principalmente, à queda do ganho salarial feminino nos atributos produtivos. Concluiu-se que, no período examinado, persistiu um alto grau de desigualdade salarial na região Sul, motivado, pela discrepância nas dotações produtivas dos trabalhadores e pela persistência do fator discriminatório. Faz-se necessário, deste modo, um aprofundamento das políticas que busquem não apenas a equidade dos atributos produtivos entre a população, mas também políticas que garantam a equalização dos direitos sociais.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Região Sul. Diferenças salariais. Discriminação de gênero. Discriminação de cor.

3.8 EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NOS ESTADOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE DE CLUSTERS

Lauana Rossetto Lazaretti

UFSM, lauana.lazaretti@yahoo.com.br

Patricia Batistella

UFSM, patriciabatistella@rocketmail.com

Elen Presotto

UFSM, elenpresotto@yahoo.com.br

Clailton Ataídes de Freitas

UFSM, lcv589@gmail.com

Pascoal José Marion Filho

UFSM, pascoaljmarion@yahoo.com.br

Demografia, espaço e mercado de trabalho

O tema transição demográfica vem se destacando nos debates acadêmicos e políticos por induzir a mudanças estruturais nos países. O processo vem ocorrendo de maneira acelerada e heterogênea no interior das regiões. Neste artigo, o objetivo é identificar e agrupar os estados brasileiros que apresentam na transição demográfica similaridades nas relações entre variáveis que indicam desempenho econômico e mudanças sociais nos anos de 2000 e 2010. Utiliza-se o método de análise fatorial para identificar os fatores comuns associados ao grau de relação, para agrupar os estados brasileiros a técnica multivariada de *cluster*, e uma análise de discriminante para verificar quais variáveis possuem maior peso para a formação dos agrupamentos, os dados utilizados foram extraídos do IBGE, DATASUS e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. As hipóteses elencadas no trabalho de existência de diversidades regionais e o processo de transição demográfico não ser isolado foram

confirmadas. Os resultados mostram que existe relação entre as variáveis demográficas, econômicas e sociais, e que os estados apresentam características distintas no processo em 2000 e em 2010, foi possível extrair três fatores para cada ano, sendo que os mesmos apresentaram formações distintas entre os dois Censos. Na formação dos *clusters* para os anos de 2000 e 2010, foram extraídas sete e quatro aglomerações, respectivamente. Dentre as principais evidências da formação dos *clusters* foi possível constatar diferentes processos de transição demográfica. Constata-se também que nas regiões Sul e Sudeste o processo de transição demográfica está em fase mais adiantada e segue avançando para os demais estados brasileiros.

Palavras chaves: Transição Demográfica, Estados brasileiros, *Clusters*.

3.9 EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS – UMA ANÁLISE DOS INDICADORES

Samanda Rosa

FURG, samanda_rosa@hotmail.com

Daniele Mendes Caldas Antunes

FURG, daniele.furg@gmail.com

Tiarajú Alves de Freitas

FURG, tiarajufreitas@hotmail.com

Demografia, espaço e mercado de trabalho

O Brasil é caracterizado por um processo histórico de desenvolvimento concentrado nos grandes centros. Este artigo busca descrever o nível de empreendedorismo dos 496 municípios gaúchos no ano de 2010 e relacioná-lo com o grau de desenvolvimento socioeconômico de cada localidade. Para verificar este fenômeno, utilizou-se os indicadores de 2010 medidos pelo Índice de Desenvolvimento Municipal para a Micro e Pequena Empresa (IDMPE) do Sebrae e pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) da Firjan. Adotou-se a metodologia de Análise Exploratória de Dados (AED) e o coeficiente de correlação de Pearson. Encontrou-se indicações de uma alta correlação entre as variáveis empreendedorismo (medido pelo Sebrae) e o desenvolvimento local (medido pela Firjan). Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, o estado do Rio Grande do Sul apresenta uma realidade bastante diferenciada. A região Sul do estado, que antes detinha o poder econômico, a partir do século XX, inicia um processo de estagnação econômica que se mantém até os dias atuais. A região Norte, por sua vez, passa da condição de menos desenvolvida economicamente para a região mais desenvolvida do Estado, promovendo uma concentração de renda e acentuando as desigualdades regionais. Alguns fatores contribuíram para essa situação, porém destaca-se a imigração, o processo de industrialização do Estado, as vantagens da proximidade com os principais portos, além de um mercado consumidor com maior poder aquisitivo. Devido ao exposto, destaca-se a importância dos gestores públicos com o objetivo de oferecer condições favoráveis ao incentivo do empreendedorismo assim, gerando oportunidades de empregos e renda para os municípios.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Desenvolvimento Local, Rio Grande do Sul.

3.10 PERFIL DE CONSUMO CONSCIENTE POR MEIO DE ATITUDES E COMPORTAMENTOS INDIVIDUAIS: UM ESTUDO COM A POPULAÇÃO CURITIBANENSE

Daniela Ribeiro de Almeida

UnC, daniribeiro_almeida@yahoo.com.br

Ana Paula Della Giustina

UnC, anapaula.dg@unc.br

Demografia, espaço e mercado de trabalho

O presente artigo tem por objetivo abordar o perfil de consumo consciente por meio de atitudes e comportamentos individuais na cidade de Curitiba. Foi avaliado como a cultura e sociedade interferem no entendimento das pessoas para novos conceitos, as consequências das propagandas que transformam as empresas tradicionais em empresas socialmente e ecologicamente corretas. Por meio de pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, conduzida por meio de questionário estruturado, foi possível identificar e traçar o perfil do consumidor consciente de acordo com suas atitudes individuais. Constatou-se as percepções da sociedade diante do assunto referente ao consumo consciente e sustentabilidade, como as pessoas compreendem o consumo consciente no dia a dia, como os consumidores reagem ao conceito debatido, e de que modo a população interpreta o envolvimento do governo da cidade com o assunto abordado. Estabeleceu-se alguns parâmetros para melhor analisar os resultados tal como, a percepção individual de cada pessoa sobre o tema consumo consciente, o conhecimento de cada um a respeito das empresas e órgãos públicos associados ao conceito de responsabilidade social e ambiental na cidade, e interesses nas questões de sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Concluindo, as pessoas que residem em Curitiba têm carência de informações que conscientizem sobre a importância de saber o que significa consumir conscientemente, preservar o ambiente em que se vive, bem como, exigir essas mudanças aos governos e empresas que estão na cidade. Observou-se que os investigados ainda não possuem práticas cotidianas de consumo sustentáveis, apontando-se para a necessidade de promover incentivos e estruturas que possibilitem a mudança nos seus comportamentos de consumo para práticas cotidianas mais sustentáveis.

Palavras-Chave: Consumo. Comportamento Consciente. Sustentabilidade.

3.11 ESPAÇOS DE VULNERABILIDADE: CONFIGURAÇÕES ACERCA DA JUVENTUDE NEGRA NA REGIÃO DO PLANALTO CENTRAL CATARINENSE

Anderson Suchara

UnC, suchara13@gmail.com

Débora Aparecida Almeida

UnC, deboraalmeida@unc.br

Demografia, espaço e mercado de trabalho

O racismo contra negros está presente no Brasil desde sua descoberta, escravos foram à alternativa para encontrada para a realização do trabalho braçal da época, fora isso os negros também, eram responsáveis pelos trabalhos inferiores e que exigiam mais uso da força. O objetivo geral foi de descrever a distribuição da população jovem negra da região da Associação dos Municípios da Região do Contestado-AMURC com relação à vulnerabilidade social e econômica com ênfase no mundo do trabalho. Como objetivos específicos destacam-se: delinear os dados educacionais da população negra da região da AMURC; analisar a caracterização demográfica e da vulnerabilidade à violência da juventude negra regional;

compreender a juventude negra e sua relação com o mundo do trabalho e renda; comparar a distribuição da população jovem ocupada por grandes grupos de ocupações e pelo percentual de negros. Pretende-se com esse estudo criar espaços para reflexão e discussão das temáticas em todas as esferas da sociedade. A pesquisa ora posta permeia-se por um estudo descritivo de cunho qualitativo e quantitativo finalizado por meio de dados estatísticos descritivos a fim de comparar efetivamente os avanços e retrocessos das questões étnico-raciais da região considerando os dados mais recentes. Os negros ainda recebem menos que os não negros, em 2010 a diferença entre salarial dos negros era de R\$ 146,41 a menor. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2016) por meio do relatório de vulnerabilidade social e juventude negra constata-se que 834 jovens negros vinculam-se a serviços qualificados na agropecuária, na área florestal, caça e pesca, bem como, operários, artesãos da construção, e da área mecânica. Comparado a jovens brancos 37% tem ocupações elementares e outros 27% tem ocupações mal definidas. Como foi apresentado, a região da AMURC, enfrenta a violência contra negros e não negros, na região o índice de violência é baixo se comparado com outras regiões, mesmo assim é presente, o que mais chama atenção é que, se comparado há 11 anos, a quantidade de homicídios contra negros baixou, enquanto quantidade aumentou para os não negros, esse número de homicídios poderia ser menor, pois os municípios possuem programas de combate a discriminação e a violência, mais não possuem nenhum conselho para supervisionar se esses programas estão dando resultados satisfatórios ou precisão de ajustes, com o acompanhamento esses projetos podem reduzir a discriminação e a taxa de homicídios na região. As políticas para juventude são restritas e pouco representativas, tornando a vulnerabilidade do jovem negro invisível aos olhos da sociedade. O município de Frei Rogério/SC com a menor população regional é o município que possui mais programas de promoção da igualdade racial. Sem dúvida a pesquisa demonstra que a região precisa de políticas públicas que possam dirimir distâncias fazendo com que o jovem negro possa vislumbrar um futuro com oportunidades iguais a quaisquer outras raças. Precisamos lutar pela igualdade, pela justiça, e principalmente para que nossos jovens possam ter as mesmas condições independentemente de sua raça, e de suas condições sociais e financeiras.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade. Juventude Negra. Região Central Catarinense.

3.12 O TRABALHO FORMAL NAS COOPERATIVAS CATARINENSE

Max Richard Coelho Verginio

UNESC, verginio@unesc.net

Dimas de Oliveira Estevam

UNESC, doe@unesc.net

Demografia, espaço e mercado de trabalho

Em relação ao cooperativismo existe uma vasta literatura abordando o movimento, sobretudo, em termos de dados sobre a importância do cooperativismo, em relação a números de cooperativas, cooperados, em suas mais diversas abordagens. Este resumo, no entanto, direciona para a análise das relações de trabalhos formais dentro das cooperativas no estado de Santa Catarina. Desta maneira o objetivo desse resumo é realizar um estudo exploratório sobre o trabalho formal nas cooperativas, situadas no território catarinense. A escolha do Estado catarinense é dada pela grande quantidade de empregos formais gerados pelas cooperativas. O recorte do período é entre os anos de 2002 e 2015, devido a disponibilidade dos dados. Os dados serão obtidos da base das Relações Anual de Informação Social – RAIS. A base de dados estudada permite inferir a remuneração média dos trabalhadores das cooperativas. Foram analisados os valores de remuneração média, separadas por setor de

atividade econômica. Visando reduzir a heterogeneidade dos dados, foram necessários fazer filtros, para que os indicadores tenham significância estatística, logo sejam indicadores representativos. Tais filtros são referentes ao porte do estabelecimento, faixa etária, sexo e grau de escolaridade do trabalhador. Através destes indicadores, busca-se, entender um pouco mais sobre o mercado de trabalho nas cooperativas catarinenses.

Palavras-chave: Cooperativismo; empregos formais; cooperativas; desenvolvimento.

4 - HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL

4.1 ESTRADA DE CAMPOS NOVOS E DE PALMAS: DOIS CAMINHOS NO MEIO DE UMA DISPUTA TERRITORIAL

Alcides Goularti Filho
UNESC, alcides@unesc.net
História econômica e Social

Este artigo tem por objetivo descrever e analisar a trajetória da construção das estradas que partiam de Lages e Curitiba em direção a Campos Novos e da estrada que partia de Campos Novos em direção a Palmas. Estas estradas estavam dentro de um território em litígio que englobava os chamados Campos de Palmas. Dentro desta disputa territorial a construção da Estrada de Campos Novos e da Estrada de Palmas assumiram a condição de obras estratégicas na definição do território em prol do governo catarinense. Soma-se a este determinante, o espaço de valorização que se abria no planalto serrano e meio-oeste catarinense com a gestação de uma economia mercantil e de futuras áreas para novas colônias. O artigo está dividido em cinco tópicos. No primeiro analisamos a disputa territorial nos Campos de Palmas, que iniciou com São Paulo após a ocupação de Palmas, em 1836, e a transferência da disputa para o Paraná, pós-1853. No segundo tópico elencamos as principais categorias de análise para entendermos as estradas na formação econômica regional e na definição do poder no território. Em seguida passamos analisar a construção das estradas em dois momentos: durante o Império, quando o projeto da Estrada de Palmas era mais prioritário; e na República, quando a “marcha para o oeste” catarinense desloca as atenções do governo para a construção da “grande via de comunicação” entre o litoral e a fronteira com a Argentina, englobado a Estrada de Campos Novos. Por fim, as considerações finais trás uma breve reflexão sobre o papel desempenhado pelas estradas na sociedade e na economia.

Palavras-Chave: Estradas; Território; Disputas; História; Economia; Santa Catarina

4.2 EXPANSÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS EM SANTA CATARINA NA FORMAÇÃO DE UM SISTEMA REGIONAL DE ECONOMIA 1900-1930

Gabriel Crozetta Mazon
UNESC, gabrielcmazon@gmail.com
Alcides Goularti Filho
UNESC, agf@unesc.net
História econômica e social

A pesquisa tem por objetivo descrever e analisar a expansão dos serviços postais (agências dos correios e linhas postais) em Santa Catarina como instrumento de adensamento do Estado e na formação e definição do território entre 1900 e 1930. A metodologia utilizada foi de

pesquisa bibliográfica e documental em relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, relatório da Administração Geral dos Correios, periódicos presentes no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e demais referências. Até 1918, houve uma *concentração litorânea e colonial* (Leste, Sul, Vale do Itajaí e Norte) com abertura dos serviços junto às comunidades pesqueiras e aos pequenos núcleos coloniais. Pós-1918 este movimento foi reforçado, porém inicia um novo processo de *disseminação acelerada* rumo ao grande Oeste catarinense (Meio Oeste e Oeste), área de avanço das frentes pioneiras, da colonização privada e da economia da madeira. No Planalto Norte, fundado no extrativismo da erva-mate, já se configurava como uma atividade econômica importante para Santa Catarina ao final da questão Contestada em 1916, o que estimulou uma rápida demarcação e estabelecimento de serviços públicos, como os postais que se disseminaram após-1918. A crescente utilização e incorporação dos serviços postais pelas vilas e cidades estão presentes no aumento dos fluxos, que se relacionavam com a dinâmica da economia local, realizando o transporte de valores, encomendas, correspondências e caixas com valores declarados e não declarados. A Administração dos Correios de Santa Catarina possuía autonomia financeira relativa, decidindo quanto ao destino dos novos investimentos. No entanto, os déficits financeiros foram constantes no período analisado (1900 a 1930), sendo que as receitas aumentavam, mas não acompanhava na mesma proporção o volume crescente de investimentos, com um *boom* da demanda e pedido de locais (dirigentes, autoridades e população em geral) remetido a Administração solicitando novos incrementos e abertura de agências. Esse movimento postal aproximou pessoas, difundiu e atualizou o conhecimento, aumentou o volume de trocas mercantis e redes de comércio, acarretando em novas demandas. Os serviços postais se sobrepõem e combinam em *camadas geoeconômicas e institucionais* que definem o sistema regional de economia e adensam o estado no território.

Palavras-chave: Comunicações, Serviços postais, Santa Catarina, História Econômica.

4.3 IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA ECONÔMICA NO ENSINO DA ECONOMIA

Edmundo Pozes da Silva

IFPR, edmundo.pozes@ifpr.edu.br

Fernando Pozes da Silva

IFPR, fernando.pozes@gmail.com

Frederico Coutinho Lemos

IFPR, fredbalsa@hotmail.com

História econômica e social

Objetiva-se apresentar uma série de conceitos econômicos com a finalidade de demonstrar as relações históricas das escolas do pensamento econômico. Entre os conceitos, as tradicionais definições de economia e as divisões da micro e macro, economia política, economia marxista, marginalismo. Posteriormente, aborda-se a área matemática, agregando a economia matemática, econometria, economia financeira e finanças públicas. Em seguida, uma área mais abrangente com a economia do desenvolvimento, sistemas econômicos, economia do meio ambiente, economia do trabalho e economia gerencial. Depois, fazem-se considerações sobre economia keynesiana, comércio internacional e pequenas lembranças da escola austríaca, escola de Chicago, escola de Freiburg, escola de Lausanne e escola de Estocolmo. Ao final, apresenta-se fluxograma inédito com exposição de toda a sequência das escolas econômicas e suas relações. O desenho do gráfico pictórico apresenta-se em 15 quadros onde são descritos nome da escola ou apoio, data do início, principais autores e resumo dos tópicos que identificam a escola. Em seguida, ligam-se essas escolas e apoios, identificando escolas precedentes e antecedentes, demonstrando ligação às escolas econômicas. Por exemplo, a

escola clássica teve como antecedente os ideais da Fisiocracia, e dela a escola clássica, originaram-se outras três escolas econômicas baseadas em seus ideais como a escola histórica alemã, a escola marxista e as escolas neoclássica e marginalista. Assim, o desenho formatou-se em apresentação de outras escolas, como escola matemática, escolas institucionais, escola monetarista, escola do bem-estar, escola concorrência imperfeita, escola keynesiana, escola crescimento e desenvolvimento e a escola novo classicismo. Este artigo objetiva apresentar um resumo histórico do pensamento econômico e suas interligações para permitir a divulgação e o entendimento do desenho das ciências econômicas.

Palavras-Chave: História econômica; escolas econômicas; sociedade.

4.4 INTRODUÇÃO AO INSTITUTO NACIONAL DO MATE E À ECONOMIA DA ERVA-MATE NO BRASIL

José Antonio Fernandes

USP, jose_jaf@hotmail.com

História econômica e social

Inserindo esta apresentação no contexto da economia brasileira século XX, mas também havendo espaço para economias estaduais, a exemplo de Santa Catarina, é nosso objetivo introduzir os ouvintes na economia ervateira brasileira através da trajetória do Instituto Nacional do Mate (INM), órgão criado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo para agir como autarquia centralizadora das decisões envolvendo o produto, que incluíam todas as fases (a produção, o comércio e a exportação). Embora de maneira introdutória, focamos nas relações travadas entre produtores cancheadores e industriais/exportadores durante os anos de existência do Instituto (1938-1967) e analisamos quais medidas foram tomadas em relação a essas classes interessadas, o que inclui trabalhadores diretos, cooperativas e sindicatos. Isso porque o INM surge em meio a problemas profundos relacionados à erva-mate, como por exemplo: perda crescente de seu principal mercado, a Argentina, que vinha substituindo o produto brasileiro pelo que plantava e colhia em Misiones; além de, o que é inseparável, sofrer naquele momento com superprodução e falta de mercados para escoar o produto; deparando-se com a necessidade de conquistar novos mercados; e, finalmente, ter que resolver os problemas de oposições de interesses das principais classes interessadas, acima citadas. Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento, esperando abrir espaço para o conhecimento e debate sobre a história de um órgão oficial e seu produto de suma importância na formação e desenvolvimento dos três estados sulistas (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), mais o antigo Sul de Mato Grosso.

Palavras Chaves: Instituto Nacional do Mate, Erva-mate, INM, economia ervateira.

4.5 O PORTO DE LAGUNA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO SUL CATARINENSE

Luiz Claudio de Freitas

UNESC, luiz.c.frts@gmail.com

História econômica e social

O objetivo da pesquisa esteve em buscar reconstituir a história do Porto de Laguna na formação econômica do sul catarinense, a partir das múltiplas determinações que constituem a realidade concreta. O porto de Laguna passou por diversas fases, sendo, primeiramente, o porto das conquistas no Brasil meridional; depois, o porto da colonização do sul de Santa Catarina; porto carvoeiro; e, por último, porto pesqueiro regional. Destaca-se a longa trajetória do porto de Laguna e a sua relação material e histórica com o desenvolvimento da

cidade e da região sul catarinense. O porto foi marcado por diferentes períodos que refletiam as transformações desencadeadas com a expansão do capital no território nacional e regional. O processo de diversificação comercial e produtiva com base na expansão do setor carbonífero deslocou o centro econômico e político da região de Laguna para Criciúma. O porto de Laguna não se ajustou às novas demandas da região e perdeu a disputa do carvão para o porto de Imbituba. A consolidação do capital industrial em torno do município de Criciúma representou a ruptura com o antigo centro mercantil de Laguna. O abandono do porto carvoeiro, a partir de meados do século XX, levou à desintegração produtiva da cidade-porto e à perda de posto de principal pólo comercial e escoadouro de mercadorias da região. A ausência de nova dinâmica local correspondeu ao isolamento e à regressão econômica de Laguna e a transformação do porto em terminal pesqueiro se constituiu em nova esperança para a cidade, sobretudo para setores da elite lagunense e catarinense que almejavam a reativação do porto e a superação do “*atraso*”.

Palavra-chaves: Porto de Laguna. História econômica. Desenvolvimento regional.

4.6 MODERNIZAÇÃO E PROPAGANDA: O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE DE SÃO PAULO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DA ATIVIDADE PUBLICITÁRIA, O CASO DA AGÊNCIA *ECLÉTICA*, 1914-1929

Roger Cavalheiro Silva

USP, rogercavalheirosilva@usp.br

História Econômica e Social

O presente artigo pretende apresentar os resultados preliminares e questões do projeto de pesquisa de mestrado em andamento que busca compreender as dinâmicas da economia da cidade de São Paulo que, em meados da década de 1910, propiciaram o surgimento de um mercado específico para serviços de publicidade na capital paulista. Nossa investigação analisa os dados presentes nos relatórios da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de 1905 a 1929, em especial os das duas últimas décadas desse período, dando ênfase às arrecadações tributárias sobre a produção e circulação de mercadorias. Além destes dados, a pesquisa se apóia nas recentes contribuições da Michael Manson(2015) acerca da constituição de empresas na cidade de São Paulo a partir dos registros da Junta Comercial durante entre os anos de 1911 e 1920. Os dados apresentados pelo autor nos auxiliam na compreensão das dimensões das atividades econômicas realizadas na cidade e entender o local da publicidade nessa dinâmica. A temática escolhida representa uma lacuna da historiografia sobre o período, tanto no que toca a história da economia da cidade, trabalhando a publicidade apenas como ilustração daquele tempo, quanto dos trabalhos que discorrem sobre a história da publicidade sem um maior aprofundamento nas nuances da vida econômica da São Paulo em questão. Portanto, nossa pesquisa visa analisar as relações que propiciaram o desenvolvimento da atividade publicitária e as suas possíveis contribuições para o crescimento econômico da cidade e para isso, apresentará um pequeno esboço do estudo da trajetória de atuação da primeira agência de publicidade profissional que se tem notícia na cidade de São Paulo, a *Eclética*. Para desenvolver nossa investigação, nos apoiaremos nos fundamentos do campo da “História Empresarial”, a fim de abordar as dinâmicas internas que gestaram a evolução da *Eclética*

Palavras-chave: História de São Paulo, Desenvolvimento econômico, Propaganda.

4.7 O CIRCUITO MERCANTIL ENTRE AS CAPITANIAS DO PARÁ E DO OESTE DO ESTADO DO BRASIL: CONTROLES E CONEXÕES COMERCIAIS

Siméia de Nazaré Lopes

UFPA, pinheirolopes@hotmail.com

História Econômica e Social

Desde o início da ocupação portuguesa na região do vale do Rio Amazonas, que o comércio realizado na capitania do Pará se deslocava para as áreas e vilas dos sertões do Estado. Nesse espaço, os sujeitos envolvidos no circuito mercantil articulavam a extração das drogas do Sertão, a comercialização das mercadorias importadas e a negociação desses produtos para serem transportados até o porto da cidade de Belém. No porto da cidade, essas mercadorias abasteciam o comércio local e/ou eram exportadas para o porto de Lisboa. No início do século XIX, o comércio para essa área demandou um maior controle, em função das transações comerciais realizadas nesse espaço que também se estendiam para as capitanias do Oeste do Estado do Brasil (Mato Grosso e Goiás). Com esse intuito, as fortalezas levantadas ao longo dos rios serviam de base de apoio para os negociantes em suas embarcações, mas principalmente de ponto de fiscalização para aferir os produtos negociados e as pessoas afeitas a esse comércio. Diante disso, o objetivo desse trabalho é analisar o comércio de gêneros dos sertões e a articulação que o mesmo proporcionava aos sujeitos envolvidos nesse circuito. Na documentação que se utilizou pode-se encontrar os Registros da Coletoria dos Impostos de Gurupá organizadas nos códices do Arquivo Público do Estado do Pará e os avulsos do Projeto Resgate (Pará e Rio Negro).

4.8 O PLANEJAMENTO ESTADUAL NA FORMAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO CATARINENSE

Fábio Farias de Moraes

USP, fariasdemoraes@outlook.com

História Econômica e Social

Na América Latina, após a Segunda Guerra ocorreu o processo de transição da propriedade majoritariamente privada e estrangeira no setor elétrico para a propriedade pública. Isso envolveu a separação de funções nos sistemas elétricos. Essa domesticação da propriedade das empresas do setor elétrico atribui-se, por um lado, ao desinteresse do capital privado em realizar as vultosas inversões que exigiam as novas plantas geradoras, de dimensões muito superiores as das décadas anteriores, e, de outro, a postura proativa do Estado frente ao abastecimento de tal insumo, já percebido como vital para a industrialização e o desenvolvimento econômico. O desinteresse do capital privado estrangeiro deve ser compreendido por determinantes que confluíram para tal, como o risco de investir-se muito capital em economias longínquas, relativamente desconhecidas, heterogêneas e que nem mesmo demonstravam robustez condizente com o dispêndio - já as plantas de geração elétrica, nesse momento, deveriam antever as expansões na demanda e, portanto, lidar com tamanha incerteza. É notado que nesse período a transnacionalização do capital intensifica-se e múltiplas possibilidades de investimentos (mais rentáveis ou menos arriscados como nos investimentos entre países centrais) vão competir pelos recursos. Mas o Estado, nos países periféricos como na América Latina, não poderia deixar o abastecimento da energia motriz de indústrias, ou mesmo o serviço de iluminação pública simplesmente por conta da vontade alienígena das grandes corporações multinacionais. A expansão da utilização da energia elétrica na vida cotidiana e na produção se mostrava como um processo irreversível. O não

atendimento desse anseio teria custos econômicos, políticos e sociais incalculáveis. Portanto, basicamente, foram esses os motivos que levaram aos acordos que segregaram as funções de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no território brasileiro, cabendo ao Estado as atividades mais dispendiosas e ao capital privado a de distribuição. Como os equipamentos ainda eram importados e a relação entre a eletrotécnica e os produtores de energia elétrica era bastante próxima, tal clivagem, como presumível, foi ao encontro dos interesses privados. Nesse panorama geral brasileiro, os planos de eletrificação estaduais são precursores da intervenção estatal no setor. Para compreender a formação do setor elétrico em Santa Catarina, entre a década de 1950 e 1970, o planejamento da intervenção estatal à escala estadual, é de fundamental análise, sendo abordados neste trabalho as atividades da Comissão de Energia Elétrica e os planos como o Plano Regional de Eletrificação do Estado de Santa Catarina do Governo Jorge Lacerda, de 1957, o Plano de Obras e Equipamentos - POE (1955-1960), o Plano de Metas do Governo - PLAMEG (1961-1965), o PLAMEG II (1966-1970), e o Projeto Catarinense de Desenvolvimento - PCD (1971-1974), todos eles como importantes investimentos em energia elétrica, inclusive a criação da Centrais Elétricas de Santa Catarina SA e sua expansão.

Palavras chave: Planejamento; Eletrificação; Santa Catarina.

✓ Bolsista do CNPq (processo 192277/2015-6)

5 - ECONOMIA INDUSTRIAL, DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

5.1 A “PRIMARIZAÇÃO” DA PAUTA EXPORTADORA E A QUESTÃO DA DOENÇA HOLANDESA: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Max Cardoso de Resende

UFSC, max.resende@ufsc.br

Dinora Baldo de Faveri

UDESC, dinora.faveri@udesc.br

Silvio Ferraz Cário

UFSC, fecario@yahoo.com.br

Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

Este trabalho investiga os impactos da crise financeira internacional de 2008 sobre a primarização das exportações e os sintomas da doença holandesa para o Brasil em termos dos valores exportados e das participações relativas no saldo total de exportações brasileiras de diversas *commodities* e de produtos manufaturados. Para isso, o trabalho utiliza análise das estatísticas descritivas dessas variáveis e testes de mudança estrutural (Bai-Perron (2003) e Zivot-Andrews (2002)) para o período de janeiro de 2000 a junho de 2014. O trabalho sugere que há uma redução na participação de produtos industrializados em relação aos intensivos em recursos naturais e que esta trajetória não se modificou com a crise, e esta não foi capaz de provocar mudanças estruturais significativas na trajetória de exportação dos produtos avaliados.

Palavras-chave: Exportação; doença holandesa; crise financeira.

5.2 ANÁLISE DA INTENSIDADE TECNOLÓGICA DOS FLUXOS COMERCIAIS BRASILEIROS (1997-2015)

Rafael Bastos Vilarinho

UFMS, rafaelvilarinho@live.com

Bibiana Poche Florio

UFMS, bibianaflorio@gmail.com

Giuliano Manera Longhi

UFMS, giuliano.longhi@hotmail.com

Economia Industrial, da ciência, tecnologia e inovação

O trabalho que segue pretende analisar as exportações e importações brasileiras entre 1997 e 2015 de acordo com a intensidade tecnológica, traçando um panorama da produção industrial brasileira e como esta foi afetada pela abertura comercial, sobretudo nas indústrias intensivas em tecnologia. A base de dados utilizada é fornecida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) construída a partir *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* (ISIC Rev. 4). A ideia, é a partir dessa classificação em níveis de intensidade tecnológica retratar a situação da balança comercial de forma mais qualitativa, para assim compreender em quais setores o país apresenta maior deficiência. Uma industrialização tardia e a absorção de tecnologia via importação acabaram levando o Brasil a apresentar um persistente e crescente déficit nos produtos de alta e média alta intensidade tecnológica. O trabalho além de analisar os saldos comerciais dos produtos também faz um breve resgate histórico da industrialização no país e uma análise das políticas econômicas dos anos 90, período que aponta para uma reestruturação das empresas nacionais e transnacionais. A ideia da abertura comercial como promotora da industrialização brasileira e de melhor ganhos de competitividade não traz resultados positivos como esperados, havendo perda em diversos setores estratégicos para o país, o que só não é pior por conta do Mercosul. Nos anos 2000, com a alta do preço das *commodities*, ocorre uma intensiva reorganização das atividades industriais para tais setores, na qual o Brasil se mostra bastante competitivo, desfavorecendo assim aqueles mais intensivos em tecnologia, piorando qualitativamente o saldo comercial no que se refere a intensidade tecnológica. O objetivo então é ver em quais categorias o país se comporta pior e quais políticas e fatores impactaram para tal problema.

Palavras-chave: Intensidade tecnológica, fluxos comerciais, produção industrial, saldos comerciais.

5.3 ASPECTOS ECONÔMICOS DA ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE AUTOPEÇAS NA REGIÃO SUL – PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Bruna Paiano

UFSC, brunapaiano@hotmail.com

Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

O presente artigo tem como seu objetivo realizar um estudo comparativo e analisar o crescimento e desenvolvimento do setor de autopeças na região Sul do país nos anos 2000. Vale ressaltar que meados dos anos 90, o Brasil passou por diversas mudanças como: abertura comercial, estabilidade monetária, liberalização financeira, entre outras. Tais mudanças institucionais provocaram impacto na indústria automobilística brasileira, provocando enorme expansão, devido o aumento da concorrência, entrada de novos

participantes no mercado, maior facilidade a financiamentos por parte dos consumidores, etc. O setor fornecedor – indústria de autopeças – acompanhou pari-passu este crescimento econômico setorial, sendo uma das bases produtivas localizada na região Sul do Brasil – PR, SC e BR. No intuito de analisar o crescimento deste segmento na região Sul durante os anos 2000, recorreu-se a base de dados da RAIS, do SINDIPEÇAS, do IBGE. As principais conclusões foram: a região sul é destaque nacional no setor de autopeças. O PR possui mão-de-obra qualificada, alto nível educacional e as maiores remunerações. O estado de SC possui seu mercado voltado para reposição, este segmento encontra-se em processo de expansão. O RS em relação aos outros estados do sul foi o que possuía maior número de estabelecimentos em 2014 e sua produção é bem diversificada.

Palavras-chave: Setor autopeças região Sul, estratégias, concorrência.

5.4 INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA: CONTRIBUIÇÃO PARA O SISTEMA DE INOVAÇÃO ESTADUAL

Silvio A. F. Cario

UFSC, fecario@yahoo.com.br

William Jose Borges

IFSC, williamborges_88@hotmail.com

Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

Em Santa Catarina, o sistema de inovação é composto por um arranjo institucional voltado a potencializar o desenvolvimento inovativo do estado. O arranjo do sistema de inovação é composto por instituições de ensino, empresas, governo e demais instituições. Em Santa Catarina há uma estrutura universitária, que dentre várias funções, mantém relações interativas com o setor empresarial. No propósito de verificar as características desta interação, recorreu-se a base de dados do Diretório de Grupos do Conselho Nacional para Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq) para os anos de 2002, 2004, 2006, 2008, 2010, 2014 e 2016. Os resultados demonstraram que se elevou o número de universidades, de doutores, de grupos de pesquisa, de interação e de relacionamento com o setor empresarial. Nestes termos, conclui-se que o meio acadêmico de Santa Catarina vem contribuindo para o melhor desempenho do sistema inovativo estadual e do país.

Palavras-chave: Sistema de Inovação, Interação Universidade-Empresa, Desenvolvimento Inovativo.

5.5 NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA TENTATIVA DE APROXIMAR PRODUTOR E USUÁRIO DO CONHECIMENTO

Roni Francisco Pichetti

FUBR, ronipichetti@hotmail.com

Ivo Marcos Theis

FURB, theis@furb.br

Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre os Núcleos de Inovação Tecnológica e o incentivo (ou não) do uso de Tecnologia Social no âmbito de atuação dos Institutos Federais com sede na região sul do Brasil. Estas tecnologias tratam-se do resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho, em um ambiente em que princípios da autogestão permitem uma modificação no produto gerado, passível de ser

adaptada e reproduzida. O estudo considerou fatos históricos e legislações referentes à criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional e dos Institutos Federais brasileiros. Assim como abrange as legislações de concepção dos Núcleos de Inovação Tecnológica na esfera pública nacional. Os resultados evidenciam que cada um dos estágios da expansão da Rede Federal de Educação Profissional teve uma motivação principal. Bem como que a distribuição regional dos Institutos Federais no Brasil está em maior número de unidades de ensino no nordeste do país e em segundo lugar no sudeste. Entende-se que esta concentração é motivada pela criação e manutenção de força de trabalho em locais de maior interesse ao setor produtivo. Referente aos questionários aplicados compreende-se que o nível de entendimento do conceito de Tecnologia Social é diferenciado nos órgãos pesquisados. As principais ações desenvolvidas por estes núcleos abrangem a difusão de conhecimento e em menor número o registro de patentes. Levando a crer que apesar das leis de incentivo a inovação, como a Lei da Inovação e o Marco Legal da Ciência e Tecnologia, que pesquisa básica não conduz diretamente à pesquisa aplicada, e esta por sua vez não produz inovações automaticamente.

Palavras-chave: Inovação. Tecnologia Social. Educação. Conhecimento.

5.6 O PAPEL RECENTE DO SENAI NA PROMOÇÃO DO SISTEMA DE INOVAÇÃO DE SANTA CATARINA

Flamaryon Porto

SENAI, flamaryon@fiesc.com.br

Pablo Felipe Bittencourt

UFSC, pablofelipe.bittencourt@gmail.com

Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

O aumento da concorrência no cenário global nas últimas décadas tem provocado adaptações e reestruturações das organizações, levando os países a buscarem estratégias para aumentar suas competitividades. A necessidade de busca de conhecimentos externos às organizações tem estimulado a competitividade sistêmica. Assim, inovar passou a figurar no centro da dinâmica competitiva, determinando o desenvolvimento de organizações, regiões e nações. Por essa razão, as políticas de órgãos capazes de influenciar o desenvolvimento tecnológico das empresas passaram a ter alta relevância. Este estudo tem por objetivo compreender a contribuição da nova política de inovação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina. Especialmente, foca-se na implantação de Institutos de Tecnologia e Inovação, por criar uma perspectiva positiva em relação ao Sistema Regional Catarinense. Para cumprir o objetivo, recorreu-se a pesquisa bibliográfica sobre o referencial analítico dos Sistemas de Inovação, a apresentação do processo histórico e da nova política de inovação do SENAI, mas também a busca primária de informações sobre os novos serviços de inovação do SENAI e suas demandas pela indústria. Os resultados apontam uma mudança qualitativa positiva e significativa, adequada a demandas reprimidas da indústria, mesmo em um cenário de recessão em contexto nacional.

Palavras-chave: Inovação. Políticas Industriais. SENAI.

5.7 PADRÕES SETORIAIS DE MUDANÇA TÉCNICA E FOMENTO DE INOVAÇÕES NA INDÚSTRIA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O SETOR AUTOMOTIVO

Almir Cléydison Joaquim da Silva

UFPR, almirjoaquim@gmail.com

Mônica Aparecida Bortolotti

UFPR, monica_economia@yahoo.com.br

Walter Tadahiro Shima

UFPR, waltershima@ufpr.br

Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

O presente trabalho procura apresentar uma discussão relacionada aos padrões setoriais de mudança técnica e fomento de inovações no setor automotivo brasileiro. A inovação tem, cada vez mais, se caracterizado como um elemento determinante do processo competitivo na indústria automotiva, atrelado à mudanças organizacionais e principalmente tecnológicas, que também implicam na interação deste setor tipicamente oligopolista com diversos fornecedores que formam a cadeia produtiva. São apresentados os principais aspectos e características da dinâmica industrial, processos cumulativos, trajetórias e mudanças tecnológicas para o setor automotivo. Enquanto elemento analítico, considera-se a classificação da taxonomia para as empresas de Pavitt (1984), que compreende os setores dominados por fornecedores, produção intensiva e baseados na ciência. A partir da concepção de que concorrência pressupõe fundamentalmente inovação, as experiências observadas no setor automotivo brasileiro são discutidas por meio de uma abordagem que envolve os elementos de organização do setor, interação com outros setores e fornecedores, assim como os principais aspectos de produção e desenvolvimento de inovações ao longo do tempo. Conclui-se indicando que o setor automotivo, embora classificado na taxonomia de produção intensiva, mantém e necessita de uma forte interligação com outras categorias da classificação de empresas, especialmente dos setores baseados na ciência, que contribuem para o processo de mudança técnica em toda cadeia automotiva. E no que concerne ao fomento e disseminação de inovações no setor, destaca-se a importância de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento industrial direcionadas para estímulo à pesquisa e desenvolvimento, com foco nas principais tendências e rotas tecnológicas que têm surgido no contexto das economias globalizadas. Essas tendências e rotas tecnológicas estão vinculadas a eletromobilidade, hibridização, combustíveis alternativos e nanotecnologia. Esta última, por exemplo, configura-se como uma oportunidade tecnológica que pode contribuir tanto para aperfeiçoamentos no produto (funcionalidade e *design* de peças) quanto melhorias de processos.

Palavras-chaves: Economia Industrial; Inovação; Tecnologia; Padrões Setoriais; Indústria Automotiva.

5.8 POR QUE ALGUNS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES DE SANTA CATARINA SUPERAM OUTROS? UMA ABORDAGEM DA VISÃO BASEADA EM RECURSOS (VBR)

Luis Augusto Araujo

Epagri/Cepa, laraujo@epagri.sc.gov.br

Elizabete Catapan

UFSC, catapanbet@gmail.com

Marcia Mondardo

Epagri/Cepa, mmondardo@epagri.sc.gov.br

Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

A questão fundamental que orienta os caminhos de pesquisa no campo da administração estratégica é como os estabelecimentos agropecuários alcançam e sustentam a vantagem competitiva. A Visão Baseada em Recursos (VBR) preconiza que os estabelecimentos agropecuários se destacariam de outros em termos de desempenho econômico devido à posse

e utilização de recursos estratégicos, com vistas à obtenção de vantagem competitiva. Nesta perspectiva, este artigo tem o objetivo de analisar a associação existente entre a heterogeneidade do desempenho de estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina e as capacidades dos seus recursos percebidas pelos seus gestores, tendo como referencial teórico a Visão Baseada em Recursos. Além disso, busca verificar a heterogeneidade de desempenho dos estabelecimentos agropecuários tendo em conta os efeitos relacionados às diferenças do sistema de produção e do ano agrícola. O estudo realizado teve como referência os princípios da pesquisa qualitativa e quantitativa, a partir de levantamento bibliográfico e aplicação de questionário a agricultores dos estabelecimentos agropecuários, selecionados intencionalmente. As análises estatísticas foram utilizadas para estudar o desempenho da Renda da Operação Agrícola (ROA), obtida por acompanhamento contábil através do programa Contagri. Os dados coletados foram organizados numa planilha eletrônica Excel e tratados com estatísticas descritivas, testes de médias e análise de correlação. Os resultados do teste de hipótese sugeriram que, tanto em relação ao sistema de produção como em relação ao ano agrícola, as médias e as variâncias de desempenho econômico dos estabelecimentos agropecuários são estatisticamente iguais. Para o ano agrícola 2014/15, os resultados sugerem haver evidências de que a capacidade de comercialização e marketing e a capacidade de gestão da informação estão associadas com a renda. Por outro lado, para as capacidades de gestão de pessoas, finanças e custos, gestão ambiental e gestão da produção, não existem evidências desta associação. Diferentemente, para o ano agrícola 2015/16, os resultados sugerem não haver evidências de associação da renda com as capacidades de gestão consideradas. Uma importante contribuição deste estudo é permitir futuras discussões e trazer novas perspectivas sobre a importância e a preocupação com os fatores que afetam a lucratividade dos estabelecimentos agropecuários.

Palavras-chave: Visão Baseada em Recursos, agricultura familiar, estabelecimento agropecuário, capacidades.

5.9 SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO NO BRASIL: O POLO DE TIC DE CURITIBA

Pollyanna Rodrigues Gondin

UFPR, pollygondin@gmail.com

Walter Tadahiro Shima

UFPR, waltershima@ufpr.br

Nuno Teles

Universidade de Coimbra, nunoteles@ces.uc.pt

Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos de interação e cooperação, tanto formal quanto informal que ocorre no polo de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de Curitiba. Busca-se verificar o grau de interação, cooperação e consequente aprendizado entre os diversos atores, bem como suas formas e os impactos das mesmas para as empresas. Desse modo, pretende-se identificar os fatores institucionais e econômicos que potencializam a inovação. Para a realização desse estudo, a metodologia de pesquisa desenvolvida foi a qualitativa, sendo a técnica empregada pautada em entrevistas orientadas por questionário, que foram realizadas nas empresas e em instituições de apoio pertencentes ao polo no ano de 2016. Ao todo foram entrevistadas nove empresas, além de instituições de apoio como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-PR), a Central de Negócios de Tecnologia da Informação e Comunicação (CENETIC), a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação, Software e Internet no Paraná (ASSESPRO-PR) e a própria governança do APL de Software de Curitiba. Foram entrevistadas também,

instituições de ensino e pesquisa como a Universidade Positivo (UP), a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC) e o Instituto César. A partir da análise do estudo de caso à luz da teoria dos sistemas de inovação, buscou-se identificar pontos positivos e negativos no funcionamento da aglomeração, assinalando seus limites e potencialidades. Além disso, mostrou-se a relevância do planejamento de determinados apoios públicos a Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) na geração de inovações, principalmente no que se refere aos processos de interação e cooperação no surgimento de novas tecnologias, empresas e mercados. Concluiu-se que na aglomeração estudada, existe um esforço e um aparato institucional voltado para o apoio às empresas da aglomeração. Esse aparato envolve várias instituições, entretanto, as mais citadas pelas empresas foram a CENETIC e o SEBRAE. Apesar disso, a impressão é que o polo é sustentado pela colaboração espontânea que ocorre entre os associados, já que são estes os próprios governantes da aglomeração e CENETIC. Nota-se com a pesquisa de campo desse aglomerado que a maioria das parcerias são para resolver lacunas internas às empresas bem como desenvolver inovações de processo nas mesmas.

Palavras-chave: Polo; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); Sistema Nacional de Inovação; Políticas Públicas; Interação.

5.10 SISTEMAS DE INOVAÇÃO E POLÍTICA INDUSTRIAL DE INOVAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO DOS ESFORÇOS E DESEMPENHOS DE BRASIL E COREIA DO SUL

Ivan Prizon

UFPR, prizonivan@ufpr.br

Adriano José Pereira

UFSM, adrianoeconomia@ufsm.br

Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

Este artigo trata dos componentes dos Sistemas Nacionais de Inovação, das suas funções e como interagem entre si. A partir da constatação de um descompasso entre o desempenho econômico e tecnológico entre Brasil e Coreia do Sul, ambos países de industrialização tardia, observa-se a necessidade de compreender as diferenças nos esforços dos países. Até a década de 1980, tanto o Brasil quanto a Coreia do Sul se emparelhavam tecnologicamente (*catching-up*) com os países desenvolvidos, no entanto a partir da década de 1980 o Brasil fica pra trás tecnologicamente (*falling-behind*), e a Coreia do Sul consegue se emparelhar e passa a liderar o processo de desenvolvimento tecnológico (*forging-ahead*). Objetiva-se fazer uma primeira aproximação dos esforços que Brasil e Coreia do Sul fizeram, e analisar seus diferentes desempenhos. Para isso, valeu-se de um referencial teórico neoschumpeteriano e utilizou os conceitos Sistemas de Inovação e Política Industrial *lato sensu* como conceitos nucleares. Foram utilizados dados seguindo critério do relatório do MCTI&C, no qual estabelece variáveis para mensuração de esforços e desempenhos em nível de país. Foi possível mostrar que tanto o Brasil quanto a Coreia do Sul fizeram significativos esforços para o emparelhamento tecnológico, no entanto, no caso brasileiro, os dados indicam que existe uma desarmonia entre os componentes do seu Sistema Nacional de Inovação. O Estado brasileiro que historicamente sempre foi o principal agente de impulsão do Sistema de Inovação, ao entrar em crise na década de 1980, diminui os investimentos em CT&I, e não é substituído por nenhum outro componente do Sistema, pelo contrário, verificou-se que as empresas brasileiras têm perdido participação nos investimentos em CT&I, deixando a cargo do Estado e das universidades. Enquanto a Coreia do Sul, as empresas desempenham, historicamente, um papel de promoção do desenvolvimento tecnológico, acompanhado de

políticas de inovação de longo prazo, caracterizadas como políticas de Estado e não de governo.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Inovação. Política Industrial. Industrialização.

5.11 SUINOCULTURA, MEIO AMBIENTE E BIOGÁS EM SANTA CATARINA

Francisco Gelinski Neto

UFSC, f.gelinski@ufsc.br

Eduardo Gelinski Junior

UNOESC, eduardo.gelinski@unoesc.edu.br

Filipe Guesser

lipe.guesser@hotmail.com

Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

A suinocultura tem importante participação na economia brasileira e catarinense. O Brasil é quarto exportador mundial de carne suína. Em Santa Catarina o produto é o segundo em Valor Bruto de Produção. Porém, a suinocultura é uma atividade visada por problemas de efluentes. A preocupação neste trabalho são as emissões de metano geradas pelos efluentes da atividade. Os compromissos brasileiros na COP-15 tem levado o governo a procurar alternativas tecnológicas para redução de emissões causadoras do efeito estufa e nessa linha vão os esforços para a Suinocultura Baixo Carbono. Este trabalho objetiva verificar a utilização da tecnologia de coleta e queima de biogás nas diversas experiências feitas em três microrregiões de Santa Catarina avaliando a evolução e dificuldades e o índice de utilização de biodigestores do modelo Canadense de fluxo contínuo pelos produtores de Joaçaba, Concórdia e Xanxerê. As entrevistas com técnicos de empresas privadas, cooperativas e empresas públicas permitiram verificar a dificuldade de manutenção dos biodigestores a ponto de ocorrer abandono de experiências em diversas unidades, além de não apontar para ampliação de uso em horizonte de curto prazo se não houver solução tecnológica e financeira para estímulo aos produtores.

Palavras-chave: Suinocultura, Biogás, Biodigestores.

5.12 UM PREÂMBULO DA INDÚSTRIA NACIONAL COM FOCO NO SETOR DE BENS DE CAPITAL: UMA ANÁLISE DAS PAUTAS DE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES BRASILEIRA ENTRE 1990 E 2014

Polliany Aparecida Lopes de Carvalho

UFF, pollianycarvalhoufu@gmail.com

Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

As medidas neoliberais acabaram impondo – algumas mais agressivas e outras menos – reformas estruturais no Brasil a partir do fim da década de 80. Dentre estas reformas, destaca-se a abertura comercial que, no seio de elevadas taxas de inflação e uma indústria nacional incipiente, seguiu com o objetivo de excitar a concorrência no mercado interno e consequentemente engajar o país no padrão de produção internacional. O presente trabalho busca pontuar algumas consequências no comércio internacional das reformas de cunho liberais adotadas no Brasil pós 1990. Houve um processo de liberalização financeira e abertura comercial abrupta e agressiva que, de alguma forma deixaram impactos na economia brasileira. O objetivo deste trabalho segue no sentido de pontuar o desempenho das pautas de importações e exportações brasileira, com foco no setor de bens de capital pós 1990 tendo

como pano de fundo as medidas de políticas adotadas. No anseio de cumprir tal objetivo, este trabalho encontra-se dividido em quatro seções, além da introdução e considerações finais.

Palavras-chave: Bens de capital, Brasil, abertura comercial.

5.13 UMA ANÁLISE DA INCUBADORA DE BASE TECNOLÓGICA MIDI TECNOLÓGICO DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA

Gustavo Gonçalves Bacellar
Luiz Carlos de Carvalho Júnior
 UFSC, luiz.carvalho@ufsc.br

As incubadoras de base tecnológica fornecem infraestrutura, orientações, incentivos e serviços necessários para ampliar a competitividade e as chances de sobrevivência das empresas de base tecnológica (EBT), reduzindo assim, os riscos existentes. Além de facilitadoras, as incubadoras são consideradas verdadeiras alavancas de consolidação da inovação, fenômeno crucial para o crescimento da atual economia. Em Florianópolis, Santa Catarina, fica situada a incubadora MIDI Tecnológico, que é considerada uma das incubadoras de maior destaque no Brasil, tendo recebido prêmios pelos resultados de sua atuação de apoio à empresas de base tecnológica. Neste sentido, dada a importância das EBT, teve-se como objetivo neste trabalho, analisar se a incubadora MIDI Tecnológico vem sendo bem-sucedida no atingimento do seu propósito de garantir o sucesso das EBT. Para atender tal objetivo, foram coletados dados primários, através de entrevista semiestruturada com o gestor da Incubadora e a aplicação de questionário a seis empreendedores das EBT vinculadas ao MIDI. Foram utilizados também dados secundários, obtidos em documentos da incubadora e em publicações diversas. Como principais resultados da pesquisa, destaca-se que em geral, o grau de satisfação dos empreendedores em relação a incubadora MIDI parece ser satisfatório, já que mesmo que eles identifiquem pontos fracos na mesma, reconhecem a incubadora proporciona benefícios e aporte necessário para fomentar o sucesso das EBT's. Desta forma, a maioria dos empreendedores, cinco (de seis) indicariam o MIDI para outras empresas ou incubariam novas empresas, sendo que destes, quatro indicariam ou incubariam o/no MIDI, "com certeza".

Palavras-chave: Incubadoras de Base Tecnológica; Empresas de Base Tecnológica; Empreendedores;

6 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

6.1 A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2007 e 2016

Juliano Luiz Fossá
 Unochapecó, j.fossa@unochapeco.edu.br
Lauro Francisco Mattei
 UFSC, l.mattei@ufsc.br

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

O presente artigo analisa a evolução do crédito rural e sua distribuição no estado de Santa Catarina entre 2007 e 2016. Inicialmente faz-se uma síntese do processo histórico de criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) a partir de sua institucionalização no ano de 1965. O crédito rural se colocou como a principal política pública de apoio a agropecuária

nacional com crescentes montantes de recursos concedidos até o final da década de 1970. A partir dos anos de 1980 com a recessão econômica vivenciada no país o crédito rural torna-se escasso e impulsiona o surgimento de diversas cooperativas de crédito, especialmente para anteder os pequenos produtores, que por sua vez, historicamente estavam à margem do acesso ao crédito rural. Registra-se também o surgimento do Pronaf em 1996 como um aspecto histórico no que tange às políticas públicas específicas para agricultura familiar. A partir do Pronaf o estado de Santa Catarina se coloca como um dos principais contratantes do país dessa linha, especialmente pela significativa presença da agricultura familiar no estado. Posteriormente, apresenta-se uma série de dados e informações sobre o número de contratos celebrados e o volume total de recursos disponibilizado no período considerado, em particular para o Pronaf. O trabalho é concluído com uma constatação relevante: apesar de o Pronaf responder por mais de 68% dos contratos realizados no ano de 2016, esse programa contratou apenas 24% do total dos recursos do crédito rural disponibilizado no estado catarinense, cuja base agropecuária é dinamizada majoritariamente pelo sistema familiar de produção.

Palavras-Chave: Crédito Rural; Santa Catarina; Agricultura Familiar.

6.2 AS INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PRESENTES EM SANTA CATARINA: ANÁLISE DA MICRORREGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Cris Palma

UNIDAVI, criswandervegen.cw@gmail.com

Anielle Gonçalves de Oliveira

UNIDAVI, anielleg20@gmail.com

Tatiane Aparecida Viega Vargas

FURB, tatianeviega@gmail.com

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

A economia solidária está presente em diversos empreendimentos no Alto Vale do Itajaí, em forma de associações e cooperativas, que buscam uma alternativa viável de colocação no mercado. Dentre os 28 municípios que compõem a região, 34 empreendimentos de economia solidária estão cadastrados na base de dados do Atlas Digital da Economia Solidária, distribuídos em 17 municípios. Diante desse cenário o presente artigo tem o objetivo de analisar as iniciativas econômicas que se enquadram no sistema de economia solidária, presentes na região do Alto Vale do Itajaí - SC, no período recente, bem como explorar qual o perfil dos participantes. Para realização da pesquisa utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, para elaboração do referencial teórico e para obtenção de dados utilizou-se as informações do atlas Digital da Economia solidária. As principais conclusões do estudo foram que a economia solidária ainda é pouco difundida na região do Alto Vale do Itajaí, devido a isso torna-se pouco explorada, seja por parte da população, grupos sociais ou órgãos públicos o que dificulta o trabalho de divulgação e orientação, inibindo o desejo de empreender de forma alternativa. Muitos empreendimentos de economia solidária surgem da necessidade dos próprios sócios de obterem renda para subsistência ou complementação da pouca já existente ou ainda mediante alguma dificuldade enfrentada no cotidiano.

Palavras-Chaves: Economia Solidária. Santa Catarina. Alto Vale do Itajaí.

6.3 CULTIVANDO SABERES: HORTAS FAMILIARES, SEGURANÇA ALIMENTAR E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO PLANALTO SERRANO CATARINENSE

Amanda Farias Leão

UFSC, manditawin@gmail.com

Nádia da Silva

UFSC, nadia.nadianadiasilva@gmail.com

Natalia Camargo Rodrigues

UFSC, natili_rodrigues@hotmail.com

Nicole Orsi

UFSC, nicoleorsi11@gmail.com

Zilma Isabel Peixer

UFSC, zilmaisabel@gmail.com

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

O projeto em questão baseia-se nas ações do Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária (LECERA), no desenvolvimento de tecnologia social de agricultura urbana. Em 2013 o PET (Programa de Educação Tutorial) de Ciências Rurais no Município de Curitiba, insere-se nesse projeto na perspectiva de duplicar a Tecnologia Social proposta pelo LECERA. Por meio de articulações entre o Poder Público Municipal, a Universidade, instituições locais como Associações de Bairro, Cáritas e APAE buscou-se sensibilizar e contribuir para a implementação de Hortas Comunitárias, compreendendo famílias residentes em áreas fragilizadas do perímetro urbano. Em 2016 o projeto teve sua atuação vinculada a APAE, desde então sucedeu a atuação dos acadêmicos através de oficinas e assessorias às famílias. O objetivo central do projeto é a promoção da agricultura urbana e periurbana no município de Curitiba (SC) mediante a implantação da tecnologia social, desenvolvendo experiências solidárias articulando práticas e incentivos a realização de hortas nas famílias e práticas educativas através de hortas e jardins terapêuticos, isso permite desenvolver práticas de agricultura urbana junto as famílias, muitas delas em situação de vulnerabilidade social, construindo espaços de produção alimentar familiar, contribuindo para a educação alimentar e nutricional, delineando espaços culturais e interacionais entre os jovens e suas famílias. Além disso, desenvolver processos para a educação alimentar e nutricional, identificar e valorizar as práticas e saberes locais, empoderamento da cidadania e segurança alimentar, são também objetivos do projeto. Enquanto resultados observa-se a contribuição para processos de inclusão social, saúde, qualidade de vida e cidadania, com a consequente valorização do conhecimento, saberes e fazeres na produção alimentar e nas práticas de economia solidária. É nesse sentido que muitas experiências envolvendo a construção de hortas comunitárias e de agricultura urbana são realizados. Aliando práticas e saberes da agricultura familiar com grupos e pessoas que moram em áreas urbanas e sem acesso à terra para produção em escala comercializável, mas que podem produzir em pequena escala, garantindo parte de sua alimentação. Com isto, além de agregar na qualidade alimentar, observa-se que esta prática possibilita uma significativa economia mensal, gerando a produção de alimentos no próprio quintal sem uso de agrotóxicos e de maneira sustentável.

Palavras-Chave: Horta comunitária, Agricultura urbana, Segurança alimentar, Agroecologia.

6.4 DESENVOLVIMENTO HUMANO, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA¹

Carine de Almeida Vieira

UFABC, carine.a.vieira@gmail.com

Desenvolvimento Social, Economia Solidária e Políticas Públicas

O desenvolvimento humano e os direitos humanos estão diretamente ligados e relacionados, na medida em que o primeiro foca no processo de alargamento das liberdades humanas, e o último representa as reivindicações que os indivíduos têm sobre a conduta de agentes individuais e coletivos e sobre a concepção de arranjos sociais para facilitar e garantir essas capacitações e liberdades. As duas abordagens podem ser vistas como complementares para a formulação de políticas públicas que visem o desenvolvimento humano, através do enfoque dos direitos humanos. Em 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que representou o marco inicial para que houvesse uma reconstrução dos direitos humanos, onde todas as pessoas têm direitos sem qualquer tipo de discriminação. Dada as modificações no cenário internacional, a constituição brasileira de 1988 incorporou as normas decorrentes dos tratados internacionais de direitos humanos. A partir da constituição, foram reconhecidos explicitamente os direitos sociais de educação, saúde, trabalho e seguridade social, visando erradicação da pobreza e da exclusão social. Também foi reconhecida a responsabilidade do Estado na provisão dos serviços sociais. Nesse sentido, fica claro o amplo papel que o Estado tem de promover o bem-estar de sua população assegurando os direitos humanos. Dada a importância dos direitos humanos, tanto em um contexto internacional como nacional na constituição brasileira, a proteção social pode ser assegurada via políticas públicas alicerçadas no enfoque dos direitos sociais. A pobreza tem sido um problema que assola milhares de pessoas ao longo da história da humanidade, contudo, desde a Declaração dos Direitos Humanos, a pobreza extrema começou a ser vista como uma violação dos direitos e da dignidade. Nesse sentido, os programas de transferência de renda condicionada buscam “quebrar” o ciclo da pobreza e obter resultados de curto (alívio imediato da pobreza via transferência de renda) e longo prazo (fortalecimento das capacidades humanas das crianças). Dessa forma, optou-se pela análise do Programa Bolsa Família, um dos mais importantes programas de transferência de renda condicionada no mundo. O PBF representa um avanço, dentre as políticas de proteção social, com uma visão multidimensional da pobreza além da renda. O programa não fornece apenas renda monetária para que as pessoas superem a pobreza imediata, mas também disponibilizam meios para que no longo prazo haja uma “quebra” no ciclo da pobreza. Nesse sentido, a abordagem dos direitos está presente na formulação, implementação e gestão do programa. Contudo, podem-se identificar algumas brechas que devem ser ajustadas ao longo do tempo. Melhor interação entre as várias esferas governamentais a fim de contornar e identificar erros na gestão e implementação. Uma segunda questão é a inexistência de indexadores para evitar a corrosão do poder de compra do benefício ao longo do tempo. Ações mais efetivas para incluir pessoas em vulnerabilidade em locais de difícil acesso, garantindo que essas pessoas tenham seu direito efetivado. Bem como, ações específicas para grupos historicamente excluídos da sociedade.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Humano; Direitos Humanos; Políticas de Proteção Social; Programa Bolsa Família.

¹ A autora agradece os comentários de Simoni Cecchini em uma versão preliminar do trabalho.

6.5 EVIDENCIAÇÃO DE RISCOS E A RELAÇÃO COM A GOVERNANÇA CORPORATIVA EM CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS BRASILEIRAS

Márcia Zaniewicz da Silva, Dr.

FURB, marciaza@gmail.com

Claudiane Michaltchuk Granemann

FURB, ccc.unc@gmail.com

Dalana Fischer

FURB, dalana.fischer16@gmail.com

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas.

As privatizações de modo geral e aqui se destacam as privatizações de rodovias, tem papel importante no desenvolvimento do país, pois viabilizam a execução de serviços que prioritariamente seriam do estado, vislumbrando o aumento da qualidade de execução destes. Por outro lado, essas concessões potencializam a importância de aspectos relativos à mitigação de riscos. Neste contexto, o estudo analisa a relação entre a evidenciação de riscos contidos nos relatórios da administração e nas notas explicativas das concessionárias de rodovias em relação às características da Governança Corporativa. A pesquisa delineou-se através de um estudo descritivo, documental e com uma abordagem quantitativa, utilizando como parâmetro os sete componentes da gestão de riscos sugeridos através do modelo COSO (2004). A amostra compreendeu as dezenove empresas do segmento de Exploração de Rodovias, listadas na BM/BOVESPA, no ano de 2015. Os principais resultados apontaram uma relação inversa entre a variável de governança corporativa presença de comitê de auditoria e o grau de evidenciação de riscos.

Palavras-Chave: Gerenciamento de Riscos. COSO. Relatório da Administração. Notas Explicativas. Governança Corporativa.

6.6 IMPACTO DO BOLSA FAMÍLIA NA REFORMULAÇÃO DO PAPEL SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL

Edna Porto da Silva

UFSM, ednaportos@hotmail.com

Rafael Bastos Vilarinho

UFSM, rafaelvilarinho@live.com

Giuliano Manera Longhi

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

Historicamente as mulheres sempre sofreram com as desigualdades de gênero, tendo seu papel social colocado em segundo plano, como aponta Thorstein Veblen em sua literatura. As mulheres teriam seus papéis limitados à submissão aos homens, aos seus pais enquanto solteiras, e aos maridos depois de casadas. O domínio dos homens sobre as mulheres seriam assim o primeiro tipo de propriedade. Essa formação Institucional de família, centralizada na figura do homem como chefe de família perdurou por muitos anos, e permanece predominante até hoje. Entretanto nos últimos tempos cresceu o número de estudos que comprovam como as mulheres têm uma enorme capacidade de serem vetores de transformações sociais, devido sua capacidade de agente, desde que possuam liberdade e autonomia. Um exemplo é a realização de empréstimos de microcrédito destinados as mulheres na zona rural de Bangladesh. As mulheres atuariam como fomentadoras de ações de desenvolvimento. Essa é a perspectiva levantada por Amartya Sen para que se fomente o desenvolvimento social e humano baseado na expansão das capacidades, focalizando as ações

de políticas públicas sobre as mulheres. O objetivo desse trabalho então foi observar e analisar se o exemplo do Bolsa Família, como política pública de transferência de renda condicionada, que destina a titularidade dos benefícios para as mulheres, são exemplos de ações que ajudam a transformar o cenário de desigualdade de gênero e revolução contra o patriarcado. No trabalho em questão foi observado que as mulheres, principalmente de baixa renda, estão se tornando cada vez mais chefes de famílias, papel antes exclusivo dos homens.

Palavras-chave: mulheres; desenvolvimento; autonomia.

6.7 KEY INDICATORS OF TIME BANK PARTICIPATION: USING TRANSACTION DATA FOR EVALUATION OF “BANCO DE TEMPO – FLORIANÓPOLIS”

Michele Romanello

UFSC, romanello.michele@gmail.com

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

Abstract: Community currencies are growing worldwide and exist in a variety of forms. One interesting type of local currency is “time”. A time bank operates like a volunteer organization, with a member registering all member transactions. The principal characteristic of time banking is that the credit, that every member receives for a good or a service supplied, has the same value – one time credit per hour – regardless of type or quality of product or service provided. Even though time bank is diffuse worldwide, being also considered by academic researches, the same diffusion can not be registered in Brazil and, consequently, Brazilian literature about this topic is poor. Therefore, the objective of this paper is contributing to the literature on this subject, doing an exploratory analysis of one of the first experiences of time bank developed in Brazil: “Banco de Tempo – Florianópolis” (BTF). BTF is a time bank developed and situated in Florianópolis, city in the Southern region of Brazil. BTF was created in mid-2016 and in few months, increases considerably the number of member, reaching approximately 1000 active members in February 2017. This paper shows, primarily, some basic indicators, secondly, it presents some evidences and knowledge about time banking in international literature, and finally utilizing a social network analysis software package, presents advanced indicators of time banking participation. The indicators on BTF show an increasing member participation and a beginning of creation of social capital within the group. The paper can be considered a starting point for further researches about time banking in Brazil.

Key-words: time banking, community currencies, social capital

6.8 MERCADO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DE MARKETING

Marcos Dalmoro

UNESC, marcosdalmoro@gmail.com

Cristina Keiko Yamaguchi

UNESC, criskyamaguchi@gmail.com

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

O cenário da Educação superior no Brasil vem sofrendo diversas transformações. Uma delas é a forma de se comunicar com público. Os meios publicitários de acesso fácil, bolsas de estudos e a garantia de facilidades para pagamento das mensalidades vem transformando o “ensino superior de qualidade” em uma *commodity*. Segundo o levantamento realizado pelo

Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior – SEMESP, publicado em 2016, são 2.368 instituições diferentes que atendem mais de 6.560.000 estudantes no ensino superior, no Brasil. O processo de expansão do mercado educacional para Instituições de Ensino Superior – IES, acontece de forma correlata a ampliação do número de vagas, mudanças no perfil da população atendida e conseqüentemente, na construção de alternativas organizacionais, e a definição de sua inserção no mercado. Os dados apresentados pelo Censo MEC/2015 demonstram a expansão das matrículas de acordo com natureza institucional no país. O cumprimento das diretrizes que regem o ensino superior, baseando-se na tríplice sustentação: ensino, pesquisa e extensão, previsto no artigo 43, da lei 9.394/96, são essenciais para suprir a necessidade das instituições de se definir uma área de trabalho clara e alternativas de oferecimento para o mercado, além do desenvolvimento de um portfólio diversificado de produtos. Diante do cenário, observa-se o crescente número de matrículas em Santa Catarina que em 2009 era de 198.724 matrículas e em 2015 chegou a 328.683 (CENSO MEC/2015). O processo de gestão de uma Instituição de Ensino Superior – IES, necessita da garantia de estabilidade econômica para sua sustentabilidade e projeção de futuro. Assim os programas e projetos tem condições de seguir os objetivos e planejar ações que promovam o desenvolvimento social, ambiental, político, cultural e econômico da instituição e da comunidade ao seu entorno. A forma de trabalhar o ingresso nas instituições, vem se transformando, assim como as necessidades do mercado educacional. Após décadas de trabalho tradicional, no quesito comunicação com o ingressante, onde as universidades trabalhavam de maneiras parecidas, sem grandes preocupações, já que a demanda de estudantes era natural, hoje temos um novo cenário. As IES oferecem produtos praticamente iguais, e o que diferencia um produto do outro é a experiência com a marca. Assim o setor de ensino passa a utilizar outras estratégias de marketing, migrando para o foco no cliente, com acompanhamento constante dos custos, onde os métodos de pesquisa de marketing, diferenciação de preço e marketing de relacionamento se tornam alguns dos exemplos de práticas emergentes nas IES. A inovação e a criatividade são pressupostos aplicáveis em todas as áreas de uma IES, desfuncionalizando ações com foco no reposicionamento de mercado da instituição, promovendo a premissa de que uma organização inovadora é aquela que foca nas tecnologias de produtos, de processos e de gestão de forma intensiva em seu negócio. Trabalhar a captação de forma inovadora e criativa dão a certeza da assertividade das ações. Para isso é fundamental que a inovação de marketing esteja atrelada as perspectivas de futuro da IES, fazendo com que a implementação de novas estratégias ou conceitos de marketing, promovam mudanças significativas nos resultados obtidos anteriormente pela empresa (PINTEC, 2010). O funcionamento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão de uma IES comunitária, dependem de subsídios financeiros, alcançados, principalmente com os valores arrecadados com as mensalidades dos acadêmicos ou projetos frutos de parcerias públicas ou privadas. Fica claro que o processo mercadológico vem, cada vez mais, crescendo em termos de competitividade. E diferenciar-se da concorrência é cada vez mais necessário. As políticas públicas que garantam formas de ingresso e financiamento tendem a ser uma excelente estratégia para garantir uma base sólida de alunos na IES, mas o volume de vagas ociosas precisa ser preenchido e para isso é necessário um trabalho de marketing afinado com as necessidades do cliente. Atrair novos alunos para instituição passou a ser necessário para manutenção das necessidades financeiras. É necessário, porém, sermos cautelosos, pela especificidade do produto, que atrelado a área de atuação, tem como objetivo final a educação dos estudantes oferecendo a ele um serviço intangível que é o conhecimento. As formas de se comunicar precisam ser estrategicamente estudadas para não gerar ruídos e perdas para a imagem da IES.

6.9 O ACESSO AO CRÉDITO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE-SC

Juliano Luiz Fossá

Unochapecó, j.fossa@unochapeco.edu.br

Lauro Francisco Mattei

UFSC, l.mattei@ufsc.br

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

INTRODUÇÃO: O município de Mirim Doce – SC está situado na região do Alto Vale do Itajaí, constitui-se em um município de pequeno porte com população estimada em 2016 de 2.399 habitantes conforme aponta o IBGE. A economia do município está alicerçada na agricultura, sendo a principal atividade agrícola o cultivo da rizicultura (ZANELLA, 2011). Do total de 354 estabelecimentos rurais 84% se enquadram como propriedade familiar preconizado pela Lei 11.326/2006, ocupando apenas 30% da área cultivável no município. Para Aquino e Schneider (2015), o Pronaf se coloca como a principal política pública de apoio à agricultura familiar no Brasil, neste sentido o objetivo desse estudo é revelar como se deu o acesso ao crédito por meio do programa Pronaf neste município considerando que a expressiva maioria dos agricultores pertence ao segmento rural familiar, que, por sua vez é o principal vetor de desenvolvimento econômico do município. **METODOLOGIA:** A metodologia e/ou o método científico é o caminho a ser realizado para se chegar a um determinado objetivo. Martins e Theóphilo (2016, p. 35) consideram método científico como sendo a “maneira de se construir boa ciência: natural ou social, pura ou aplicada, formal ou factual”. Este estudo se utilizará das abordagens quantitativa e qualitativa caracterizando como um estudo misto (FLICK, 2009). Os dados relativos ao Pronaf no período de 1996 a 2016 foram pesquisados junto ao Banco Central do Brasil e em um segundo momento, deflacionados para o ano de 2016 pelo INPC e em seguida analisados. A delimitação da pesquisa envolve o município de Mirim Doce - SC. **RESULTADOS:** No período em análise (1996-2016) foram realizados no município um total 2.871 contratos superando 48,5 milhões de reais em financiamentos, sendo o valor médio por contrato de 16,9 mil reais. O município apresenta a partir do ano de 2005, crescimento e consolidação tanto em termos de contratos como em recursos financeiros, alcançando em 2016 seu ápice, com acesso de mais de 7,8 milhões de reais por meio de 226 contratos. Essa condição está associada à instalação de uma agência de cooperativa de crédito rural na cidade a partir da primeira década dos anos 2000, que até então contava apenas com um único posto de atendimento de um banco público-privado. A maior parte dos contratos concentra-se no crédito de custeio, somando 81,4% em relação ao total de contratos, representando 68,3% do volume de recursos. O crédito para investimento representa a outra parcela dos recursos, pois no período em análise não foram contratados recursos nas demais finalidades do programa pelos agricultores familiares do município. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O acesso ao crédito do Pronaf no município de Mirim Doce apresentou significativa expansão, sendo sua maior parcela para área de custeio, este aspecto ressalta o “viés produtivista” do programa apontado por Aquino e Schneider (2010). Por fim, o Pronaf se coloca como instrumento importante de apoio para o segmento rural familiar do município, bem como para o conjunto da economia local ao financiar o principal setor produtivo local.

Palavras-chave: pronaf, crédito rural, políticas públicas.

6.10 O PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA

Bruna Medeiros

Unochapecó, bt_medeiros@hotmail.com

Edaiane Comonelli

Unochapecó, edaiane@unochapeco.edu.br

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

O objetivo deste resumo foi de verificar a caracterização do perfil dos empreendimentos de economia solidária no Estado de Santa Catarina. O trabalho se justifica em virtude de que a economia solidária ao longo dos tempos vem ganhando espaço nos debates acadêmicos e se tornando uma realidade no cenário da economia brasileira, seus princípios de solidariedade se disseminam criando novos empreendimentos, tornando o mercado mais humanizado e justo (SINGER, 2002). Caracteriza-se por empreendimento solidário (EES) as diversas formas de manifestação na Ecosol, ou seja, grupos de pessoas que produzem e comercializam seus produtos com base nos princípios da Ecosol. Com relação ao perfil observa-se uma concentração maior de empreendimentos na área rural do território catarinense e na região Oeste do estado. Os empreendimentos estão no Estado Catarinense e distribuídos em seis mesorregiões. Os EES estão agrupados em três segmentos: Grupos informais 31,28%; Associações 42,54%; Cooperativas 24,74%; Sociedade mercantil 1,44%. Identificou-se que os EES se caracterizam como associações ou cooperativas, porém há um percentual elevado de grupos informais. Analisou-se as atividades econômicas dos EES do estado, indicando que atividade com maior destaque foi Produção/Produção e Comercialização. A articulação entre os diferentes espaços que discutem Ecosol, empodera seus participantes, verificou-se se o empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação, do total de EES 47,38% participa e 52,62% não possui vínculo com espaços de discussão de Ecosol. Com relação aos principais desafios nos EES elencaram-se: Dificuldades econômicas de viabilizar o EES (15,92%), Geração de renda (18,35%), Conscientização Ambiental (11,14%), Promover articulação entre EES e Movimento Ecosol (10,91%), Manter a união do grupo/coletivo (15,40%). Apesar dos resultados aqui apresentados, no entanto são muitos os desafios que a Ecosol tem à frente, uma delas é fomentar a construção de uma nova economia dentro de um sistema capitalista. Como pesquisas futuras, sugere-se estudar especificamente o empreendimento do Oeste e suas fragilidades.

Palavras-chaves: Ecosol, perfil dos empreendimentos, Estado de Santa Catarina.

6.11 PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE AGRICULTORES NOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA PAUTA PARA DISCUSSÃO

Juliano Luiz Fossá

Unochapecó, j.fossa@unochapeco.edu.br

Patrícia Chemin

Unochapecó, pati.c@unochapeco.edu.br

Dunia Comerlato

Unochapecó, dunia@unochapeco.edu.br

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

INTRODUÇÃO: Este resumo aborda sobre conselhos gestores de políticas públicas como instâncias capazes de elevar a participação social e apoiar processos decisórios, em defesa de

ações de interesse coletivo, neste caso, no âmbito do desenvolvimento rural. **OBJETIVO** Buscou-se identificar nas leis municipais de criação desses conselhos o estabelecido sobre a participação e representação dos agricultores e/ou trabalhadores rurais e suas entidades representativas. **METODOLOGIA:** Procedeu-se o levantamento documental tendo como fonte as leis municipais de criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, na abrangência de três municípios de pequeno porte do oeste catarinense: Caxambu do Sul, Cordilheira Alta e Coronel Freitas, onde a agricultura [familiar] é a principal atividade econômica. Recorreu-se às seguintes leis municipais: lei n. 868 de 26/12/1997, alterada em 04/06/2001 pela Lei n. 945, do município de Caxambu do Sul; Lei n. 225 de 05/05/de 1997, ao de Cordilheira Alta; e, Lei n.1.442 de 21/09/2005, alterada em 25/04/2013 pela Lei n. 1.927, ao de Coronel Freitas. **RESULTADOS:** Em termos legais, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Coronel Freitas (na relação com os outros dois) há expressão de estímulo à participação social e representação, dada à composição de 24 conselheiros titulares, representando entidades públicas, privadas, movimentos sociais e associações de produtores rurais. Já os Conselhos de Cordilheira Alta e Caxambu do Sul, preveem nove e oito conselheiros titulares, respectivamente. O mandato desses conselheiros nos municípios de Cordilheira Alta e Coronel Freitas são dois anos, diferenciando-se de Caxambu do Sul que são três anos. Observa-se que a organização/estruturação [legalmente definida] desses Conselhos, imprime uma perspectiva afirmativa para promover processos participativos e de representação ampliados no âmbito municipal. Em Cordilheira Alta e Caxambu do Sul as vagas destinadas aos agricultores e/ou trabalhadores rurais e suas entidades representadas nesses conselhos, são a maioria, contudo, em Coronel Freitas o segmento ocupa apenas 20,0% do total das vagas. Ainda, a participação como fundamento democrático está expressa nesses textos legais em vários capítulos e artigos nas legislações de cada município. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Observa-se, nos termos das leis certo potencial de estímulo na inclusão de agricultores e/ou trabalhadores rurais nos conselhos, como atores capazes de qualificar debates e processos de participação social e representação e encaminhamentos de ações [na relação com iniciativas governamentais], em favor do desenvolvimento rural. Não obstante, reforça-se que essa participação e representação necessitam ser permanentemente assumidas por esses conselhos, a fim de torná-la ativa e ampliada nesse contexto sócio-produtivo. Ainda, realizar estudos no sentido de dimensionar a apropriação desses conselhos como instâncias decisórias pelos agricultores e/ou trabalhadores rurais.

Palavras-chave: participação social, conselhos municipais, desenvolvimento rural.

6.12 POLITICAS PUBLICAS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E FOMENTO PUBLICO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Fabricio Trevisol Bordignon

UNIBAVE, bordignon.fabricio@hotmail.com

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

O presente estudo teve como objetivo analisar as Políticas Públicas, e a sua participação no desenvolvimento. Para tanto, fez-se uma abordagem do conceito de Política Pública e suas fases de elaboração e avaliação. Após demonstrou-se de que forma pode atuar uma Política Pública voltada ao incentivo e fomento à atividade industrial, apontando quais ferramentas ela pode se utilizar. E por fim, fez-se um estudo, que apontou a inexistência de Políticas Públicas diretas voltada à promoção do desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais-APL's, no Estado de Santa Catarina, porem pode-se apontar ações indiretas, dentre elas de fomento, por meio dos Bancos Públicos e os Bancos de Desenvolvimento.

Palavras-chave: Políticas Publicas. Fomento Público. Arranjos Produtivos Locais.

6.13 PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O TERRITÓRIO RURAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Andrei Stock

FURB, SENAC Rio do Sul, andreistock@hotmail.com

Simone Caroline Piontkewicz

FURB, simonecarolinep@gmail.com

Valmor Schiochet

FURB, valmorschiochet@gmail.com

Desenvolvimento social, economia solidária e políticas públicas

O objetivo deste estudo é identificar os principais programas de apoio as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no território rural do Alto Vale do Itajaí. Políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo melhoram as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo e contribuam para o desenvolvimento regional. A política dos territórios rurais, vem de cima para baixo, não considerando outros recortes espaciais já existentes. Em relação aos programas voltados para a agricultura familiar no Território Rural do Alto Vale do Itajaí, estes auxiliam a diminuir o êxodo rural, possibilitando aos agricultores reorganizar-se produtivamente, tem efeito estruturante para o planejamento e diversificação da produção, atualmente baseada no monocultivo. Os arranjos associativos estimulados favorecem uma mudança de patamar na qualidade de vida das famílias e uma ressignificação social do trabalhador do campo, contribuindo com o Desenvolvimento Regional. Os programas existentes elevam o modo e a capacidade de produção das propriedades familiares, mas ainda há um longo caminho para a manutenção da agricultura familiar, a atividade agrícola por mais que tenha modernizado suas técnicas, permanece sendo árdua. Com as mudanças climáticas, tem sido cada vez mais incerto o resultado do esforço dos agricultores e sua garantia de renda para manutenção de seu modo de vida no campo.

Palavras-Chave: Políticas públicas; Territórios Rurais; Alto Vale do Itajaí; Desenvolvimento Regional.

7 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

7.1 AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010

Alyne Sehnem

UFSC, adm.alynesehnem@gmail.com

Desenvolvimento regional e urbano

O objetivo geral que permeou este estudo consistiu na realização de uma análise dos indicadores oficiais sobre o desenvolvimento sócio econômico (durante o período de 2000 e 2010) da região compreendida por 12 Agências de Desenvolvimento Regional da região Oeste catarinense no período em que configuravam como Secretarias de Desenvolvimento Regional. Buscou-se fazer uma análise dos indicadores oficiais (IBGE) disponíveis da região Oeste de Santa Catarina tendo como referência os anos 2000 e 2010 a fim de se aconteceram

melhorias nos índices e quais as áreas que necessitam mais atenção da população e dos gestores públicos. Constatou-se que os resultados dos 104 municípios da região Oeste catarinense apresentaram melhoria no ano de 2010 comparativamente aos mesmos resultados do ano 2000. Percebeu-se, especialmente, que na região o número de pessoas com faixa etária superior a 60 anos subiu nos últimos 10 anos, observando as alterações registradas em nível nacional. Outros resultados importantes foram observados nos índices de taxa de fecundidade total (que apresentou diminuição) e na dimensão Educação do IDH, cujos resultados estão abaixo das médias nacional e estadual. Concluiu-se que uma observação e acompanhamento por parte de órgãos públicos e instituições privadas se fazem necessária, a fim de se obter um melhor posicionamento de ações no que diz respeito à promoção de políticas e práticas para o desenvolvimento regional direcionadas para essa região. A melhoria na qualidade de vida, que teve como consequência o aumento na expectativa de vida da população faz com que os resultados obtidos possam ser justificados.

Palavras chave: ADR. Santa Catarina. Desenvolvimento Regional.

7.2 ANÁLISE DA DINÂMICA ESPACIAL DO FATOR AGREGADO DAS EXPORTAÇÕES DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2013

André Ricardo Bechlin

UNESPAR, andre.fecilcam@gmail.com

Desenvolvimento Regional e Urbano

Os estímulos externos durante um longo período de tempo serviram como agente indutor do processo de crescimento econômico do Estado do Paraná. Até o início do século XX a pauta exportadora estadual era composta basicamente por produtos primários oriundos do extrativismo (erva-mate e madeira). Após 1920 o café cultivado assume a posição de principal produto exportado pelo Estado e, durante a década de 1970 a indústria passa a ter representatividade no cenário econômico nacional e inicia um processo de ganho de importância frente a agricultura em relação as exportações no Estado. Dada a importância das exportações frente ao processo de crescimento econômico, o objetivo desta pesquisa foi demonstrar a dinâmica espacial das exportações dos municípios paranaenses entre os anos de 2003 e 2013. Os dados referentes ao valor do fator agregado das exportações obtidos junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sendo o valor exportado mensurado através do conceito de fator agregado, no qual os produtos são agrupados em básicos, semimanufaturados e manufaturados. Para avaliar a dinâmica das exportações foi utilizada como metodologia a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). O Estado do Paraná, no ano de 2003 era o quarto maior exportador nacional e a partir de 2006 passou a ocupar a quinta posição. As exportações do Estado tiveram um acréscimo no período de 154,81% passando de US\$ 7,15 bilhões para US\$ 18,24 bilhões. Em 2003 o Estado do Paraná respondia por 9,78% do total exportado pelo país e em 2013 por 7,54%. Com relação ao fator agregado, em 2003 os produtos básicos respondiam por 41,70% do total e em 2013 por 49,72%. Os produtos semimanufaturados mantiveram sua participação estável ao longo do período com média de 11,61% e, os produtos manufaturados que inicialmente respondiam por 57,21% do total passaram a representar no ano de 2013 um valor percentual de 37,38%. Para o valor das exportações de produtos básicos no período não houve autocorrelação espacial. Para as exportações de produtos semimanufaturados no período ocorreu a presença de autocorrelação espacial, com formação de três clusters do tipo Alto-Baixo. O primeiro na região leste do Estado tendo como centro Paranaguá e com baixos valores os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná. O segundo

cluster na região norte do Estado tendo como município principal Maringá, circundado por municípios de baixo valor sendo eles: Ângulo, Astorga, Doutor Camargo, Floresta, Iguaraçu, Mandaguaçu, Marialva, Paiçandu e Sarandi. O terceiro cluster tem como centro Curitiba, circundado por Campo Largo, Carambeí, Castro, Ipiranga, Palmeira, Teixeira Soares e Tibagi. Os produtos manufaturados por sua vez apresentaram o maior valor de autocorrelação espacial com a formação de um cluster do tipo Alto-Baixo tendo como municípios com alto valor exportado: Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Paranaguá e São José dos Pinhais. Os municípios que apresentaram baixos valores de exportação vizinhos aos anteriormente citados foram: Almirante Tamandaré, Antonina, Campo Magro, Colombo, Contenda, Guaraqueçaba, Guaratuba, Mandirituba, Matinhos, Morretes, Piraquara, Pontal do Paraná e Tijucas do Sul.

Palavras-chave: Exportações, Paraná, Fator Agregado, Análise Espacial.

7.3 ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES DE MÓVEIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Mônica Marcon

UCS, moni-marcon@hotmail.com

Mayara Muller

UFSC, muller.export@gmail.com

Desenvolvimento regional e urbano

O setor de móveis no Brasil é significativo para a economia, sendo um produto que teve sua produção aprimorada ao longo das décadas e que, atualmente, faz parte da pauta das exportações brasileiras estando entre os trinta principais produtos mais exportados. Os produtos de origem de madeira encontram facilidade na sua produção em solo brasileiro, principalmente devido às facilidades proporcionadas pelos fatores geográficos e climáticos que são favoráveis à oferta de insumos, apresentando uma estrutura de mercado heterogênea, sendo a maior parte da produção de móveis no Brasil feitos para uso residencial à base de madeira. Eles ainda podem ser divididos em retilíneos e torneados, sendo a principal matéria-prima a madeira maciça e os painéis de MDF. A região sul tem forte relação com o desempenho na produção moveleira do país, cuja qual faz parte da indústria de transformação, sendo que os principais polos moveleiros do Brasil estão localizados nas regiões sul e sudeste. A economia da região sul, composta pelos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, é variada. O estado do Paraná, responde por 6,3% do PIB nacional e a indústria de transformação no estado em 2014 representou 8,3% da produção nacional do segmento. O estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, é a quinta economia do Brasil pelo Produto Interno Bruto, participando com 6,2% do PIB nacional. E o estado de Santa Catarina por sua vez, é o principal estado exportador de móveis da região sul, sendo o segmento da produção industrial do estado com madeira representando no estado 2,6%, contra 1,9% da região sul e 0,6% da produção nacional. O estado possui um modelo de desenvolvimento descentralizado, favorecendo a diversidade de atividades econômicas de acordo com o potencial de cada região, sendo que a diversidade de climas, paisagens e relevos, estimula o desenvolvimento de várias atividades. O polo moveleiro na região está focado no planalto e na região serrana, facilitando a interação entre as empresas. O estado abrange o polo moveleiro de São Bento do Sul, cuja principal atividade econômica é a indústria moveleira com 80% voltada para móveis. Cada estado desenvolveu seus próprios estilos de móveis devido às condições climáticas, geográficas e culturais. Entre as matérias-primas utilizadas pelo setor de móveis no Brasil, destacam-se as madeiras maciças, chapas madeiras aglomeradas, sendo que, devido ao baixo custo de madeira de reflorestamento, Brasil tem potencial para ser competitivo, devido às condições climáticas, por exempl

Apesar das previsões apontadas pela CSIL em seu último relatório estarem vulneráveis às incertezas do mercado internacional, devido à efeitos de questões políticas ligadas por exemplo ao *Brexit* e à nova administração dos EUA, a indústria de móveis permanece forte e relevante para a economia brasileira sendo a região sul com expressividade nacional no setor. Assim, o presente estudo tem o objetivo de analisar o desempenho do setor moveleiro da região sul do Brasil, em especial o estado de Santa Catarina, a qual concentra o maior polo moveleiro da região favorecendo o processo de competitividade do setor.

Palavras-Chave: Móveis. Polos Moveleiros. Região Sul.

7.4 ANÁLISE *SHIFT-SHARE* : UM ESTUDO PARA AS MESORREGIÕES MINEIRAS NO PERÍODO 2005-2015

Daniele Mendes Silva

FURG, silvadanimendes@gmail.com

Gabrielito Rauter Menezes

FURG, gabrielitorm@gmail.com

Desenvolvimento Regional e Urbano

Este artigo teve o objetivo de analisar a dinâmica do emprego das mesorregiões de Minas Gerais, entre 2005 a 2015. A análise foi feita utilizando o método estrutural modificado, conhecido como *Shift-share* para os 25 principais setores das 12 mesorregiões que compõem o estado, os dados utilizados foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego. Minas Gerais é um estado que apresenta um território bem heterogêneo e de grande importância para o cenário econômico brasileiro. Seu Produto Interno Bruto (PIB), em 2014, representava o terceiro maior entre as unidades da federação, contudo o estado não vem alcançando aumento representativo na participação do PIB nacional além de apresentar queda na balança comercial desde 2011. Estes fatores justificam a análise da dinâmica dos setores econômicos na economia mineira para identificar quais setores apresentam maior dinamismo e quais setores apresentaram retração, desta forma, será possível delinear políticas econômicas de fomento mais direcionadas a estes setores. Os resultados encontrados evidenciam um aumento no crescimento do trabalho nas regiões que se concentram na parte norte e nordeste de Minas, entretanto, alguns setores necessitam de maior especialização para aproveitarem as vantagens que alcançaram dentro de cada região. O setor de serviços apresentou maior dinâmica e crescimento em todas as regiões enquanto a indústria e a agricultura revelaram baixo dinamismo, o que pode estar relacionado com a política macroeconômica nacional. A indústria têxtil apresentou variação líquida negativa em todas as regiões, indicando que este setor deixou de gerar postos de trabalho no período analisado, além de ter crescido menos em cada região se comparado com a média do estado. Em linhas gerais o crescimento do setor de serviços, principalmente o comércio, sustenta boa parte do crescimento da economia mineira, o que ameniza a queda no setor industrial e na agricultura. Os achados podem orientar políticas públicas que visem promover de maneira mais eficiente o crescimento e o desenvolvimento econômico dessas mesorregiões, além do estado como um todo.

Palavras chaves: Emprego formal, método estrutural-diferencial, desenvolvimento econômico, economia regional.

7.5 APROPRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LOCAL DE RENDA: ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU-SC

Luiz Victor Pittella Siqueira

UFFS, victor@uffs.edu.br

Maristela Parise de Lima

UFFS, maristelaparise@uffs.edu.br

Julie Rossato Fagundes

UNOESC, jurfagundes@hotmail.com

Desenvolvimento Regional e Urbano

A proposta desse trabalho constitui-se na análise de indicadores quantitativos dos municípios que integram a Associação dos municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC). Apresenta-se algumas reflexões sobre os paradigmas de desenvolvimento, destacando as vertentes com concepções mais sustentáveis e solidárias. Para possibilitar uma análise comparativa do município de Guatambu em relação a outros municípios de sua região, apresenta-se as associações de municípios catarinenses, que são consorciamentos intermunicipais que formulam importantes estratégias para enfrentar questões ligadas à gestão municipal e ao desenvolvimento econômico-social, por meio da construção de uma identidade político-territorial. Assim sendo, apresenta-se os indicadores socioeconômicos da Amosc, que é associação de municípios a qual Guatambú pertence, a partir de dados secundários do IBGE Cidades, como o Valor Adicionado Bruto (VAB), Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*), Padrão de Remuneração da Força de Trabalho, Número de Empregadores por Habitantes, População Ocupada, População Residente, Situação dos Domicílios Urbanos e Rurais, Índice de Gini e Pobreza desses municípios. Guatambu, apresenta 61,32% do valor adicionado bruto proveniente da indústria, além disso, as pessoas ocupadas nesse citado segmento representam 18,59% do total. Dessa forma, pode-se inferir que há potencialidade nas indústrias desse município. Por ser tipicamente industrial, Guatambu poderá encontrar nos municípios vizinhos (tipicamente rurais) formas de suprir a sua necessidade de possíveis produtos agropecuários, além de um terreno fértil para comercialização de industrializados. Contudo, Guatambu apresentou a maior porcentagem de pessoas sem rendimento (35,89%) no total da População residente em domicílios particulares permanentes e apenas 49,43% do total da população, assim demarcando uma significativa ociosidade de potenciais trabalhadores. A partir da análise desses dados, foi possível identificar que o município de Guatambu possui potencial de desenvolvimento, especialmente se atrelado a iniciativas empreendedoras, que gerem novos empregos e possibilitem renda aos habitantes. Entretanto, essas iniciativas devem ser de base cooperativa e solidária, visando resgatar elementos históricos e culturais, que se apresentam com maior potencial de apropriação e distribuição local da renda gerada por seus agentes econômicos.

Palavras-chave: Indicadores. Desenvolvimento. AMOSC. Guatambu.

7.6 CRIMINALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA PARA OS COREDES NO ANO DE 2010

Maicker Leite Bartz

FURG, maickerbartz@gmail.com

Ewerton da Silva Quartieri

FURG, ewerton.quartieri@gmail.com

Gabrielito Rauter Menezes

FURG, gabrielitorm@gmail.com

O crime e a violência urbana trazem diversas externalidades sobre o bem-estar da sociedade, criando distorções que fragilizam o desenvolvimento da mesma. A economia, a partir da Teoria Econômica do Crime, tenta entender melhor essas relações entre o crime e o ambiente onde este se insere, o que é contrastado pelos diversos estudos que foram e vem sendo realizados ao longo dos últimos anos. Pesquisas que tratem dos determinantes da criminalidade são de suma importância para que tomadores de políticas públicas saibam onde alocar recursos para o combate da criminalidade, e nesse sentido o presente artigo pretende contribuir com a ciência econômica ao analisar os determinantes da criminalidade nos COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento - do Rio Grande do Sul. Para isso, a partir de dados da Secretária de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS), estimaram-se modelos econométricos via Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para os determinantes de furtos, roubos e homicídios. Além disso, foram feitos mapas de georreferenciamento para cada um dos tipos de crime, para facilitar a análise das regiões que apresentavam maiores taxas de criminalidade. Pelos resultados obtidos concluiu-se que características de cunho geográfico de cada região - como a densidade demográfica e a taxa de urbanização -, influenciam nas ocorrências de alguns crimes. Além disso, a partir de variáveis de renda, demonstra-se que aumentos de renda aumentam os crimes. No entanto, se esse aumento de renda for dos mais pobres, há uma diminuição nas ocorrências criminais. Ademais, os resultados apontaram que a desigualdade de renda impacta positivamente nas taxas de crimes, ao passo que um alto desenvolvimento econômico afeta negativamente a incidência de transgressões da lei. Ainda se conclui que uma estrutura familiar instável se relaciona positivamente com o número de delitos.

Palavras-chaves: Criminalidade, COREDES, Rio Grande do Sul.

7.7 ANÁLISE DA DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA NO ESTADO DO PARÁ E SUAS MESORREGIÕES

Jorge Eduardo Macedo Simões,

UNIFESSPA, jsimoesf@yahoo.com.br

Clayton Douglas Chagas de Oliveira

UNIFESSPA, douglaslenoir@yahoo.com.br

David Costa Correia Silva

UFPA, davidcorreiasilva@hotmail.com

Desenvolvimento regional e urbano

Uma das mais importantes mudanças pelas quais a sociedade e a economia brasileira vêm passando nos últimos anos é o processo de queda contínua e significativa da concentração de renda, conseguindo desta forma a redução da pobreza e inclusão de mais de 50 milhões de brasileiros à cidadania. Tais transformações sociais e econômicas deram-se de fato através da redução da desigualdade de renda familiar *per capita* que confirmam a trajetória de queda iniciada em meados da década de 1990 e assume intensidade mais acentuada a partir de 2001, assim permanecendo durante os anos subsequentes até 2005. Um dos resultados desse processo é que, nesse ano, a desigualdade de renda alcançou seu menor nível nas últimas três décadas. Todavia podemos notar que apesar das transformações ocorridas quanto ao seu crescimento econômico, a concentração de renda brasileira ainda é extremamente alta, encontrando-se o Brasil entre os países com mais elevados níveis de desigualdade. Nesse contexto o objetivo deste artigo é mensurar a relação entre crescimento econômico, desigualdade de renda e pobreza no estado do Pará e suas mesorregiões. A metodologia

utilizada é o modelo de crescimento Pró-Pobre e de Fronteira de Desigualdade Regional (FDR). Os resultados apontam que, embora o crescimento econômico do Estado tenha reduzido à pobreza, essa redução foi acompanhada por um aumento da desigualdade de renda. A priori não se evidenciou a explicação do U invertido de Kuznets para o Estado e suas Mesorregiões de forma direta em virtude do período (1999-2009) ser bastante curto, mais ao longo da série para o Estado e algumas Mesorregiões mostra-se um indicativo de uma tendência na formação da curva U invertido de Kuznets o que poderia ser observado numa série mais longa.

Palavras-chave: Desigualdade de Renda, Crescimento “Pro-Pobre”, Índice de Williamson, Fronteira de Desigualdade Regional.

7.8 DETERMINANTES DO EMPREENDEDORISMO NO RIO GRANDE DO SUL EM 2014

Nicolas Nunes Paes

FURG, nicolasnunes@hotmail.com

Igor Serpa

FURG, igorserpamoraes@gmail.com

Roque Pinto de Camargo Neto

FURG, roquecneto@me.com

Desenvolvimento Regional e Urbano

O propósito deste trabalho é verificar os determinantes do empreendedorismo para o estado do Rio Grande do Sul, usando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD) do ano de 2014. A estratégia empírica adotada empregou os modelos de escolha discreta na estimação da escolha ocupacional. Os resultados demonstraram que existem efeitos estatisticamente significativos para as variáveis: sexo, raça, educação assim como ser o responsável pela família.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Rio Grande do Sul, Modelos de Escolha Discreta.

7.9 ESTUDO SOBRE AS RODOVIAS FEDERAIS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE SANTA CATARINA

Adilene Adratt

DNIT/SC, aadratt@gmail.com

Juliana Tatiane Vital

UFSC, julianavital84@gmail.com

Ivoneti da Silva Ramos

UDESC - voneramos@gmail.com

Desenvolvimento regional e urbano

O presente estudo propõe a análise dos indicadores socioeconômicos na questão do desenvolvimento regional comparando microrregiões do estado de Santa Catarina que são atravessadas por rodovias federais com microrregiões que não são cortadas por esse tipo de infraestrutura de transportes. Para atingir este objetivo, buscou-se inicialmente estudar a questão do crescimento e do desenvolvimento regional e a importância que o desequilíbrio regional tem para a gestão pública do estado catarinense. Definida a questão principal, e após o estudo dos conceitos básicos e de estudos já realizados nesta temática, foram definidas as variáveis referentes à quais rodovias federais deveriam ser consideradas; qual seria a divisão das microrregiões de abrangência do estudo; e a delimitação de quais os indicadores

socioeconômicos a serem utilizados de forma a se obter uma imagem multifacetada das características de cada microrregião analisada. Através dos indicadores socioeconômicos selecionados, selecionados a partir de fontes de dados publicadas pelo governo estadual, foi possível verificar algumas diferenças e/ou semelhanças entre as microrregiões cortadas ou não por rodovias federais, por meio da seleção dos melhores indicadores para cada estudo comparativo. Dessa forma, verificou-se ao final que existe uma tendência a apresentarem melhores indicadores socioeconômicos as microrregiões catarinenses atravessadas por rodovias federais. Por fim, algumas questões foram propostas para que se realizem novos e aprofundados estudos sobre a temática do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Indicadores socioeconômicos. Desenvolvimento regional. Infraestrutura de transportes. Rodovias federais.

7.10 INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Maicker Leite Bartz

/FURG, maickerbartz@gmail.com

Ewerton da Silva Quartieri

FURG, ewerton.quartieri@gmail.com

Tiarajú Alves de Freitas

FURG, tiarajufreitas@hotmail.com

Desenvolvimento Regional e Urbano

A violência escolar traz inúmeras consequências dentro de uma sociedade, indo desde ao baixo rendimento escolar, até ao uso contínuo da violência na vida adulta, que traz consequências ainda piores, como a criminalidade. No Brasil ainda são poucos os trabalhos empíricos que tratam de indisciplina e violência escolar, o que dificulta a identificação de padrões por parte de tomadores de políticas públicas na hora de controlar a violência nas escolas. Visando ajudar a preencher essa lacuna, o presente artigo utilizará uma base de dados bem recente e ainda pouco utilizada, onde estão presentes informações de diversos atos violentos nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul. A partir dessas informações, foram criados indicadores que pretendem classificar as escolas mais violentas do Estado. Dos diversos dados presentes, optou-se por trabalhar com indicadores de agressão entre alunos, agressão a professores, *bullying* e indisciplina escolar. Com isso, pretende-se indicar quais escolas apresentam os maiores índices de violência e indisciplina, contribuindo para que sejam tomadas medidas por parte de agentes responsáveis. Os resultados apontaram que a maioria das escolas presentes nos rankings de escolas mais violentas, estão presentes na Região Metropolitana de Porto Alegre. Isso pode estar, de certa forma, relacionado aos maiores índices de violência urbana que os municípios apresentam, influenciando o comportamento violento dos alunos nas escolas. No entanto, muitas escolas apresentaram zero casos de violência, inclusive escolas cujos municípios detinham os piores indicadores, e que apresentam maiores níveis de criminalidade. Isso pode estar relacionado com o fato de que mesmo que muitas escolas desses municípios mais violentos sofram influência da violência urbana, outras conseguem minimizar a situação de violência, talvez por fatores propriamente internos da escola, como a infraestrutura, a gestão, qualidade dos professores, entre outros fatores.

Palavras-chave: indicadores; violência escolar; indisciplina; Rio Grande do Sul;

7.11 PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ DO SISTEMA BANCÁRIO: UMA ANÁLISE REGIONAL PÓS-KEYNESIANA

Wallace Marcelino Pereira

UFMG, wallacemp2000@yahoo.com.br

Helberte João França Almeida

CSE/UFSC

Desenvolvimento Regional e Urbano

Na perspectiva de Keynes e para a escola pós-Keynesiana, moeda e bancos assumem um papel relevante em uma economia monetária de produção. Ademais, bancos são vistos como instituições capazes de criar créditos. Utilizando o Índice de Preferência pela Liquidez, nos anos 2000 a 2012, verifica-se o comportamento dos bancos em diferentes cenários macroeconômicos. Posteriormente, uma comparação com as diferentes regiões do Brasil é realizada. Os resultados encontrados indicam que o estado de Santa Catarina apresenta comportamento bastante similar a Região Sul do Brasil. Por sua vez, Norte e Nordeste foram as regiões em que o índice de preferência pela liquidez se mostrou de maneira mais elevado. Por fim, a Região Sudeste foi a que mostrou o comportamento dos bancos mais avessos diante da crise *subprime*.

Palavras-Chave: Preferência pela liquidez; comportamento dos bancos; Santa Catarina; regiões do Brasil.

7.12 REFLEXOS DE UMA CLÍNICA ESCOLA NO ATENDIMENTO EM SAÚDE NO SUL DE SANTA CATARINA

Marlon Gonçalves Zilli

UNESC, marlon.zilli@outlook.com

Ana Paula Silva dos Santos

UNESC, ana.paulasilvadossantos@hotmail.com

Cristina Keiko Yamaguchi

UNESC, criskyamaguchi@gmail.com

Desenvolvimento regional e urbano

O objetivo deste estudo é verificar se a extensão universitária da área da saúde de uma Universidade, auxilia no Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento em saúde. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre extensão universitária, o papel social de uma universidade e a dificuldade em obter assistência, principalmente no que não tange aos atendimentos básicos em saúde; e também nos documentos de uma Universidade, por meio de sua clínica escola. Buscou-se conhecer se a extensão universitária na área da saúde propicia atendimentos muitas vezes não encontrados no sistema público. Como resultado, constatou-se que a clínica escola da Universidade efetua quase 13 mil atendimentos semestrais nas áreas de medicina, odontologia, fisioterapia, psicologia, biomedicina e nutrição e os números crescem com o avançar dos semestres na maioria das vezes. Conclui-se que a extensão universitária em clínica escola, propicia o suporte à comunidade nos atendimentos de saúde, cumprindo o seu papel social por meio da extensão em saúde.

Palavras chaves: Clínica Escola, Extensão, Saúde.

7.13 TERRITÓRIOS TURÍSTICOS EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL MERIDIONAL: A SERRA GAÚCHA EM FOCO

Hoyêdo Nunes Lins
UFSC, hoyedo.lins@ufsc.br
Desenvolvimento Regional e Urbano

A Serra Gaúcha apresenta um forte crescimento turístico, historicamente. Na base figuram destacados atributos físico-naturais e socioculturais, os segundos ligados, notadamente, aos desdobramentos da imigração alemã e italiana no século XIX. As atividades em torno da produção de vinho e as festas típicas têm grande representatividade nesse turismo, exibindo maior destaque o município de Gramado, localizado ao sul da Serra Gaúcha, para o qual teve importância, no início, uma demanda regional ou estadual em busca de descanso e refúgio do calor durante o verão. A partir dos anos 1950 esse turismo ganhou ímpeto, com a implantação de novos equipamentos turísticos e a multiplicação e melhoria das condições receptivas. A atratividade cresceu continuamente e, devido aos resultados econômicos – inclusive na comercialização de produtos locais –, surgiram ações públicas e privadas, inter-relacionadas, para reforçar ainda mais o caráter turístico de Gramado. Foi crucial a opção pelo turismo de eventos, sobressaindo mais que tudo o Natal Luz, entre outros. Fruto de uma convergência de interesses em torno de “projeto” elaborado por agentes locais, essa modalidade consolidou o turismo e contribuiu decisivamente para caracterizar Gramado como um efetivo território turístico. Assim, os recursos territoriais da Serra Gaúcha foram “ativados” por ações coletivas, e o desenvolvimento do setor turístico agregou um novo e importante elemento aos atributos da área.

Palavras-chave: Territórios turísticos; Ações coletivas; Serra Gaúcha; Gramado; Turismo de eventos

8 - DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

8.1 ACESSO DE JOVENS AO CRÉDITO RURAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO: O CASO DO PRONAF JOVEM

Jurandi Teodoro Gugel
EPAGRI, jurandigugel@epagri.sc.gov.br
Alexandre Luís Giehl
EPAGRI, alexandregiehl@epagri.sc.gov.br
Célio Haverroth
EPAGRI, celio@epagri.sc.gov.br
Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Ao longo da história, o crédito rural constituiu-se num importante instrumento de desenvolvimento da agricultura brasileira, quase sempre com viés produtivista. Juntamente com a assistência técnica e os pacotes tecnológicos, o crédito subsidiado foi pilar do processo de modernização da agricultura. Não obstante os aumentos de produção e produtividade, inúmeros são os efeitos adversos, sejam de ordem social, cultural, ambiental, entre outras. Uma das consequências foi o êxodo rural, com a migração de milhões de agricultores para as cidades. Embora em ritmo menor, esse processo segue ocorrendo nas últimas décadas,

principalmente através da migração de jovens. Além do esvaziamento do campo, tal fenômeno traz à tona um problema que coloca em risco o futuro da agricultura familiar: a sucessão das unidades de produção familiar. Diante desse cenário, diversos autores têm se debruçado sobre essa questão, buscando compreender suas origens, motivações e conseqüências. Dentre as conclusões, destaca-se o papel da baixa renda de parcela da agricultura familiar e a falta de autonomia econômica dos jovens como fatores de estímulo à migração. Várias ações têm sido implementadas nos últimos anos, na perspectiva de promover a permanência do jovem no meio rural. Uma vertente busca aumentar a renda e, principalmente, garantir a autonomia econômica do jovem, principalmente por meio do crédito. No Plano Safra 2003/2004 foi instituído o Pronaf Jovem, que se destinava a financiar atividades desenvolvidas por agricultores com idade entre 16 e 29 anos, por meio de acesso a crédito para investimentos em atividades inovadoras, agregadoras de valor e gerenciadas pelo próprio jovem. Contudo, desde sua origem diversas dificuldades têm sido relatadas, relacionadas principalmente aos entraves burocráticos e exigências bancárias. Conforme dados do Banco Central, entre 2005 e 2016, em Santa Catarina, estado conhecido pela presença marcante da agricultura familiar, foram celebrados somente 197 contratos sob amparo dessa linha, que totalizaram R\$ 1,21 milhão, num universo de mais de 160 mil propriedades familiares. Por outro lado, parcela significativa dos jovens agricultores acessa outras linhas de crédito do Pronaf, seja pelos normativos de financiamento das mesmas (muitas vezes mais adequados às suas necessidades) ou pela existência de entraves burocráticos menos rígidos. Segundo dados preliminares, cerca de 10% dos contratos e 12% dos valores do Pronaf no País durante o ano de 2016 destinam-se a beneficiários com até 29 anos. O acesso desses jovens às linhas gerais do Pronaf pode indicar perspectivas de sucessão nessas unidades familiares. Cabe registrar que a principal fonte financiadora dessa linha (Orçamento Geral da União) gerou inconstâncias na disponibilidade de recursos junto aos agentes financeiros, sendo considerada um limitante. Assim, o Pronaf Jovem acaba constituindo-se em mais um mecanismo de crédito “bancarizado tradicional” e, como tal, enfrenta limitações semelhantes às demais linhas. Para promover a permanência dos jovens no meio rural, é necessário compreender os entraves do financiamento e as perspectivas desse segmento, construindo mecanismos que sejam adequados às suas características e necessidades. Merece atenção a possibilidade de financiamento por vias não bancárias, a exemplo do que vem sendo desenvolvido em alguns programas, como o SC Rural.

Palavras-chave: Pronaf Jovem; crédito; sucessão; agricultura familiar.

8.2 AVALIAÇÃO ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DE POLICULTIVO DE PEIXES ALIADO A PRODUÇÃO DE SUÍNOS NA REGIÃO DE CURITIBANOS-SC

Marcio dos santos

UFSC, mdsantos182@hotmail.com.

Mônica Aparecida Aguiar dos Santos

UFSC

Saimom Poczapski Noro Ribeiro

UFSC

Gabriel Goeten

UFSC

Desenvolvimento rural e agricultura familiar

A piscicultura e a suinocultura são atividades altamente rentáveis para a agricultura familiar, no entanto o alto custo da ração pode inviabilizar ambas as atividades em safras em que a produção de grãos seja baixa ou os preços deste produto no mercado estejam altos. Outra

questão relevante para a produção de suínos é a alta geração de dejetos, que vem provocando sérios problemas ambientais, quando não ocorre seu destino correto, o qual pode ser utilizado como fertilizante na agricultura ou na piscicultura, por ser um subproduto rico em nitrogênio e fósforo, nutrientes fundamentais para a formação da biomassa aquática que é composta pelo plâncton e fitoplâncton que é a base alimentar dos sistemas aquáticos, podendo substituir a ração na piscicultura em até 70%. Por isso objetivou-se com este trabalho avaliar o desempenho econômico da piscicultura integrando com a produção de suíno no sistema do alto vale da Itajaí (MAVIPI), a área de viveiro utilizada para fins dos cálculos foi de 2 ha de lâmina de água, sendo os mesmos construindo de acordo com as recomendações técnicas. Para o povoamento dos viveiros foi utilizando 3 alevinos por metro quadro, totalizando 66 milheiros de alevinos tipo II, sendo que 80% de tilápias (*Oreochromis niloticus*), 15% de carpa comum (*Cyprinus carpio*), 2% de carpa cabeça grande (*Aristichthys nobilis*), 2% de carpa prateada (*Hypophthalmichthys molitrix*) e 1% de carpa capim (*Ctenopharyngodon idella*). Foram avaliadas o valor presente líquido (VPL) a 15 % ao ano, a taxa interna de retorno anual (TIR), o índice de lucratividade em vendas (IL). Conclui-se que apesar do investimento inicial ser alto (R\$ 191.433,15), os índices avaliados apresentaram resultados satisfatórios, mostrando viabilidade de economia no empreendimento, sendo que o VPL foi de R\$ 28.714,97, a TIR de 16 % e o índice de lucratividade em vendas de 23, 1 %. Vale ressaltar que devido ao clima subtropical da região foi utilizada apenas uma despesa anual para fins da avaliação econômica, porém pode ser utilizada até 2 despesas ao ano, outro fator importante é a lotação de peixes, que pode ser aumentada para 4 alevinos por metro quadrado, o que ocasionaria aumento significativo nos lucros.

Palavras-chaves: Piscicultura, Suinocultura, Agricultura familiar.

8.3 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E MERCADO DO MARACUJÁ NO SUL CATARINENSE

Rogério Goulart Junior

EPAGRI/CEPA, rogeriojunior@epagri.sc.gov.br

Janice Maria Waintuch Reiter

EPAGRI/CEPA, janice@epagri.sc.gov.br

Marcia Mondardo

EPAGRI/CEPA, mmondardo@epagri.sc.gov.br

Henrique Belmonte Petry

EPAGRI/EEUR, henriquepetry@epagri.sc.gov.br

Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

A produção catarinense de maracujá tem reconhecimento nacional principalmente em relação à qualidade dos frutos, características socioeconômicas e tecnológicas dos cultivos. O cultivo de maracujá em Santa Catarina está concentrado em mais de 84% na mesorregião do Sul Catarinense. No Estado Catarinense, o maracujá em 2015 foi a quarta fruta mais representativa em termos econômicos, com mais de R\$21,4 milhões de valor bruto da produção (EPAGRI-CEPA, 2016). Entretanto, ainda há relativa insegurança quanto a sua consolidação como atividade alternativa e rentável para o agricultor familiar. Em parte, isso se deve a carência de informações e estudos a respeito das principais dinâmicas socioeconômicas dos atores envolvidos na cadeia produtiva. Dessa forma, estudos socioeconômicos são determinantes para o fortalecimento da cadeia produtiva frente a competitividade e inovações que o setor exige. O objetivo desse estudo foi de identificar

características dos produtores rurais e da produção de maracujá e a importância da mesorregião do Sul Catarinense.

Palavras chaves: Economia agrícola - Fruticultura - Maracujá - Santa Catarina.

8.4 GESTÃO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES DE SANTA CATARINA: PERCEPÇÕES SOBRE O AMBIENTE INTERNO

Luis Augusto Araújo

EPAGRI/CEPA, laraujo@epagri.sc.gov.br

Alexandre Luís Giehl

EPAGRI/CEPA, alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Antônio Marcos Feliciano

EPAGRI/CEPA, feliciano@epagri.sc.gov.br

Desenvolvimento rural e agricultura familiar

Segundo o Censo Agropecuário (IBGE-2006), Santa Catarina possui 193,7 mil estabelecimentos. O futuro desses empreendimentos é delineado a partir das estratégias de gestão aplicadas aos negócios. É dentro dessa perspectiva que se introduz uma reflexão sobre a possibilidade de identificarmos as competências distintivas, associadas às variáveis de seu ambiente interno. As principais questões norteadoras do estudo são: (a) quais são as fortalezas e as fraquezas das unidades de produção familiar na percepção dos agricultores? (b) quais as dimensões internas se revelam merecedoras de maior atenção para a definição de estratégias que visem a melhoria socioeconômica dos agricultores e sua família? Nesse enquadramento, objetiva-se analisar as percepções de gestores de estabelecimentos agropecuários localizadas em Santa Catarina a partir de um conjunto de variáveis de seu ambiente interno que influenciam na criação de estratégias e nas práticas de gestão. O presente trabalho utilizou a análise SWOT como instrumento metodológico principal. Por outro lado, diferente de outros trabalhos baseados na mesma metodologia, a abordagem ora proposta partiu de um conjunto pré-definido de variáveis. A pesquisa assumiu características de estudo quali e quantitativo, exploratório e descritivo. A obtenção dos dados primários ocorreu por meio da aplicação de questionário junto a 79 agricultores e suas famílias, distribuídas em quatro regiões do estado. Foram analisadas seis dimensões associadas ao ambiente interno: a) marketing e comercialização; b) gestão da informação; c) gestão de pessoas; d) finanças e custos; e) gestão ambiental; f) gestão da produção. Cada dimensão era composta por perguntas específicas que buscavam abarcar as principais variáveis associadas à mesma. Também foram obtidos dados por meio do *software* de contabilidade eletrônica Contagri, utilizado no processo de gestão das unidades analisadas. Participaram deste estudo agricultores que já vem sendo assistidos no âmbito de parceria celebrada entre a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (Fetaesc) e a empresa Souza Cruz. Os resultados apontam que as variáveis associadas ao ambiente interno são percebidas mais como fortalezas do que fraquezas. Mais de 81% das respostas (ponderadas pelo grau de importância atribuída a cada uma) identificam essas variáveis como fortalezas. Tais resultados se explicam, em parte, pela recorrente sobrevalorização das competências distintivas, comum em quase todos os campos da vida social. É possível afirmar que nenhuma das dimensões ou variáveis isoladamente captura a essência da gestão dentro do contexto que envolve o estabelecimento agropecuário, sendo necessário considerá-las no seu conjunto. Assim, o presente estudo consolida a percepção de que a gestão se constitui num processo complexo e, como tal, demanda uma base ampla de informações e conhecimentos para seu desenvolvimento, razão pela qual foi atribuído grau elevado de importância, pelos

agricultores e familiares, a quase todas as variáveis contempladas neste trabalho. O presente artigo apresentou os resultados parciais para o Estado de Santa Catarina de um estudo mais amplo, que contempla os três estados da Região Sul do Brasil, em parceria com entidades públicas e privadas.

Palavras-chave: gestão; estratégia; agricultura familiar; análise SWOT.

8.5 GESTÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR DO ALTO VALE DO ITAJAI CATARINENSE: PERCEPÇÕES SOBRE O AMBIENTE EXTERNO E INTERNO

Luis Augusto Araújo

EPAGRI/CEPA, laraujo@epagri.sc.gov.br

Alexandre Luís Giehl

EPAGRI/CEPA, alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Antônio Marcos Feliciano

EPAGRI/CEPA, feliciano@epagri.sc.gov.br

Claudimir Rodrigues

Souza Cruz, claudimir.rodrigues@souzacruz.com.br

Desenvolvimento rural e agricultura familiar

A gestão é uma tecnologia social que permite aos mais de 168 mil estabelecimentos agropecuários familiares de Santa Catarina construir seu futuro. O objetivo deste artigo é analisar as percepções de gestores de unidades de produção familiar do município de Imbuia, na Região do Alto Vale do Itajaí, estado de Santa Catarina, a partir de um conjunto de variáveis do ambiente externo e do ambiente interno que influenciam nas práticas de gestão adotadas nas unidades produtivas. O presente trabalho utiliza a análise SWOT como instrumento metodológico principal. Contudo, diferente de outros trabalhos baseados na mesma metodologia, a abordagem ora proposta parte de um conjunto pré-definido de variáveis. O estudo orientou-se pelos princípios da pesquisa qualitativa e quantitativa, de cunho exploratório e descritivo. As informações utilizadas nas análises foram obtidas por meio da aplicação de questionário em 18 unidades de produção familiar do município de Imbuia/SC. Também foram obtidos dados por meio do *software* de contabilidade eletrônica Contagri, utilizado no processo de gestão das unidades analisadas. Os resultados apontam que os gestores percebem as variáveis do ambiente externo preponderantemente como oportunidades, percepção que representa 53,2% do grau de importância total atribuído às mesmas. De forma mais significativa que o ambiente externo, o ambiente interno é percebido essencialmente como fortaleza, percepção que representa 81,5% das respostas ponderadas. Praticamente todas as variáveis analisadas se mostraram relevantes no processo decisório das unidades. O presente estudo consolida a percepção de que a gestão se constitui num processo complexo e, como tal demanda uma base ampla de informações e conhecimentos para seu desenvolvimento, razão pela qual foi atribuído grau elevado de importância a quase todas as variáveis contempladas neste trabalho.

Palavras-chave: gestão; agricultura familiar; análise SWOT.

8.6 POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE LAURENTINO (2009 - 2015)

Maiara Eloi da Silva

UNIDAVI, mai.eloidasilva@unidavi.edu.br

Márcia Fuchter

UNIDAVI., marciafuchter@gmail.com

Desenvolvimento regional e agricultura familiar

A agricultura familiar exibe importante papel no desenvolvimento de uma região, tanto por sua promoção de renda, quanto na geração de empregos. Este setor passou por importantes transformações, principalmente na década de 90, quando passou a ser reconhecida como categoria social, participando ativamente do Sistema Financeiro Nacional. A implantação de políticas públicas para este setor expressa papel fundamental para seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito ao apoio financeiro. Neste contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – em efetivação desde 2009, exibe importante auxílio para esta categoria, na qual define que ao menos 30% dos alimentos servidos na merenda escolar da rede pública precisam proceder da agricultura familiar. No município de Laurentino, quatro propriedades rurais participaram da entrega de gêneros alimentícios durante os seis anos de execução. O objetivo geral é analisar as contribuições do Programa (PNAE) no município de Laurentino, considerando a quantidade de produtores rurais e estabelecimentos públicos enquadrados no Programa, a percepção dos agricultores envolvidos quanto as contribuições do Programa, bem como a geração de recursos a partir de sua implantação. No campo metodológico a pesquisa enquadra-se como bibliográfica e documental. A pesquisa ainda se caracteriza como qualitativa e quantitativa. Para a análise e alcance dos objetivos utilizou-se pesquisa de campo, com a técnica de entrevista. Foram entrevistados quatro agricultores ligados à execução do Programa no município. Assim, percebem-se as significativas contribuições que o PNAE proporcionou aos agricultores, principalmente no aumento da renda e na ocupação da mão-de-obra familiar, desenvolvendo e viabilizando economicamente a propriedade rural.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Município de Laurentino.

9 - ECONOMIA E POLÍTICA INTERNACIONAL

9.1 A DEMANDA MUNDIAL PELO MINÉRIO DE FERRO AMAZÔNICO

Jorge Eduardo Macedo Simões

UNIFESSPA/CAEN, jsimoesf@yahoo.com.br

David Costa Correia Silva

NAEA/UFPB, davidcorreiasilva@hotmail.com

Clayton Douglas Chagas de Oliveira

UNIFESSPA, douglaslenoir@yahoo.com.br

Economia e política internacional

O minério de ferro é umas das principais commodities exportadas pela Amazônia Brasileira. As *commodities* são produtos amplamente comercializados no mundo cujos preços são estabelecidos no mercado internacional em função da oferta e da demanda global. O minério

de ferro é um dos metais mais importantes com usos na construção civil, em diversos setores industriais como de eletrônicos, de transporte e de utensílios domésticos. Entretanto, o mercado de minério de ferro até dezembro de 2008 possuía a cotação de seus preços estabelecidos anualmente. Quando a situação de preços anuais foi modificada e as cotações passaram a flutuar as consequências foi à indução da produção em diversas partes do mundo, incluindo na região amazônica. Nesse contexto cresce, então, a importância da utilização de modelos que sejam capazes de analisar a relação entre séries temporais, e, por conseguinte, os impactos dinâmicos de choques sobre um sistema. O objetivo desse trabalho é estudar a relação entre a quantidade exportada de minério pela região amazônica e os valores recebidos mensalmente entre 2000 e 2015, por meio do modelo de vetores autorregressivos (VAR). Os resultados mostraram inexistir uma relação de longo prazo entre a oferta e as divisas obtidas no comércio internacional com a exportação de minério de ferro amazônico, refutando assim, a hipótese de que, a quantidade exportada acompanha os preços ao longo do tempo. Uma possível explicação para o fato decorre das mudanças institucionais que afetam o mercado de minério de ferro amazônico a partir de 2008.

Palavras-chaves: Commodity, Minério de Ferro, Amazônia

9.2 A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR DO SETOR DE SERVIÇOS

Fabiane Hegele

UFSM, fabianehegele@hotmail.com

Economia e política internacional

Este trabalho consiste em uma análise dos principais serviços exportados e importados pelo Brasil em 2015. Do ponto de vista prático e acadêmico, faz-se importante a investigação desse setor devido a sua recente e crescente importância no Produto Interno Bruto e no emprego brasileiros. Dada a relação desses serviços com a participação para frente e para trás do País nas cadeias globais de valor, pretende-se responder como é a participação do Brasil, especificamente para o setor de serviços, nas cadeias globais de valor. O trabalho adota como método revisão bibliográfica e análise de dados para caracterizar o setor de serviços e descrever no que consistem as cadeias globais de valor. Por ser composto por atividades bastante heterogêneas, classificar o setor de serviços não é uma tarefa fácil, esse setor conta tanto com atividades simples, não especializadas, como serviços de limpeza, por exemplo, quanto com atividades sofisticadas, como desenvolvimento de *software*. As cadeias globais de valor, por outro lado, resultam da reconfiguração da divisão internacional do trabalho e estão relacionadas a questões organizacionais das firmas. Por fim, para responder a que o trabalho se propõe, apresentam-se dados da pauta de exportação e importação de serviços do País e a sua posição nesse comércio. Verifica-se baixa inserção do Brasil nas cadeias globais de valor do setor de serviços; predominância de serviços de baixo valor agregado entre os principais produtos exportados e de serviços de alto valor agregado entre os importados, o que pode indicar problemas ao desenvolvimento econômico do País, dada a atual importância do setor de serviços brasileiro.

Palavras-chave: Serviços. Cadeias globais de valor. Globalização.

9.3 A PERSPECTIVA DA CRISE ECONÔMICA E POLITICA SOB A ÓTICA DO SETOR DE COMÉRCIO REGIONAL

Meline Vitali Duminelli

UNESC, meline.vitalidu@gmail.com

Tainara Silveira Redivo

UNESC, tainarasredivo@gmail.com

Cristina Keiko Yamaguchi

UNESC, criskyamaguchi@gmail.com

Economia e política internacional

A crise econômica e política vem atingindo vários setores, trazendo dificuldades e retraindo a economia do Brasil. No município de Forquilha, no estado de Santa Catarina, os setores do comércio e da indústria promovem a economia local. Diante dessa realidade, este estudo objetiva identificar as consequências da crise no comércio da cidade de Forquilha. Deste modo, a pesquisa é considerada como interdisciplinar, aplicada e possui abordagem qualitativa sendo que, quanto aos fins de investigação é descritiva e explicativa. Já quanto aos meios de investigação documental e bibliográfica sendo utilizada a técnica de pesquisa e coleta de dados a análise multivariada de dados. Sendo assim, foram levantados dados sobre os registros, cancelamentos e consultas no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). No SPC e na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), foi possível identificar consequências significativas sobre a crise na cidade. Os números demonstraram queda na consulta e na procura por crédito, e conseqüentemente redução nas vendas e procura para renegociar a dívida para reativar o crédito no comércio, ou seja, as pessoas continuam negativados no SPC e alto índice de inadimplência, desaquecendo e prejudicando a economia local que depende do comércio, setor predominante na cidade. Esses dados foram registrados principalmente na comparação entre o ano de 2014 e 2015, e o ano de 2015 em relação ao ano de 2016. Foram percebidas algumas melhoras no volume de concessão de crédito no ano de 2016, contudo não superam as quedas obtidas no ano anterior.

Palavra Chave: Economia, Crise econômica e Forquilha.

9.4 ABERTURA FINANCEIRA, FLUXOS DE CAPITAIS E O COMPORTAMENTO DA TAXA DE CÂMBIO REAL NA ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Michael Gonçalves da Silva

UNIFRA/UFSM, michael.silva@ufsm.br

Fernanda Dalcin Flôres

UFSM, fedalcin@hotmail.com

Economia e política internacional

Este trabalho teve por objetivo analisar quais fluxos de capitais contribuíram na apreciação da taxa de câmbio real da economia brasileira nos anos de 2000-2013. Para tanto, foram estimados modelos da classe ARCH (p,q) para analisar a volatilidade dos fluxos de capitais na economia brasileira, em seguida estimaram-se modelos Vetoriais Autorregressivos (VAR) para capturar quais fluxos financeiros contribuem na apreciação da taxa de câmbio real, através das análises das funções de impulso e resposta e decomposição da variância. Os resultados indicam que os investimentos em carteira, estrangeiro e brasileiro, contribuíram no curto prazo, na apreciação da taxa de câmbio real, no período analisado.

Palavras – chave: Apreciação da taxa de câmbio, fluxos de capitais, Abertura Financeira.

9.5 ANÁLISE DA SOFISTICAÇÃO DO COMÉRCIO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL

João Victor Souza da Silva

UFSM, victorssou@gmail.com

Lauana Rossetto Lazaretti

UFSM, lauana.lazaretti@gmail.com

Patricia Batistella

UFSM, patriciabatistella@gmail.com

Gilberto de Oliveira Veloso

UFSM, gilbertovel@gmail.com

Economia e política internacional

O presente trabalho fundamenta-se na literatura estruturalista para analisar a sofisticação do comércio exterior brasileiro frente os demais países da América do Sul entre 1970 e 2010. A dicotomia entre o posicionamento global do Brasil e o sua postura comercial a nível regional são reflexo de diferentes configurações institucionais nas quais o país se insere ao longo do século XX e início do século XXI. A política industrial brasileira se desenvolveu intimamente ligada à política comercial para a América Latina, pelo Processo de Substituição Regional de Importações o qual objetivou expandir as exportações de bens de maior intensidade tecnológica em concomitância à maior integração comercial a nível subcontinental. Todavia, a pressão por abertura econômica e distanciamento de parceiros latino-americanos acarretou mudança de comportamento na dinâmica industrial e de comércio exterior brasileiro. As reformas institucionais das décadas de 1980 e 1990 impactaram diretamente, positiva e negativamente sobre a dinâmica regional frente os parceiros. O enfoque na manutenção das exportações de elevada intensidade tecnológica baseia-se na compreensão de sua associação direta com mudanças estruturais e elevação da renda *per capita*. A utilização dos Índice de Produtividade do Produto Exportado (PRODY) e Índice de Sofisticação da Economia (EXPY), a partir do Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) permite mensurar o impacto das exportações em dado conjunto de bens sobre a dinâmica econômica de um país, em termos comparativos. Verificou-se que o Brasil apresenta significativa vantagem comparativa para setores de média-alta e alta intensidade tecnológica na América do Sul, em contrariedade à perda de participação destes segmentos da pauta de exportações voltadas ao mercado global. Observou-se elevação da produtividade dos bens de maior intensidade tecnológica entre os países da América do Sul e que o Brasil posiciona-se como país mais sofisticado nos segmentos de média-alta intensidade tecnológica e alta intensidade tecnológica, apesar de oscilações históricas na sofisticação para esta cesta de bens.

Palavras-Chave: Vantagens Comparativas Reveladas; Intensidade tecnológica; Produtividade do Produto Exportado; Sofisticação da Economia.

9.6 COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL, URUGUAI E ARGENTINA PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NAVAL 2010-2015

André Alves dos Santos

UNESC, andre_monges@hotmail.com

Economia e política internacional

Este resumo de um projeto de pesquisa em andamento tem como objetivo analisar o desenvolvimento da indústria naval brasileira no período que compreende de 2010 a 2015, na qual se destacam o crescimento do setor impulsionado pelas atividades relacionadas à

extração e produção de petróleo e gás, atividades essas alavancadas pela descoberta do pré-sal em 2006. Destacaremos a cooperação do Brasil com países do Mercosul na troca de bens, serviços e transferência de tecnologia. Todavia, o setor começou a se desestabilizar a partir de 2014 por motivos relacionados ao decréscimo do preço do petróleo internacional, crise internacional e instabilidade política. A indústria naval brasileira novamente vive a espera de uma retomada de crescimento, assim como ocorreu de 2003 a 2014. A cooperação entre os membros do Mercosul apresentou vários resultados, a exemplo dos acordos firmados em 2014 entre Brasil, Argentina e Uruguai para a cooperação técnica e integração entre estaleiros dos dois países. A indústria naval brasileira, segundo o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (SINAVAL), no seu auge (2010-2014) resultou no montante de 36 estaleiros e quase 86 mil empregos diretos. Nos anos de 2015 e 2016 houve uma acentuada redução na oferta de emprego, resultando num total de quase 45 mil desempregados. A expectativa é que projetos relacionados a encomendas e investimentos que já foram aprovados retomem aos poucos a confiança do setor em meio ao conturbado momento em que se encontra.

Palavras-Chave: Indústria naval brasileira; economia política; crise internacional, pré-sal.

9.7 CORPORAÇÕES EM EXAME: TENDÊNCIAS DA CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL (1990 – 2014)

Mariel Liberato Schwartz

PUC-SP, marielliberato@gmail.com

Economia e política internacional

O presente artigo analisa a evolução do processo de concentração e centralização de capitais na economia brasileira durante o período de 1990 a 2014. Com base em edições da publicação *Exame Maiores e Melhores*, que classifica as empresas em termos de faturamento líquido sobre as vendas domésticas, estima-se o avanço da concentração econômica nas últimas décadas no Brasil. Se em 1990 as duzentas e cinquenta maiores empresas atuantes no país representavam cerca de 80% do faturamento sobre as vendas domésticas, em 2014 o mesmo número de empresas detém aproximadamente 90% da receita total. O fluxo de investimento direto estrangeiro e as fusões e aquisições transfronteiriças, que superaram as operações domésticas definitivamente a partir de 2009, são analisados para o mesmo período. O governo Collor inaugura a agenda neoliberal no país com o processo de abertura da economia. Nos mandatos de FHC intensifica-se a aposta na internacionalização e a leniência com a posição de “sócio menor” do Brasil, além do movimento exacerbado de privatizações, desindustrialização e outras políticas de cunho neoliberal (visando ao aumento da competitividade microeconômica da economia brasileira). No governo Lula mantém-se o ritmo acelerado da entrada de IDE no país e as fusões e aquisições, contudo há uma tentativa de mudança na estratégia de inserção mundial com a criação das campeãs nacionais, diminuindo a participação do capital estrangeiro frente aos grandes grupos econômicos. E, finalmente, Dilma Rousseff aprofunda o processo de internacionalização e as fusões e aquisições voltam a ser destaque. Essa visão de longo prazo conclui com uma avaliação preliminar dos impactos de uma estrutura de mercado concentrada e centralizada. Importa avaliar com mais detalhe e profundidade os efeitos do aumento do poder econômico das empresas seja na formação de preços (via empresa líder), seja pela capacidade em comandar mais-valia alheia, na disputa pela riqueza socialmente criada.

Palavras-chave: centralização de capital, oligopólio, internacionalização.

9.8 DINÂMICA DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE BASE FLORESTAL EM SANTA CATARINA. UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 2005 – 2014

Ivo Raulino

USP, raulino@usp.br

Economia e política internacional

Ao abordar-se a questão das exportações de base florestal, procurou-se analisar a dinâmica espacial e econômica. Neste sentido, procurou-se verificar a dinâmica espacial sob o enfoque dos municípios mais expressivos em termos de exportações de produtos de base florestal, tendo sempre em mente de que a dinâmica espacial está fortemente vinculada à dinâmica econômica, e esta determinada pela capacidade de competição das empresas localizadas nos municípios. Neste sentido, partindo de um referencial teórico específico sobre competitividade das empresas, procurou-se avaliar a inserção externa das empresas através de suas exportações. Para tanto, procedeu-se ao levantamento das exportações dos municípios mais expressivos, assim como também fez-se um levantamento das empresas com volume mais expressivo de exportações de produtos de base florestal e as suas respectivas localizações, submetendo-se sua dinâmica econômica às variações da taxa de câmbio, como variável macroeconômica importante em se tratando de inserção externa das empresas, e ao referencial teórico proposto, procurando estabelecer o seu efetivo grau de competitividade externa. A partir de mudanças no câmbio procurou-se verificar em que medida as mudanças observadas nas exportações dos municípios, em termos de aumento de suas participações ou declínio nas exportações dependiam basicamente das variações na taxa de câmbio ou de efetivas capacidades competitivas construídas historicamente por estas empresas localizadas nestes municípios analisados. Os resultados apontam no sentido de que, embora a taxa de câmbio ainda seja uma variável importante para explicar a inserção externa das empresas via exportações, não é a determinante, não sendo, portanto, a única variável a explicar as modificações observadas.

Palavras-chave: exportações de base florestal; competitividade, empresas de base florestal.

9.9 A ECONOMIA E AS RELAÇÕES MORAIS

Jucilene Paula Silva

UNC, juci.pessoal@gmail.com

Economia e política internacional

Compreender as relações que se estruturam na contemporaneidade consiste em uma tarefa inexorável, principalmente no que diz respeito às relações da economia com o mundo e seus desdobramentos nas relações individuais e públicas. Uma das características da sociedade na atualidade é o consumo, que reflete questões de ordem ontológica, analisar e tentar compreender seus impactos e desdobramentos diante do mundo e das relações do homem em sociedade e consigo mesmo revela uma das urgências na atualidade. As relações que se estruturam na contemporaneidade relacionadas ao comportamento moral dos indivíduos, em certa medida, são orientadas a partir de questões econômicas e financeiras. Em sua variável financeirizada apresenta como moderador e regulador do comportamento das pessoas, evidência de uma compreensão do que é economia. Desconsideram a perspectiva de que a economia apresenta-se como ciência social e moral e, portanto fundada em pressupostos éticos e políticos. O esvaziamento do espaço público, a sobreposição de interesses na esfera pública, assim como a busca pela felicidade pautada no consumo, denuncia a urgência da discussão sobre os impactos da economia sobre as relações sociais e morais. Compreender a

estruturas da economia e variações conceituais e práticas pelas quais passou no decorrer do tempo social e histórico, se faz necessária para fundamentar a discussão das problematizações advindas com a dinâmica econômica característica do capitalismo e, por extensão as modificações impostas às concepções de trabalho. Nesta perspectiva, a divisão social do trabalho representa uma das variáveis destas modificações, representando uma profunda reorganização social e, por necessária decorrência no comportamento dos indivíduos. No transcorrer das inúmeras transformações civilizatórias constata-se que o conceito de economia apresenta em cada contexto definições peculiares. Assim, em alguns casos é abordado como mera aplicação de recursos produtivos. Apresenta-se também como ciência que pretende compreender, interferir e modificar as relações individuais, as relações públicas, ou mesmo entre povos e nações.

Palavras-Chave: Consumo. Economia. Ética. Relações morais.

9.10 EXCHANGE RATE PASS-THROUGH SOBRE OS PREÇOS DE EXPORTAÇÃO NOS PORTOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Roque Pinto de Camargo Neto

UFRG, roquecneto@gmail.com

Economia e Política Internacional

O presente estudo visa testar a hipótese de que características regionais ou portuárias possam influenciar o repasse da taxa de câmbio sobre os preços de exportação. Para isso, utiliza-se uma amostra contendo preços de exportação nos portos de Rio Grande, Paranaguá e Itajaí, de 2002 a 2015. Assim, estima-se um vetor autorregressivo com correção de erros (VECM), cujos resultados apontam que há heterogeneidade nos coeficientes de *Exchange rate pass-through* (ERPT), sendo que, para o porto de Rio Grande encontrou-se um ERPT completo (1,07), o que significa que as variações cambiais são repassadas integralmente sobre os preços, ao invés de absorvidas na margem de lucro das empresas, como no caso dos portos de Paranaguá e Itajaí onde encontrou-se um ERPT incompleto, com coeficientes 0,64 e 0,32 respectivamente.

Palavras-chave: *Pass-through*, Taxa de Câmbio, Comércio Internacional, Exportações, Portos

9.11 INTERAÇÕES CATARINENSES NO SEIO DO BRICS: ESBOÇO DE ABORDAGEM COM REALCE PARA A ÍNDIA

Hoyêdo Nunes Lins

UFSC, hoyedo.lins@ufsc.br

Economia e Política Internacional

BRICS significa indicação para o agrupamento envolvendo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que ganhou alguma visibilidade nos últimos anos como iniciativa talvez capaz de representar novidade na configuração econômica e política mundial neste início do século XXI. O artigo primeiramente caracteriza a situação recente desses países e explora os vínculos comerciais do Brasil com os demais membros, dando maior ênfase às interações com a Índia, durante muito tempo de escassa presença nas relações externas (comerciais e outras) brasileiras. Em seguida, a atenção concentra-se no relacionamento de Santa Catarina com os demais integrantes do grupo, notadamente em termos comerciais, com foco que corrobora um interesse particular pelo país sul-asiático. Todavia, ao perscrutar os diálogos de

Brasil e de Santa Catarina com a Índia, não se restringe o olhar à esfera comercial: o problema da cooperação, inclusive em termos de tecnologia, é igualmente privilegiado.

Palavras chaves: BRICS; Santa Catarina; Brasil; Comércio; Cooperação

9.12 INTERAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E APEC NO ANO DE 2015: UMA ANÁLISE COM O MODELO GRAVITACIONAL

Sarah Geciellen Cabral Braz

UEPG, gecielenbraz@hotmail.com

Angel Maitê Bobato

UEPG, angelmaitebobato@gmail.com

Economia e Política Internacional

Este trabalho tem como objetivo analisar o comércio bilateral entre o Brasil e os 21 países participantes do bloco econômico Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico – APEC, os países participantes desse bloco são: Austrália, Brunei, Canadá, Cingapura, Chile, China, República da Coreia, Estados Unidos da América, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Tailândia, Taiwan e Vietnã. A análise do presente trabalho será através do uso da classificação dos produtos das pautas de exportação e importação por níveis tecnológicos e de fatores determinantes da variação do comércio para o ano de 2015. Além disso, será analisada qual a participação dos níveis tecnológicos para os produtos comercializados (exportações/ importações) entre o Brasil e cada parceiro comercial da APEC, verificando dessa maneira quais são os principais parceiros bilaterais do Brasil que integram a Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico. A metodologia usada para se obter o objetivo central do trabalho é o Modelo Gravitacional de Comércio, sendo as seguintes variáveis usadas para a estimação dos modelos: PIB, distância geográfica e fronteira, essas variáveis são amplamente utilizadas na literatura para o comércio bilateral. Os resultados obtidos, de maneira geral, foram que existem diferenças entre o que o Brasil importa e exporta dos países desse bloco econômico, porém, os maiores importadores e exportadores dos produtos brasileiros são os mesmos. Verificou-se que o produto interno bruto e fronteira possuem um efeito diretamente proporcional sobre o Comércio Internacional, enquanto à distância possui um efeito inversamente proporcional. Os resultados mostram que a variação do PIB tem um efeito significativo em produtos com maior nível tecnológico.

Palavras chave: Comércio Internacional; Brasil; APEC; Modelo Gravitacional, Níveis tecnológicos.

9.13 O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO LATINO-AMERICANO NA MONTAGEM DO SISTEMA MONETÁRIO MUNDIAL DO DÓLAR FLEXÍVEL

Talita Alves de Messias

UNISINOS, talita-alves@hotmail.com

Economia e Política Internacional

O objetivo deste trabalho é estudar alguns aspectos do endividamento latino-americano e a crise dos anos 1970 e 1980, baseado principalmente na obra “O dinheiro do Mundo”, de Michael Moffitt, que traz aspectos muitas vezes negligenciados pelas análises economicistas da história. Pretende-se discutir não somente pela perspectiva da demanda por capital dos países da América Latina, mas também pela perspectiva da crescente oferta de dinheiro dos bancos. Enquanto os países precisavam de capital para sobreviver em um clima econômico

cada vez mais hostil, os bancos atuavam de maneira a maximizar a valorização de seu capital. Assim, a crescente oferta de crédito permitiu a progressiva inclusão dos países da periferia do sistema mundial nas atividades bancárias globais, em que os credores viam na dívida do então chamado Terceiro Mundo uma grandiosa fonte de lucros e acumulação. Neste ponto, era uma questão de mercado: os bancos disputavam países como clientes e os cortejavam agressivamente, e de maneira irresponsável. Pretende-se mostrar ainda, que mais do que um mecanismo financeiro, a dívida pública é um instrumento de poder, que surgiu quase que concomitantemente ao próprio sistema capitalista, tema abordado no segundo tópico, após esta introdução. Em seguida, será discutido o padrão monetário internacional ouro-dólar, para entender o contexto em que se iniciou o processo de endividamento latino-americano, sendo este tratado com maiores detalhes no quarto tópico junto com a expansão do sistema bancário. Em seguida, será abordado o momento da crise da dívida na América Latina e as negociações decorrentes desse processo. Encerra-se com as considerações finais, enfocando na montagem do sistema monetário internacional do dólar flexível. Esta é uma pesquisa bibliográfica, que segue a abordagem metodológica da Economia Política Internacional, e o tripé indissociável entre História, Economia e Política para análise do sistema interestatal.

Palavras-chave: dívida pública; América Latina; Sistema Monetário Internacional; Crise da dívida.

9.14 PADRÃO DE COMÉRCIO E COMPETITIVIDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS EXPORTAÇÕES DE LARANJA E SEU SUCO CONCENTRADO NO PERÍODO DE 1997-2013

Patricia Batistella

UFSM, patriciabatistella@rocketmail.com

Elen Presotto

UFSM, elenpresotto@yahoo.com.br

Felipe Orsolin Teixeira

UFSC, felipeorsolin@bol.com.br

Paulo Ricardo Feistel

UFSC, prfeistel@yahoo.com.br

Economia e política internacional

O Brasil, atualmente possui destaque internacional por ser maior produtor e exportador de café, açúcar, etanol e suco de laranja. O segmento de suco de laranja, especificamente, vem chamando a atenção devido ao seu potencial competitivo e volume de exportações, o que o torna um dos principais destaques do agronegócio nacional. Assim, o estudo tem por objetivo identificar se a laranja e seu suco concentrado possuem vantagem comparativa perante o mercado internacional. Dessa forma, sabendo da representatividade do setor, se faz importante a análise de alguns indicadores que possam mensurar a sua posição perante o mercado mundial. Para tanto, diversos índices foram utilizados no período de 1997 a 2013 para a mensuração da especialização internacional da economia. Sendo eles, Índices de Vantagens Comparativas Reveladas e Simétrica (IVCR e IVCRS); Indicador de Contribuição ao Saldo Comercial (ICSC) e Índice de Comércio Intra-setorial. Os dados para realização do trabalho foram coletados junto ao banco de dados da FAOSTAT. Os principais resultados do estudo apontam que a laranja possui índices de vantagens comparativas inferiores em relação ao suco concentrado. As exportações da fruta nos índices IVCR e IVCRS apresentaram vantagens em apenas quatro anos, nos demais sempre apontaram para desvantagem comparativa. Os índices de comércio intra-setor encontrados foram baixos para todos os anos do período analisado, e demonstram pouca tendência de aumento, apenas nos dois últimos

anos do período. Dessa forma, é possível caracterizar o comércio entre o Brasil e o resto do mundo para com as exportações de laranja e seu suco como sendo intersetorial ou do tipo Heckscher-Ohlin, ou seja, o país tende a exportar bens que utilizam mais intensivamente os recursos relativamente mais abundantes.

Palavras-chave: Exportações; suco concentrado de laranja; competitividade; vantagem Comparativa

9.15 PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DE GOIÁS (1999-2016)

Alison Geovani Schwingel Franck

UFMS, alischfranck@hotmail.com

Laís Viera Trevisan

UFMS, laisvtrevisan@gmail.com

Rodrigo Abbade da Silva

UFSC, abbaders@gmail.com

Daniel Arruda Coronel

UFMS, daniel.coronel@uol.com.br

Economia e política internacional

Este trabalho buscou analisar o padrão de especialização do comércio internacional do estado de Goiás, identificando os setores produtivos mais dinâmicos, no período entre 1999 e 2016. Neste sentido, calcularam-se os indicadores de Vantagem Comparativa Revelada Simétrica (IVCRS), de Comércio Intraindústria (CII), o Índice de Concentração Setorial (ICS) e a Taxa de Cobertura das importações (TC). Os resultados indicaram que o estado apresentou uma pauta de exportação pouco diversificada, baseado prioritariamente em produtos intensivos em recursos naturais e produtos da indústria de transformação tradicional, os quais são pouco capazes de gerar vantagens comparativas dinâmicas, ou seja, baseados em inovações tecnológicas, como são encontradas nos padrões internacionais de comércio dos países desenvolvidos. Deste modo, no estado existem quatro grupos considerados competitivos no mercado internacional de acordo com a metodologia adotada: alimentos, fumo e bebidas, minerais não metais e metais preciosos, calçados e couro e o setor de madeira. Neste sentido, os resultados sugerem que as políticas voltadas ao setor exportador devem realizar uma apreciação clínica na relação de Goiás com seus tradicionais parceiros comerciais, além de buscar novos parceiros comerciais e ampliar o *mix* das exportações, mantendo as conquistas obtidas.

9.16 UMA ANÁLISE DO EFEITO DA PARCELA SALARIAL SOBRE A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO PARA AS ECONOMIAS ATRAVÉS DO MODELO DE DADOS EM PAINÉL: 1980-2014

Tatiele Lacerda da Silva

PUCRS/FSJT, eco.tatielelacerda@gmail.com

Economia e política internacional

A presente pesquisa buscou desenvolver uma análise do efeito da parcela salarial sobre a produtividade do trabalho para as economias mundiais no período de 1980 até 2014, através do uso da técnica de dados em painel. Fez uso dos dados em logaritmo para analisar a sensibilidade, e qual fator possuía viés, seja no trabalho ou capital. Buscou relaciona com os estudos de modelos que abrange progresso técnico e a distribuição de renda. Ao fazer esse

estudo, trouxe como ênfase os estudos de progresso técnico, pois, economias com técnicas mais avançadas obtiveram que o crescimento da economia é puxado pelo capital e não pelo trabalho, por possuir capital abundante, especializado e de baixo custo, mas segue um modelo do tipo viesado com parcela salarial dita constante na média, mesmo que ocorram oscilações de quedas após a década de 80. As economias em desenvolvimento possuem como fator responsável a parcela salarial, onde detém de mão de obra com custo menor e por obter uma industrialização tardia. O mesmo ocorre, onde o viés tecnológico é no trabalho com uma constância na parcela salarial, mesmo que obtiveram quedas pós anos 90. Ambos seguem o modelo de Duménil e Levy (2003) e de Kennedy (1964), apesar de confirma a constância da parcela salarial prevista por Kaldor (1961).

Palavras chaves: Parcela salarial, produtividade do trabalho, progresso técnico, distribuição de renda e dados em painéis.

10 - TEMAS ESPECIAIS

10.1 A PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL ACERCA DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) EM EMPRESAS DE CURITIBANOS E REGIÃO

Lucas Contini Oliveira

Adriane Comelli

UnC, adrianecomellisc@hotmail.com

Temas especiais

O Sistema Público de Escrituração Digital - SPED representa um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes, e vem causando impactos nas empresas como a integração eletrônica com os escritórios de contabilidade, a utilização da contabilidade como um instrumento gerencial, implantações de sistemas, novos planejamentos tributários e novos métodos de gerenciamento de documentos eletrônicos. Este artigo teve como objetivo realizar a pesquisa de campo a fim de informações sobre a percepção dos profissionais contábeis de Curitiba e região acerca da implantação do SPED nas micro e pequenas empresas. A pesquisa recorreu ao uso de questionário com questões descritivas de múltipla escolha, o qual teve como objetivo principal identificar a percepção dos profissionais contábeis acerca da implantação do SPED nas empresas. As perguntas foram enviadas por email pelo Sindicato Contabilistas (SINDICONT) de Curitiba e Região – o universo de pesquisa é composto por profissionais atuantes na área contábil nos municípios de Curitiba, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Brunópolis e Frei Rogério, o banco de dados do Sindicont possui 160 e-mails cadastrados, sendo que o questionário eletrônico foi encaminhado para todos no dia 23 de setembro de 2016. O percentual de respondentes foi de 15%, o que representa 23 questionários respondidos. De acordo com a pesquisa realizada, a amostra populacional demonstrou que cerca de 270 empresas do quais os escritórios de contabilidade estão habituados a trabalhar estão obrigados à utilização do SPED e seus demais subprojetos (EFD, ECD e NF-e). Mesmo com a implantação do SPED, cerca de 81,8% dos entrevistados, afirmam ainda existem problemas entre o escritório e a empresa. Os problemas gerados a partir da implantação do SPED estão diretamente ligados às informações inseridas incorretamente, porém, 40% dos entrevistados, dizem que nas empresas percebe-se uma falta de interesse do administrador, talvez pelo fato de mudança cultural da entidade, da qual haveria serias mudanças internas e também pelo alto custo. Com a inserção do sistema, haveria gastos com computadores, melhoramento na capacitação de funcionários, mudanças de gestão entre outros. A percepção do SPED com relação aos entrevistados é um sistema

complexo, que auxilia na gestão empresarial e faz com que a empresa mude toda sua estrutura e passe a ser mais organizada. Evita também fraudes ou qualquer tipo de sonegação de impostos, porém necessita ser dada mais atenção a partir dos colaboradores a qualificação do pessoal que trabalha com o sistema. A comunicação da entidade e escritório, a partir do SPED, obteve uma leve melhoria, mas ainda existem muitas etapas a serem compreendidas e analisadas para fins de utilização. Com a realização da pesquisa, pode-se observar que a maioria das empresas, principalmente de pequeno e micro porte de Curitiba e região, não está habituada a utilização de sistemas dos quais auxiliaram na sua gestão empresarial. Porém, pode-se observar que a falta de interesse por parte do administrador ainda é grande, influenciada pelo alto custo que a empresa teria que lidar e também pela grande mudança de cultura que aconteceria dentro da entidade.

Palavras-chave: Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital, Nota Fiscal Eletrônica.

10.2 ATUAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE EMPRESARIAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Keylla Signorelli

UFSC, keyllasignorelli@gmail.com

Silvio A. F. Cario

UFSC, fecario@yahoo.com.br

Temas Especiais

O presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação política do empresariado nacional, representados pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC, maior entidade de representação da classe empresarial em Santa Catarina e uma das maiores no Brasil. O estudo se inicia no ano de fundação da entidade, em 1950, aprofundando a análise na atual gestão. Como procedimento metodológico, foi realizada uma revisão de literatura, além da pesquisa documental com dados disponibilizados pela FIESC e Tribunal Superior Eleitoral. Primeiramente, foi apresentado o campo teórico a respeito da ação da elite orgânica na condução da hegemonia dominante no interior dos aparelhos do Estado, destacando o processo político como ferramenta de poder. Em seguida, recuperamos sinteticamente a trajetória histórica do empresariado nacional como ponta do tripé do desenvolvimento nacional. Diante da análise, percebe-se um Estado muito presente na economia, sendo por vezes o indutor da ação coletiva empresarial. Em decorrência da abertura de mercado dos anos 1990, verifica-se uma falta de política de desenvolvimento industrial favorável ao empresariado nacional. O governo Lula procurou aproximação com a classe, no entanto o governo Dilma rompe com a confiança empresarial. Por fim, estreitando o objeto de estudo para um determinado grupo empresarial, verificou-se na atuação da FIESC um forte ator político em Santa Catarina. Representante do empresariado industrial atende os interesses de classe através de sua forte influência com o setor público e a sociedade civil. Neste contexto, suas principais ações foram: liderança no movimento pela redução dos impostos, iniciativas voltadas à maior inserção da indústria no comércio mundial, auxílio ao governo estadual na elaboração de estudos sobre rotas estratégicas de desenvolvimento industrial, capacitação de empresários e trabalhadores em cursos e palestras, realização de estudos colaborativos com universidades e institutos de pesquisa, entre outros.

Palavras-chave: Estado, Empresariado, FIESC

10.3 DETERMINANTES DA MORTALIDADE DE EMPRESAS EM SANTA CATARINA: O PAPEL DA INADIMPLÊNCIA

Bruno T. Tomio

FURB, bttomio@furb.br

Johnny W. Monteiro

FURB, johnny.d96@hotmail.com

Franklin C. Zummach

FURB, franklinzummach@gmail.com

O desempenho das empresas catarinenses tem sido comprometido por diversos fatores que, em última instância, causam a mortalidade desses empreendimentos. Na literatura atual, abordam-se, principalmente, os determinantes da mortalidade de empresas sob as óticas dos fatores de gestão da empresa e dos fatores macroeconômicos. Neste artigo, objetiva-se expandir essa literatura investigando o papel da inadimplência de pessoas físicas e jurídicas na mortalidade de empresas em Santa Catarina. O período abordado inicia em janeiro de 2013 e finaliza em dezembro de 2016, compreendendo 48 meses. Com base em um modelo econométrico de séries temporais, encontra-se que a inadimplência, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, tem efeitos estatisticamente significativos no fechamento de empresas em Santa Catarina. Por um lado, no caso da inadimplência de pessoas físicas, o modelo estimado aponta efeitos positivo e negativo (número de famílias que possuem contas em atraso e não terão condições de pagá-las, e, número de famílias que estão inadimplentes, respectivamente). Por outro lado, estima-se que a inadimplência de pessoas jurídicas, que é mensurada pelas operações de crédito de empresas e/ou organizações registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), relaciona-se positivamente com a mortalidade de empresas.

Palavras-chave: Mortalidade de empresas. Inadimplência. Santa Catarina.

10.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM CONCEITO EM FORMAÇÃO

Prof. Alexandre Reis

AMF, alexreisrs@ig.com.br

Temas especiais

Nos últimos anos a educação financeira ganhou uma enorme importância no cotidiano da vida das pessoas. No entanto, tanto no cenário acadêmico como na vida social esse conceito ainda é pouco entendido ou compreendido. Assim, esse resumo tem como principal objetivo conceituar a educação financeira. Segundo a OCDE (2005), Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que com informação, formação e orientação possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas. A educação financeira é um tema transdisciplinar, na qual se discute a importância do dinheiro e como administrá-lo; como ganhar, gastar, poupar e doar dinheiro; a consumir de forma consciente, mostrando as consequências do consumo ao meio ambiente e às gerações futuras; orientar os alunos sobre seus direitos e deveres, enfatizando o direito a um meio ambiente saudável; reforçar a ética e a responsabilidade social que estão envolvidas no ganho e no uso do dinheiro; orientar sobre como economizar água, energia e telefone; formar futuros jovens capazes de poupar e de planejar gastos; criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro; e orientar os alunos a terem uma relação mais

saudável com suas finanças. (Bacen, 2016). Por conseguinte, a educação financeira tem com objetivo auxiliar os agentes econômicos a administrar, gerir e planejar o seu orçamento. Além disso, melhorar a relação com o consumo e também o aprendizado e o conhecimento do mercado financeiro. Sendo transdisciplinar, a sua conceitualização e a sua formalização possui recortes da ciência econômica, administração e da psicologia e, além disso, dos direitos e deveres da dimensão da ciência jurídica.

Palavras chaves: Finanças, educação, conceito.

10.5 ÍNDICE DE FRAGILIDADE FINANCEIRA E A DINAMICA DE MINSKY: UMA APLICAÇÃO DO MODELO LOGIT ORDENADO PARA O MERCADO ACIONÁRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Tatiele Lacerda da Silva

PUCRS, tattylacerda@yahoo.com.br

Isabel Kopezinski da Silva

PUCRS, isakope@yahoo.com.br

Temas especiais

O mercado financeiro e o índice de fragilidade de Minsky mostram que existe uma correlação entre o índice do IBOVESPA e o IFSA, sendo este um pressuposto adotado para precaver-se de crises evitando decréscimo econômico. Para alcançar o objetivo proposto foi realizado o cálculo do índice de fragilidade de Minsky para o mercado de ações e a estimação do modelo econométrico especificado como “logit ordenado”. Nesse modelo o intuito foi de verificar os sinais e a razão de risco deste mercado. O resultado encontrado foi que no Brasil operam-se períodos considerados do tipo *Hedge*, sendo alguns sem capital podendo passar para o modelo do tipo *speculative*. Com base no logit, o sistema opera períodos com acumulação de risco podendo chegar a crises em período posterior, base de poucos anos o que vai reduzir a taxa de crescimento e gerar desemprego na economia brasileira.

Palavras –chaves: logit ordenado, fragilidade de Minsky, mercado de ações

10.6 INSTITUCIONALISMO VEBLENIANO E A ECONOMIA FEMINISTA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Bibiana Poche Florio

UFSM, bibianafiorio@gmail.com

Giuliano Manera Longhi

UFSM, rafaelvilarinho@live.com

Rafael Bastos Vilarinho

UFSM, giuliano.longhi@hotmail.com

Temas Especiais

Neste artigo, busca-se fazer uma relação entre a Economia Institucional vebleniana e a Economia Feminista e demonstrar como o patriarcado conseguiu sobreviver como instituição e como ele ainda deve ser combatido na atualidade. Tanto a Economia Feminista como a Economia Institucional incitam uma reflexão mais profunda sobre os modelos universais que a economia tradicional promove. Por isto, o estudo sobre como o patriarcado influenciou não só o modo de se entender os processos econômicos - mas como de se entender a própria Economia - deve ser percebido como fruto de um longo período de construção de identidade e hábitos de pensar compartilhados – como sugere a Economia Institucional. Como sugeriu Veblen, a sociedade industrial contribui para questionar estes modelos patriarcais – bem

como a propriedade privada, em geral – e a Economia Feminista é fruto destes questionamentos sobre as regras a serem seguidas. Tanto a Economia Feminista como a Economia Institucional incitam uma reflexão mais profunda sobre os modelos universais que a economia tradicional promove. Por isto, o estudo sobre como o patriarcado influenciou não só o modo de se entender os processos econômicos - mas como de se entender a própria Economia - deve ser percebido como fruto de um longo período de construção de identidade e hábitos de pensar compartilhados – como sugere a Economia Institucional. Neste artigo, busca-se fazer uma relação entre a Economia Institucional vebleniana e a Economia Feminista e demonstrar como o patriarcado conseguiu sobreviver como instituição e como ele ainda deve ser combatido na atualidade. Dividimos o artigo em três seções: 1) Instituições e Economia Evolucionária, onde apresenta-se o que se considera por instituições e como a Economia Institucional pode ser entendida como Economia Evolucionária; 2) Racionalidade, Cognição e Estrutura Social, onde discorremos o que entendemos por os hábitos de pensar compartilhados e como esses são assimilados e transmitidos; 3) O Papel do Patriarcado e a Economia Feminista; apresentamos os argumentos apresentados por Veblen para justificar a perpetuação do patriarcado e expomos como a Economia Feminista – corrente teórica recente – está atuando para combatê-lo.

Palavras-chave: Economia Evolucionária; Economia Institucional, Economia Feminista, patriarcado

10.7 O EFEITO DA CRISE ECONÔMICA SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO EM SANTA CATARINA

Ludmila Ditzel Amarante

UnC, e-mail: Ludmila@bancodafamilia.org.br

Salézio João de Souza

UnC, e-mail: salezio.gf@gmail.com

Debora Aparecida Almeida

UnC, e-mail: deboraalmeida@unc.br

Temas especiais

Iniciou-se o ano de 2015, com um cenário negativo na economia brasileira a qual está-se vivenciando até os dias atuais. O setor de microcrédito é favorecido com este cenário, com as elevadas taxas de juros em Bancos privados devido a inflação, e o índice de desemprego aumentando, gerando novos empreendedores por necessidades. As OSCIPs, (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), oferece pela sua política conservadora, taxas de juros mais atrativas, e facilidade ao crédito para empreendedores formais ou informais. Este Artigo tem por objetivo, analisar o efeito da Crise Econômica sobre as Instituições de microcrédito em Santa Catarina. Entende-se que o microcrédito é fundamental em uma política anticíclica às crises. O sistema financeiro vem controlando as liberações de financiamentos, o que certamente se transforma em oportunidades para as Instituições de microcrédito. A estratégia de pesquisa utilizada é uma pesquisa quantitativa, com base em dados fornecidos pela ABCRED, (Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças), e AMCRED (Associação das Organizações de Microcrédito de Santa Catarina), para comparação das operações realizadas neste período, e dados qualitativos baseados em relatos em entrevistas de jornais e revistas de diretores de Instituições de microcrédito. Como resultado, concluiu-se que neste período, houve um crescimento em relação a números de clientes ativos, valor emprestado, número de operações realizadas, valor de carteira ativa, e conseqüentemente, devido à situação atual do país, houve um aumento considerável na margem de inadimplência.

Palavras-Chave: Microcrédito. Crise Econômica. Santa Catarina.

10.8 O ENDEREÇAMENTO EM EMPRESA MADEIREIRA DE GRANDE PORTE NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS SC

Erico Fischer Junio
UFSC, tutoriao.adm.ead@unc.br
Emanuelle Clasen Olivo
UnC, andresa2211@hotmail.com
Temas especiais

Atualmente, o mercado e as empresas têm buscado formas de gestão que almejem a agilidade no processo e nos resultados organizacionais. O controle de estoque ganha importância, já que, através dele, a empresa consegue reduzir custos e praticar melhores preços. Ele proporciona ainda o melhor gerenciamento evitando eventuais perdas ou desperdícios e proporciona melhor armazenamento e manuseio do produto acabado. O objetivo geral do projeto foi implantar métodos de gestão de estoques viáveis em uma empresa de grande porte para aperfeiçoar processos e viabilizar a melhor utilização do espaço físico. A metodologia delineou-se como pesquisa bibliográfica com foco descritivo. Foi realizado um estudo de caso com caráter qualitativo. O presente estudo teve como resultados a obtenção de melhorias na gestão de estoque, facilitando, através dela, a forma de armazenamento da expedição, favorecendo o carregamento e ganhando tempo e agilidade ao atendimento dos clientes internos e externos. Observou-se ainda, o aumento da qualidade da empresa em relação aos seus concorrentes, organização do estoque e facilidade na sua quantificação.

Palavras-chave: gestão de estoque, organização, localização, armazenamento

10.9 O IMPACTO DO SANEAMENTO BÁSICO SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS ESTADOS BRASILEIROS

Valéria Andrade Silva
UFS, valeria.andrade81@hotmail.com
Fernanda Esperidião
UFS, nandaesper16@gmail.com
Rafaela Rodrigues Gomes
UFS, rafaela.r.gomes@hotmail.com
Temas especiais

Este artigo tem por objetivo analisar os impactos do saneamento básico na mortalidade infantil e no desenvolvimento econômico nos estados brasileiros, a partir de dados secundários coletados do IPEADATA e do PNUD nos anos de 1991, 2000 e 2010. Para tal, são estudados os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, o que possibilitou observar suas relações com a saúde pública e as questões socioeconômicas. Para ter o entendimento de como as questões regionais são relevantes nos impactos do saneamento básico e da mortalidade infantil, foi dada maior atenção para a conceituação da escola estruturalista representada por Celso Furtado, levando em consideração as questões sociais e especificidades das regiões. A análise foi realizada a partir de variáveis que refletem tanto o desenvolvimento econômico quanto as questões sociais dos estados brasileiros, as quais, segundo a literatura, impactam na mortalidade infantil. A metodologia adotada consistiu no levantamento bibliográfico e na análise descritiva, estatística e de correlação dos dados. Os

resultados obtidos inferem que, o saneamento básico tem um papel relevante na vida da população, pois, um maior investimento em abastecimento de água e esgotamento sanitário tende a reduzir a mortalidade infantil nos estados brasileiros. O aumento do percentual de pessoas mais escolarizadas no período, também pode ter sido um fator importante, pois, supõe-se que uma população mais educada, tem maior consciência de seus direitos, tornando-se mais preocupada com suas condições de higiene e moradia. Assim, é necessária uma atenção mais efetiva para o setor de saneamento básico, pois, este é um setor transformador, que pode mudar as condições de vida da população menos favorecida. Tal atenção deveria ser direcionada, principalmente, para os estados das regiões Norte e Nordeste, nos quais constatou-se uma concentração maior de mortalidade infantil.

Palavras-chave: Saneamento básico; Saúde pública; Mortalidade infantil; Desenvolvimento econômico regional.

10.10 O PENSAR COLETIVO DO HOMEM DO CAMPO SOBRE O USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NA GESTÃO RURAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES

Cátia da Silva Cruz

UnC, catiacruzz@outlook.com

Débora Aparecida Almeida

UnC, deboraalmeida@unc.br

Claudiane Michaltchuk Granemann

UnC, ccc.unc@gmail.com

Temas Especiais

A contabilidade rural se caracteriza como uma excelente ferramenta, a qual contribui com informações que auxiliam nas tomadas de decisões e nos controles da propriedade de modo significativa. Considerando os benefícios que a contabilidade rural traz para o setor agropecuário, foi desenvolvido um estudo por meio de uma pesquisa descritiva em que aborda o perfil dos produtores do setor agropecuário do município de Brunópolis, com ênfase na utilização de ferramentas contábeis e nas suas práticas decisórias. O levantamento de dados foi realizado através da aplicação de questionário para uma população composta de 335 agricultores; familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) do município de Brunópolis. A amostra representa 15% dos questionários aplicados, ou seja, 52 questionários, dos quais obtivemos o retorno de 50 deles. A pesquisa em questão apropriou-se de uma tabulação e da elaboração de gráficos pelo MS Excel. Hoje o conhecimento aplicado ao meio rural é uma necessidade, pois o agropecuarista tem dificuldades ao administrar sua propriedade, produzir bem já não é suficiente para sucesso, é preciso verificar qual sua rentabilidade, isto é, o retorno do investimento. Os resultados gerais do estudo demonstram a carência da utilização da ferramenta contábil como um instrumento de apoio à administração das propriedades rurais, demonstrando a existência de um nicho de mercado para atuação do profissional da área contábil.

Palavras-Chave: Contabilidade Rural. Agropecuária. Pequeno Produtor Rural.

10.11 OS REFLEXOS DO ASSÉDIO MORAL NA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DO UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DE CURITIBANOS/SC

Luana Gava

UnC, luuhgava25@gmail.com

Antônio Reinaldo Agostini

UnC, antonio@unc.br

Debora Aparecida Almeida

UnC, deboraalmeida@unc.br

Temas Especiais

O estudo em questão relaciona-se a estudar como o assédio moral vem interferindo nas relações de trabalho da juventude na região de Curitiba/SC em período recente. A exposição de trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes em seus ambientes de trabalho tem sido um assunto de extrema importância para área administrativa, considerando sua magnitude e amplitude. O objetivo geral foi realizar um estudo para levantamento dos índices de assédio moral do Jovem universitário da região de Curitiba/SC. Os objetivos específicos buscaram entender a complexidade da questão que permeia o “assédio moral” e sua representatividade na região de abrangência do município de Curitiba/SC; investigar o perfil do estudante universitário com relação ao assédio moral no sentido de monitoramento e acompanhamento da situação do mercado de trabalho em que se encontram os universitários na atualidade; demonstrar a existência de efeitos multiplicadores no indivíduo assediado na região de abrangência indo além dos danos psíquicos considerando os inúmeros prejuízos e déficits desencadeados ao longo de um processo de tal envergadura. A metodologia utilizada pautou-se em uma pesquisa descritiva realizada com universitários da área de negócios da região de Curitiba/SC, a amostragem foi aleatória com trinta universitários dos cursos de administração e ciências contábeis. As questões complementares apontam o perfil daqueles que sofrem ou já sofreram com assédio no ambiente empresarial, na sua maioria sofreram assédio de chefias e colegas de trabalho, os indicadores inferiores são vinculados a subordinados. A maioria dos assédios foi executado por mulheres (58%) e o restante por homens (42%). Com relação aos prejuízos decorrentes do assédio na sua maioria são derivativos de questões qualitativas, ou seja, a redução da qualidade do trabalho é perceptível. O apoio recebido ao longo do tempo foi na sua maioria advindo de familiares, sendo que os que menos apoiaram foram os amigos. Para a maioria das vítimas a duração do assédio é de meses e a menor proporção é de dias. Para aqueles que denunciaram à situação a informação é que a empresa tentou mediar à situação, e a minoria puniu os assediadores. Os respondentes revelaram que 59% dos colegas foram solidários e 41% dos colegas não foram solidários. Com relação às testemunhas, 63% não estiveram disposta a denunciar os abusos e apenas 37% se mostrou disposta a denunciar, nesse caso 82% das testemunhas dizem não sentirem-se a vontade para denunciar com receio de tornarem-se vítimas da perseguição e apenas 9% revelaram que pretendem melhorar no ambiente de trabalho e por esse motivo não querem se envolver. Para concluir considerando os índices apresentados por categoria conforme a média superior o perfil pesquisado está mais suscetível a ataques laborais, como segundo item aparecem às questões concernentes as bem como as relações sociais e os ataques verbais. Como item intermediário aparece os ataques raciais, religiosos e políticos. Por fim os assédios que ocorrem com menor frequência caracterizam-se por saúde mental, ataques sexuais e ataques físicos.

Palavras-Chave: Assédio moral. Jovem. Universitário.

10.12 PANORAMA DO SETOR LÁCTEO BRASILEIRO DE 2002 A 2015

Janaína Führ

UFSC, fuhr.janaina@gmail.com

Temas especiais

O setor lácteo brasileiro passou por mudanças na década de 90 em decorrência da abertura comercial, especialmente em relação ao Mercosul, com aumento das importações de leite, ocorrendo inúmeras fusões e aquisições de empresas reestruturando o setor. Tendo nesse período também o Governo abandonado o tabelamento de preços, passando este a ser determinado na forma de acordo bilateral entre produtor e empresa compradora, em função do volume e da qualidade do leite entregue. A questão central do artigo é houve mudança da estrutura do setor lácteo brasileiro? Além disso, objetiva-se realizar uma caracterização do setor lácteo brasileiro de 2002 a 2015, iniciando em 2002 devido à alteração na regulamentação em 2001, considerada a mais importante do setor nos anos 2000. De maneira geral, o Brasil apresenta uma ampla heterogeneidade tanto no rebanho para ordenha, no volume produzido de leite, quanto na produtividade, essa heterogeneidade está presente tanto nas grandes regiões quanto dentro as unidades da federação. Sendo que as regiões Sul e Sudeste se despontam como líderes nesse setor. No que tange aos preços observa-se a presença da sazonalidade no decorrer do ano e o COE apresenta comportamento mais homogêneo. Na caracterização do setor lácteo os dados desagregados por porte dos estabelecimentos indicam um aumento do porte das empresas, tanto em termos de empregos quanto de estabelecimentos, este último apenas para a indústria de fabricação de laticínios. Dados estes que ressaltam uma mudança da estrutura do setor lácteo, através da ampliação do seu porte, dada por ganhos de escala, inovação tecnológica e outros fatores.

Palavras-Chave: Setor lácteo; Mudança estrutural; Heterogeneidade produtiva.

10.13 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE UM MODELO COMPUTACIONAL BASEADO EM AGENTES – 2010/2016²

Marcelo de Oliveira Passos

UFPel, marcelo.passos@ufpel.edu.br

Matheus Salies Alquati

UFPel, malquati@yahoo.com

Raul Augusto Cunha

UFPel, raulcunha93@hotmail.com

Jean Venecian

UFPel, jean.venecian@gmail.com

Temas Especiais

Este trabalho possui quatro objetivos que são atingidos por intermédio do uso de um modelo computacional baseado em agentes heterogêneos. Estes agentes correspondem aos produtores rurais dos três estados da região sul do país (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul). Nesse sentido, os objetivos do artigo são: (i) estimar o potencial PIBs agrícolas dos estados do sul para o período de 2010-2016; (ii) estimar o excedente dos produtores agrícolas (EPRAs) para esses estados no mesmo período (o EPRA é um novo indicador elaborado

² Análise até o primeiro semestre de 2016.

pelos autores e que se propõe a ajudar as decisões de investimentos dos produtores rurais); (iii) calcular os PIBs agropecuários e os EPRA's per capita (para as populações total e rural) dos três estados; (iv) calcular os efeitos da política de juros do Banco Central sobre a produção agrícola dos referidos estados sulistas. As estimativas do modelo podem ajudar a contornar a falta de dados sobre os PIBs agropecuários destes estados, dado que o último Censo Agropecuário do IBGE foi realizado em 2007 e com referência aos resultados de 2006. Este Censo, portanto, apresenta resultados que estão defasados em um longo período de quase onze anos. Cabe a ressalva, todavia, de que as estimativas do modelo – ainda que consideremos como úteis – jamais pretendem substituir os dados censitários que, por conta da metodologia avançada do IBGE, do nível de investimento e do fato de serem obtidos de forma direta, não são passíveis de serem substituídos por dados de um modelo computacional (que por melhor que seja, não gera resultados tão confiáveis quanto os obtidos diretamente dos agentes pesquisados).

Palavras-chave: Economia computacional baseada no agente; excedente agregado do produtor agropecuário (EPRA); PIB agropecuário potencial; região sul do Brasil.

10.14 SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL DA MOBILIDADE URBANA NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC: UMA PROPOSTA PARTICIPATIVA

Bernardo de Souza

UnC, souza.bernardo.10@gmail.com

Debora Aparecida Almeida

UnC, deboraalmeida@unc.br

Temas Especiais

É preciso entender a mobilidade como o direito a cidade e as ruas como o uso comum do povo, dentre as incríveis invenções da humanidade está à plena fruição da cidade. O objetivo geral do estudo ora posto foi de desenvolver um Sistema de Indicadores de Percepção Social da Mobilidade Urbana no Município de Curitiba/SC com ênfase no público universitário, desta forma, foram selecionados dois cursos para participarem do estudo ora exposto. A pesquisa caracterizou-se por um estudo descritivo e foi realizada por meio de uma amostragem aleatória pautada em uma população de 223 pessoas, a amostra inicialmente seria de 15% no entanto, obteve-se um retorno de 41,70% de respostas válidas, ou seja, 93 pessoas responderam o questionário. O instrumento de coleta de campo foi um questionário constituído por questões fechadas baseadas no Sistema de Indicadores de Percepção Social de Mobilidade Urbana utilizado pelo IPEA. Diante do exposto conclui-se que o meio de transporte mais utilizado é o carro seguido da locomoção a pé. Sobre a frequência dos congestionamentos os respondentes informaram primeiro que os congestionamentos nunca ocorrem, e segundo que ocorrem de 1 a 3 vezes por semana. Quanto à integração do transporte o índice mais elevado demonstra que não sabem do que se trata, em seguida não utilizam a integração e os que utilizam usam para integração ônibus-ônibus. Quase metade dos respondentes não utiliza transporte público [46%] apenas 11% utilizam sempre ou na maioria das vezes. Sobre o motivo do deslocamento no centro da cidade 72% se deslocam por motivo de trabalho, 25% se deslocam por motivo de educação, 2% deslocam-se por lazer e 1% por motivos de saúde, a maioria das pessoas pesquisadas conhece alguém que já sofreu acidente, ou seja, considerando que o maior de transporte mais utilizado é o carro, percebe-se que o trânsito tem seus problemas. A maioria dos respondentes informa que os transportes sempre são ou na maioria das vezes estão adequados/adaptados para pessoas com necessidades especiais. Com relação ao índice mais representativo do deslocamento diário

ressalta-se que: deslocamento de carro – tempo 15 minutos; deslocamento a pé ou de bicicleta - até 30 minutos; transporte público – até 30 minutos; Com relação à tarifa do transporte público 34% não sabem 26% consideraram regular, 19% dos respondentes consideraram ruim e 11% afirmam que é muito ruim, cerca de 10% consideraram bom/muito bom. Quanto às características de um bom transporte, por ordem de importância destacam-se: chegar no horário desejado a seu destino; sair num horário adequado a sua necessidade; ser barato; ser confortável; ser rápido. Dentre os motivos que levam as pessoas a escolher o meio de transporte, os mais importantes são: rapidez; pontualidade; custo e conforto; comodidade; acesso a grandes áreas. As condições para passar a utilizar o transporte público, por ordem de importância são: Mais opções de horário; Mais barato; Mais rápido; Maior cobertura de área. Sabe-se que o estudo contribuirá para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Curitiba/SC, recomenda-se que o questionário seja reaplicado e ampliado atendendo as especificidades do município.

Palavras-Chave: Mobilidade urbana. Percepção social. Proposta participativa.

10.15 VISÃO GERAL SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA E ANÁLISES DE SITUAÇÕES EMPRESARIAIS CRÍTICAS À LUZ DE SEUS EIXOS CENTRAIS

Roberto Minadeo

UNICEUMA/CNPq, rminadeo@gmail.com

Temas Especiais

O artigo trata de vários temas ligados à Governança Corporativa (GC). Seções curtas trazem a relação entre GC e Fusões e Aquisições, além da prática da GC em uma organização sem fins lucrativos. A Metodologia utilizada é o estudo de casos múltiplos, e somente foram adotados artigos acadêmicos e livros como fontes. Nesses Estudos de Casos não se observaram alguns ou todos os princípios de GC. Foram pesquisadas situações atuais de setores diversos da economia e de diversos países, o que torna o texto atual e interessante. Tais Estudos de Casos foram objeto de análises – no tocante às inobservâncias dos princípios da GC. Nas Conclusões se fazem comparações entre as diversas situações apresentadas. Estudos futuros podem abordar situações problemáticas de GC mediante outras formas, por exemplo, com o uso de fontes primárias.

Palavras-Chave: Governança Corporativa, Princípios de Governança Corporativa; Estudos de Casos.

10.16 VÍTIMA EM POTENCIAL: UMA ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS QUE TORNAM OS INDIVÍDUOS MAIS PROPENSOS A SOFRER VITIMIZAÇÃO POR ROUBO E FURTO DE VEÍCULOS NO BRASIL

Gabriela Farias

FURG, gabitz6@hotmail.com

Temas especiais

O presente artigo consiste na tentativa de detectar um conjunto de características que expliquem o fator determinante do indivíduo se tornar uma vítima em potencial, perante os crimes de roubo e furto de automóveis no Brasil, utilizando a base de dados da Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV) do ano de 2013. O enfoque deste estudo baseia-se no entendimento do crime pela ótica da vítima, como seu estilo de vida, suas características e as oportunidades por ela deixadas impactam na probabilidade de ocorrer uma vitimização por furto e roubo de veículos. Para tal, será utilizada a análise dos modelos de estilo de vida e

oportunidade, que diante das três correntes da teoria do crime, é a que melhor se enquadra para embasar o modelo empírico. O modelo estimado é um *probit*, dado que as variáveis dependentes são binárias, o modelo possui um número elevado de variáveis justamente para tentar captar o perfil das vítimas, tentando englobar, sem perder a robustez, o maior número de características possível. Para melhor compreensão, as variáveis foram divididas em cinco grupos, que referem-se à características pessoais, de lazer, vizinhança, de alteração comportamental e região geográfica. Em suma, na sua maioria, os determinantes da vitimização por roubo e furto de veículos, encontrados como resultado do modelo empírico, corroboram com a literatura vigente acerca do tema. Sobre roubo de veículos, as variáveis significativas dizem respeito á algumas faixas de idade, escolaridade e renda, algumas atividades de lazer e duas regiões brasileiras, o grupo composto pelas características de vizinhança não foi significativo para explicar o roubo de veículos. Já o modelo cuja variável dependente é o furto de veículos, foi encontrado um número mais elevado de características significativas, sendo elas, sexo, raça, todas as faixas de idade, a maioria dos níveis de escolaridade, todas as atividades de lazer testadas, algumas informações de vizinhança e de mudança de comportamento perante á violência e três regiões brasileiras, neste modelo as faixas de renda não mostraram-se significativas.

Palavras-chave: vitimização; furto; roubo, veículos; atividades rotineiras.